

CAMILA BORGES DA SILVA FERREIRO

**INTEGRAÇÕES CONCEPTUAIS, MENTE
CORPORIFICADA E DESORDEM CONSTITUINTE**

**Um estudo de caso para uma arquitetura do sistema
linguístico: fenômenos de variação, processos cognitivos
estruturantes e idiosincrasia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Área de concentração: Constituição Histórica das Línguas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aurelina Ariadne de Almeida

SALVADOR
2015

Ferreiro, Camila Borges da Silva
Integrações Conceptuais, Mente Corporificada e Desordem
Corporificada/ Camila Borges da Silva Ferreiro. -- Salvador, 2015.
112 f.

Orientadora: Aurelina Ariadne Domingues Almeida.
Dissertação (Mestrado - Língua e Cultura) -- Universidade Federal
da Bahia, Instituto de Letras, 2015.

1. Linguística Cognitiva. 2. Teoria da Complexidade. 3.
Integrações Conceptuais. 4. Mente Corporificada. Desordem
Constituinte. I. Almeida, Aurelina Ariadne Domingues. II. Título.

Resumo

Este trabalho propõe-se duas tarefas. A primeira delas é inserir epistemologicamente a linguística cognitiva e a gramática das construções na teoria dos sistemas complexos, incentivando diálogos principalmente entre Morin (2013), Maturana e Varela (2011) e Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987) Fillmore, Kay e O'Connor (1988), Fillmore (2009), Croft (2001) e Goldberg (1995). Com esse ponto de vista, a abordagem analítica proposta se pauta na concepção da língua enquanto sistema complexo, retroalimentado pela relação indivíduo e sociedade. Isso nos encaminha não só em busca da representação da estrutura da linguagem, mas também da sua organização. A atenção do teórico dos sistemas complexos se volta não só para os pontos componentes de uma estrutura, mas também para as relações que esses pontos estabelecem entre si. Há uma preocupação com a organização da estrutura em relação a seus processos estruturantes. A segunda tarefa é oferecer uma proposta de análise sob essa abordagem. Assim sendo, elaborou-se um corpus linguístico através de dados disponíveis no *facebook*, a partir do qual inventariaram-se os diálogos de um grupo do *facebook*, com o objetivo de investigar relações conceptuais entre sexo e universidade, em termos dos processos que as organizam, por exemplo, processos de metáfora, metonímia e outras integrações conceptuais. Nesse percurso, nos posicionamos ao lado de algumas propostas teóricas da linguística cognitiva como a proposta do *continuum* entre o léxico e a gramática, entre a semântica e a pragmática, corpo e mente, realidade e ponto de vista. Os dados da pesquisa apontam para a constituição de um sistema linguístico heterogêneo, tanto no nível individual, quanto no nível social, em que se observa a interdependência entre as diversas disciplinas intralinguísticas (gramática, léxico, semântica e pragmática, discurso etc) e também extralinguísticas (psicologia, sociologia, biologia etc), sugerindo que as integrações conceptuais são processos cognitivos de organização da realidade variável e mutante.

Abstract

This dissertation has two purposes. The first one is finding epistemological foundations between cognitive linguistic, construction grammar and theory of complex systems. Within this perspective, discussions are encouraged with Morin (2013), Maturana e Varela (2011) e Lakoff and Johnson (1980), Lakoff (1987) Fillmore, Kay and O'Connor (1988), Fillmore (2009), Croft (2001) and Goldberg (1995). On this view, language is conceived of a complex system in a feedback relation, rooted in the relation individual and society. It requires comprise a representation of a language structure and its organization. The focus in this point of view on complexity systems is on the relations, not only on the parts components. The second purpose is offer a data analysis. Therefore, It is collected data compiled from *Facebook*, to try to compile a *corpus* that help us to study the conceptions relations between sexy and university, looking for organization systems and process, for instance metaphors, metonymy and other conceptual integrations. In this way, this dissertation dialogue with a particular theoretical framework like a proposal to continuum to lexicon and grammar, semantic and pragmatic, body and mind, reality and perspective. The interpretation of the data evinces a heterogenic linguistic system, in the one hand individual, and the other hand social. There is a feedback between others disciplines intra and extra linguistics, that implies conceptual integrations are cognitive process to organize the mutant and variable reality.

LISTA DE ABREVIATURAS

GESCOG	GRUPO DE ESTUDOS EM SEMÂNTICA COGNITIVA
UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
OBL	OBJETO OBLÍQUO
OD	OBJETO DIRETO
SN	SINTAGMA NOMINAL
SP	SINTAGMA PREPOSICIONADO
MCI	MODELO COGNITIVO IDEALIZADO

SUMÁRIO

Introdução	7
1. A PROPOSTA DE MORIN PARA UM PENSAMENTO COMPLEXO: A RELATIVIZAÇÃO DAS VERDADES, A DILUIÇÃO DAS FRONTEIRAS E O CONCEITO DE DESORDEM CONSTITUINTE	9
2. BUSCANDO A CONSERVAÇÃO DA CIRCULARIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS EM UM PERCURSO HISTÓRICO DE TEORIAS LINGUÍSTICAS	22
3. O SURGIMENTO DA LINGUÍSTICA COGNITIVA	30
4. O QUE ENTENDEMOS COMO LÍNGUA, A PARTIR DOS ESTUDOS EM linguística cognitiva: UM CONTÍNUUM ENTRE LÉXICO E GRAMÁTICA	35
5. A AMPLITUDE DO SIGNIFICADO E SUA NATUREZA EXPERIENCIAL: UMA ARQUITETURA PARA O CONHECIMENTO ANCORADA NA SEMÂNTICA	38
6. ASPECTOS METODOLÓGICOS	59
7. ANÁLISE DE DADOS	76
Considerações Finais	102
Referências	108

Introdução

Este trabalho está inserido dentro das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos em Semântica Cognitiva, doravante GESCOG, o qual busca estudar o significado linguístico para compreender o homem e o mundo em seus contextos, a partir do aparato teórico e metodológico providenciado pela linguística cognitiva. Com esse ponto de vista, a constituição histórica das línguas fornece evidências para relacionar os fenômenos semânticos e cognitivos em favor de uma história social da língua e do povo brasileiro, assim como do desenvolvimento das teorias que utilizamos para análise do sistema linguístico.

A partir da análise de um corpus estabelecido através de coleta de dados em um grupo no *Facebook*, este trabalho pretende:

- Encontrar evidências de que a propriedade semiótica não é restrita aos itens lexicais, ao invés disso, atua amplamente em todos os subsistemas linguísticos como o morfológico, o sintático etc.;
- Encontrar evidências de que o conhecimento linguístico se organiza mediante processos de integração conceitual;
- Promover diálogos entre a linguística cognitiva e a filosofia da complexidade, buscando compreender a diluição de dicotomias cartesianas, a partir do conceito de desordem constituinte, mente corporificada e realismo experiencialista;

Busco justificativas para este empreendimento, no livro organizado por Jaques Delors, intitulado *Educação: um tesouro a descobrir*, publicado em 2010, em que se defende o engajamento dos atores educacionais para propositura de posturas de pesquisa, autonomia, interdisciplinaridade, solidariedade, autocrítica e integração. Ofereço à pós-graduação uma tentativa de pesquisa que procura investigar as relações entre indivíduo e sociedade e o estatuto das fronteiras disciplinares, pois quem sabe, assim, poderei, de alguma maneira, contribuir com uma prática mais solidária e interdisciplinar.

Na primeira seção, apresento o desenvolvimento filosófico do conceito de desordem constituinte, a partir de uma análise epistemológica pautada nos estudos dos físicos, revelando a diluição das dicotomias conceituais em favor de um ponto de vista que encara e aceita sua natureza antagônica e complementar. Isso se mostra relevante para os estudos linguísticos na medida em que serve para nos situar na busca por uma epistemologia adequada à utilização de conceitos importantes para as discussões sobre a linguagem, como por exemplo: sistema,

organização, variação, ordem e desordem.

Na segunda secção, discuto alguns aspectos dos modelos teóricos propostos pelo estruturalismo, pela sociolinguística e pelo gerativismo, pautados em dicotomias, em contraponto ao modelo teórico aqui defendido, a saber: a linguística cognitiva e a teoria da complexidade. Na terceira secção, apresento a emergência da linguística cognitiva como uma resposta às lacunas dos modelos anteriormente vigentes.

A partir da quarta secção, apresento os fundamentos teóricos que alicerçam este trabalho como a gramática de construções. A quinta secção dedica-se a apresentação dos conceitos de mente corporificada, realismo experiencialista, metáforas, metonímias e integrações conceptuais.

Por fim, a sexta secção providencia os aspectos metodológicos e a sétima, a análise dos dados, que consiste, em linhas gerais, em uma coleção de evidências sobre o carácter organizador da heterogeneidade linguística, momento em que esperamos restar suficientemente demonstradas, de forma mais concreta, as reflexões teóricas conduzidas anteriormente sobre o carácter organizador da desordem. À isso, seguem-se as considerações finais e as referências utilizadas.

1. A PROPOSTA DE MORIN PARA UM PENSAMENTO COMPLEXO: A RELATIVIZAÇÃO DAS VERDADES, A DILUIÇÃO DAS FRONTEIRAS E O CONCEITO DE DESORDEM CONSTITUINTE.

Não há critério da verdade senão não concordar consigo próprio.
 O universo não concorda consigo próprio, porque passa.
 A vida não concorda consigo própria, porque morre.
 O paradoxo é a fórmula típica da Natureza.
 Por isso toda a verdade tem uma forma paradoxal.

(Alberto Caeiro)

As palavras de Fernando Pessoa, por meio de seu heterônimo Alberto Caeiro, em epígrafe, nos convidam a refletir sobre que tipo de ciência estamos dispostos a construir. Poderemos estar satisfeitos em conceber somente o indivíduo excluindo a sociedade, a sociedade excluindo a espécie, o humano excluindo a vida, a vida excluindo o universo físico, a física excluindo a vida? Poderemos estar satisfeitos com uma ciência que produz conhecimento fundado na exclusão do conhecedor? Que o pensamento esteja fundado na exclusão do pensador? O sujeito excluído da construção do objeto? (MORIN, 2013, p. 28).

Com o império da lógica aristotélica, do método cartesiano e da lógica fregeana, a ciência ocidental tem se desenvolvido em torno de certezas, em busca de verdades e fronteiras rígidas. A divisão cartesiana do mundo, dicotômica, facilita o trabalho do cientista, por um lado, pois simplifica a análise dos dados e conduz à lógica aristotélica, em que se encontram conclusões coerentes através de argumentos, ou à lógica fregeana, em que se encontram coerências através de composicionalidade.

Todavia, Morin (2013, p.29) percebe a fragilidade desse império quando percebe que todo ele se sustenta em uma autoconfiança exacerbada e diz: “A dúvida cartesiana tinha confiança em si. A nossa dúvida duvida de se mesma”, pois inevitavelmente as condições lógicas, linguísticas e culturais do nosso pensamento estão impregnadas de preconceitos formados ideologicamente, por um ponto de vista subjetivo, particular e histórico. Sendo assim, ao pensar a ciência, ao construir o saber científico, é preciso reconhecer que o saber científico não é o mais certo, que o saber científico não tem um só autor, que esse autor não é impessoal. Aceitando isso, é insatisfatório que o sujeito fuja de inserir-se em seu próprio discurso.

A terceira pessoa do discurso, por exemplo, talvez predominantemente característica do gênero textual científico, oferece ao leitor uma atmosfera de verdade compartilhada, que é nada mais do que o ponto de vista do autor, com o qual se pode ou não concordar, o qual pode ou não

condizer com a realidade. Realidade, aliás, permeada de relatividade, como veremos mais adiante, estudando o conceito de realismo experiencialista.

Não é decente, normal, sério que, tratando-se de ciência, de conhecimento, de pensamento, o autor se apague em sua obra e se dissipe em um discurso tornado impessoal? Nós devemos, pelo contrário, saber que é aí que começa o teatro. O sujeito que desaparece em seu discurso se instala na Torre de Controle. Fingindo deixar o lugar ao sol copernicano, ele reconstitui um sistema ptolemaico no qual seu espírito é o centro. (MORIN, 2013, p. 38)

A escrita em terceira pessoa, então, tradicionalmente encarada como uma forma decente e séria de apagar o sujeito e a subjetividade do autor, da sua personalidade, é encarada por Morin (2013) como uma estratégia discursiva de empoderamento, que retrata atitudes controladoras e manipulativas.

O direcionamento das interrogações de um cientista, então, não aponta, como propunha Descartes (2010), para a busca dos fatos verdadeiros na ciência, através do esforço em separar o que é científico e o que não é. A um cientista, cabe a tarefa de investigar as condições de emergência e de manutenção do pensamento do outro (mesmo os mais ilustres) e também do seu próprio pensamento. Ao invés de buscar e estabelecer verdades, o cientista complexo impõe-se um exercício de relativização daquilo que se configura como verdade. Afinal, o que é isso que se toma como verdade? Verdade para quem? Sob qual ponto de vista? Existe uma só verdade? A realidade é uma só? Essas questões são inquietantes. E, com um novo olhar, reli o *Curso de Linguística Geral*. A própria estrutura que organiza a edição brasileira chamou-me atenção. Há quatro prefácios na obra. Apenas o prefácio à edição brasileira é numerado em algarismos romanos. A primeira página do livro é relativa ao prefácio da primeira edição. Os prefácios escritos para a primeira, segunda e terceira edições constituem parte da obra? Não ousaria responder essa pergunta. Penso que deixá-la em aberto será de grande relevância para o pensamento que pretendo construir neste trabalho. Logo no prefácio à primeira edição, saliento o seguinte comentário assinado por Charles Bally e Albert Secheaye, alunos de Saussure, organizadores da edição crítica, que resultou na primeira edição da obra considerada fundadora da linguística, enquanto disciplina científica:

Repetidas vezes ouvimos Ferdinand Saussure deplorar a insuficiência dos princípios e dos métodos que caracterizavam a Linguística em cujo ambiente seu gênio se desenvolveu, e ao longo de toda a sua vida pesquisou ele, obstinadamente, as leis diretrizes que lhe poderiam orientar o pensamento através desse caos (SAUSSURE, 2006, p. 1).

E mais adiante, quando os organizadores do livro refletiram sobre o seu processo de criação, encontramos:

A forma de ensino oral, amiúde em contradição com o livro, nos reservava as maiores dificuldades. E ademais, F. de Saussure era um desses homens que se renovam sem cessar; seu pensamento evoluía em todas as direções, sem com isso entrar em contradição consigo próprio. Publicar tudo na sua forma original era impossível; as repetições inevitáveis de uma exposição livre, os encavalamentos, as formulações variáveis teriam dado a uma publicação que tal, um aspecto heteróclito. (SAUSSURE, 2006, p. 2).

Decidimo-nos por uma solução mais audaciosa, mas também acreditamos, mas racional: tentar uma reconstituição, uma síntese (...) Tratava-se, pois, de uma recriação, tanto mais árdua quanto devia ser inteiramente objetiva (...) isentado das variações, das flutuações inerentes à lição falada, depois encaixá-lo em seu meio natural, apresentando-lhe todas as partes numa ordem conforme à intenção do autor, mesmo quando semelhante intenção fosse mais adivinhada que manifestada. (SAUSSURE, 2006, p. 3)

Agora, noto, o problema filológico do estabelecimento do texto de Saussure nos encaminha para o pensamento complexo. Lucchesi (2004, p. 33) também reflete sobre a questão quando conclui que o *Curso* é num certo sentido uma obra coletiva, produzida por Saussure, pelos organizadores do livro, pelos filólogos, pelos cientistas que o utilizaram como bibliografia, e se constitui, portanto, em uma metáfora do que concretamente se passa em ciência. A ciência vai se desenvolvendo com o instrumental teórico e metodológico de que dispõe. E os pensamentos de Saussure (o filólogo) sobre o objeto da linguística foram postos à disposição de uma ciência que não dispunha de tecnologia para gravação de textos orais, e que estava submetida a um objetivo que buscava encontrar a ordem regente da natureza, encaradas a partir da substância aristotélica e da verdade cartesiana. E isso encontra consistência nas discussões empreendidas por Foucault (1992), em que é possível conceber o autor a partir das relações que ele estabelece com a variedade de discursos constituídos em dada época e cultura.

Com isso em mente, esclareço que, neste texto, proponho pensar a linguística respeitando a complexidade e a subjetividade da construção do nosso próprio pensamento científico. Desse modo, o leitor precisará ter em mente que assim como as ideias de Saussure (o ser humano, o sujeito) não correspondem necessariamente às ideias encontradas no *Curso* (uma obra publicada a várias mãos), as ideias encontradas aqui correspondem às minhas ideias e a de muitos outros e que as decisões sobre os caminhos que tomei estão impregnadas pela minha ideologia, pela minha consciência e pelo meu inconsciente. O leitor precisará ter em mente que não farei distinção de valor, por exemplo, entre um texto estabelecido na filologia ou um texto estabelecido na *internet*. O valor do texto estará nas discussões que ele possibilita, nas leituras

tecidas por mim e por quem recebe essas palavras. O leitor precisará ter em mente que não farei distinção de valor entre os dados oferecidos por um autor renomado e os dados oferecidos por um blogueiro, entre o conhecimento oferecido por um dicionário e aquele oferecido pelo senso-comum. Mais uma vez, o valor dos dados estará naquilo que eles oferecem, nas possibilidades que eles apresentam, na interpretação que fiz deles no momento da escritura e na que o leitor fará, a cada vez que tomar para si essas reflexões. E diante disso, encontro em Barthes (1968) palavras de conforto, quando anuncia a morte da autoridade do autor: a verdade, o sentido verdadeiro de um texto não será encontrado no autor, pois ao ler também imprimimos significado ao texto, e, por isso, pode-se dizer que o texto é vivo.

Uma outra passagem de Morin (2013, p. 132-133) suscitou-me uma nova leitura do *Curso*. Morin viu em Saussure mais um sistemista do que um estruturalista, pois a definição saussuriana de sistema faz surgir o conceito de organização e enfatiza as inter-relações entre as partes e o todo: a língua é “um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um não resulta tão-somente da presença simultânea de outros”. E em minha nova leitura do *Curso* encontrei os seguintes trechos:

A Linguística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados. Os limites que a separam das outras ciências não aparecem sempre nitidamente. (SAUSSURE, 2006, p. 13)

O fenômeno linguístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra. Não se pode reduzir então a língua ao som, nem separar o som da articulação vocal [...] uma unidade complexa, fisiológica e mental (SAUSSURE, 2006, p. 16)

A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. (SAUSSURE, 2006, p. 16)

A linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: ao mesmo tempo ela é uma instituição atual e um produto do passado. (SAUSSURE, 2006, p. 16)

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios. Ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir a sua unidade. (SAUSSURE, 2006, p. 17)

Desse modo, enquanto Capra (2006) e Morin (2013) identificam entre os biólogos, físicos, psicólogos gestalt, matemáticos, os pioneiros do pensamento complexo, podemos identificar esse pioneirismo também na linguística, em Saussure (o filólogo), que demonstrava em suas cartas pessoais a sua angústia perante a complexidade da natureza dos fenômenos linguísticos e da inépcia da terminologia ora empregada, como se vê em Lucchesi (2004, p. 31) e

em Saussure (2006, p. XVII). E possivelmente por eu ter desenvolvido algum afeto pelos dizeres desses autores, e por compartilhar dessa angústia em relação à análise da realidade em sua desordem, em sua ordem e em sua complexidade, eu me submeto neste trabalho a um raciocínio que, para muitos, pode parecer insano, confiando às palavras de Morin (2013, p. 28), as minhas próprias, quando diz que mais insensato seria continuar a separar as partes independentes do todo, sem analisar o seu relacionamento, sem nos pôr em dúvida, construindo verdades, onde só há hipóteses, modelos, teorias discursivamente enviesadas. E, voltando ao Curso, temos um excelente exemplo disso, pois, embora Saussure (o filólogo) manifestasse profunda angústia em relação ao conhecimento linguístico desenvolvido em sua época, o livro que eternizou suas ideias é marcado por um pensamento objetivo e linear, que exceto pelo prefácio (escrito pelos seus organizadores), não nos permite compartilhar de sua angústia, tão enfático que é em afirmar-se e pobre em duvidar-se. E embora, como nota Morin (2013), apresente um conceito de sistema que valoriza a organização e a relação entre as partes, não desenvolve uma metodologia de análise propriamente sistêmica, estabelecendo-se em verdades dicotômicas.

Passemos agora a situar-nos no pensamento com o qual pretendo contribuir: o pensamento complexo. Começamos com a análise de Morin (2013) sobre o pensamento científico constituído no âmbito dos estudos da física, para nos ajudar a compreender o papel e o significado de conceitos como caos, ordem e desordem para os fenômenos linguísticos.

Nos estudos da ciência física, a busca e a crença de que a natureza da matéria obedecia a uma ordem linear reinou do átomo à Via Láctea até o século XIX. O peso dos corpos, o movimento das marés e dos astros, tudo obedeceria à mesma lei: a lei da gravidade. A matéria é, então, encarada como substância essencial. E a energia encarada como algo indestrutível e polimórfico. Sendo indestrutível, um tipo de energia pode ser acumulado e convertido em outros tipos, constituindo um ciclo que oferece ao universo uma garantia de autossuficiência e de eternidade para todos os seus movimentos.

O segundo princípio da termodinâmica, contudo, trouxe um problema para o caráter indestrutível da energia, ao introduzir o conceito da entropia. Entropia é a palavra utilizada pelos físicos para medir a quantidade de desordem¹ de um sistema. Ela tornou-se necessária em virtude das observações de fenômenos submetidos a variação de temperatura. Os físicos fizeram um observação curiosa: na medida em que o calor aumenta, aumenta também a agitação das partículas e, com isso, parte da energia necessária a esse processo é consumida, deixando de estar disponível para ser convertida em outros tipos de energia.

1 Por desordem entende-se a ausência de regras previsíveis que permitam precisar ou identificar o modo como o todo e as partes se constituem e se relacionam.

Sendo assim, mais uma vez, um problema revela-se anunciado para a até então esperada autossuficiência dos sistemas analisados pela física, compostos por movimentos lineares e conceitos dicotômicos. O estudo da entropia constatou de que dentro de um sistema a quantidade de energia não se mantém constante, mas, ao contrário disso, se degrada, se consome, escapa na forma de calor e foge à previsibilidade das regras termodinâmicas, pois enquanto todas as formas de energia podem se transformar integralmente uma na outra, a energia que toma forma calorífica não pode se reverter inteiramente. Anunciou-se assim a degradação da ordem na natureza, pois em toda transformação de energia, há liberação de calor. E se em todo processo de transformação energética, uma parte da energia se perde, em algum momento toda a energia disponível será liberada em forma calorífica, até que, em última instância hipotética, não haverá mais aptidão para transformações energéticas. Desse modo, a garantia de um ciclo de autossuficiência energética encontra-se comprometido, pois todo processo de transformação, para se perpetuar, requer uma fonte externa de energia para repor a energia degradada na forma de calor.

Ao nível dos estudos moleculares, notou-se que o aumento do calor acarreta aceleração desordenada das partículas. O calor, já vimos, além de ser produto de toda transformação, de todo movimento, de todo trabalho, é também provocador de desordem, pois acelera as partículas moleculares (ou seria a aceleração das partículas a provocadora do calor?). Todo aumento de calor está associado a um aumento de agitação, constituindo um aumento de desordem interna. Assim, a entropia máxima (desordem interna) corresponde a uma desordem molecular total no centro de um sistema isolado. Em estado de agitação, o número de moléculas e as configurações que elas podem tomar no centro de um sistema são imensos e imprevisíveis pelas leis físicas conhecidas.

Para resolver essa questão, utilizou-se uma apreensão probabilística. Nessa perspectiva, uma vez que toda transformação energética produz entropia (desordem) calor, agitação, as configurações desordenadas são as mais prováveis e as configurações ordenadas as menos prováveis, afinal é mais provável que a desordem se estabeleça, diante da crescente entropia e da agitação consequente.

A desordem, nesse momento histórico da Física, foi aparentemente organizada através do método estatístico. Contudo, se a ordem e a organização fossem, de fato, improváveis, como poderíamos contar ao infinito átomos, moléculas e astros? Como poderíamos ser tão ricos em organizações? Como a progressão irreversível da desordem, prevista pelo princípio da entropia, poderia ser compatível com o desenvolvimento organizador do universo material, com o universo social e o universo da própria vida? Como se explica a aparição, a existência, a

evolução da organização física, biológica e social? Por que a despeito desta tendência à deterioração e à desordem estatisticamente elaboradas, há tanta ordem e organização no universo? A grande questão em comum a ser encarada pelos físicos e também por nós, linguistas, em busca de uma epistemologia é: qual o conceito mais apropriado para desordem? A desordem deve ser encarada como um estado de desorganização, ausência de lógica?

Até agora, estudamos o percurso da ordem (ou desordem) ao nível da matéria física. Mas ao nível da microfísica, abre-se também uma fenda nos fundamentos da ordem. A identidade das partículas subatômicas se desloca dividida entre o estatuto de matéria e o estatuto de onda. Sua substância aristotélica essencial se dissolve, e o elemento antes estável, vira fato aleatório, em torno de um modelo de átomo eletrostático. A substância subatômica não tem mais localização fixa e inequívoca nem no tempo, nem no espaço. O modelo de átomo como unidade indivisível dá lugar a um “delirante mingau subatômico de fótons, elétrons, nêutrons, prótons” (MORIN, 2013, p. 57).

Logo, para se perpetuar, um sistema não pode estar fechado em si mesmo. Ele precisa estar conectado a outros sistemas, que por sua vez precisam estar conectados a outros, formando sistemas de sistemas de sistemas, de modo a garantir fontes de energia suficientes à manutenção dos seus processos de transformação. E mais do que mostrar que um sistema precisa estar conectado a outros sistemas, o princípio da entropia possibilitou um novo olhar sobre a busca científica pela ordem, desde os seus pressupostos conceituais e filosóficos. Motivo pelo qual este trabalho incicia-se discutindo o conceito de sistema, ordem e desordem.

A desordem das partículas atômicas é encarada de forma totalmente diferente da desordem ligada ao princípio da entropia. Aqui, a desordem não se constitui como uma força de degradação ou desorganização. Ao contrário da entropia que se configura como uma desordem que se dissipa em forma de calor, que produz agitação e desorganiza, a desordem subatômica é “uma desordem constitucional, que faz necessariamente parte da *physis*, de todo ser físico [...] Nesta segunda vez, a desordem é uma desordem que, em vez de se degradar, faz existir”. (MORIN, p. 58). Afinal, toda a matéria física é constituída de átomos. E cada átomo, organizando a matéria, se organiza a partir de uma desordem, pois suas partes constituintes ora se apresentam como matéria, ora se apresentam como onda, sem um estatuto e sem um lugar definido. A matéria, aos nossos olhos tão sedimentada e estável, é composta por movimentos infinitos, inapreensíveis e impalpáveis. Os elétrons não estão em órbita previsível a partir das leis mecânicas, não são regidos pela força gravitacional, sua localização é incerta, pois eles se dissociam e se indeterminam sob o olhar do observador. E incrivelmente, apesar dessa desordem microfísica, a realidade nos aparece ordenada. Estamos diante, assim, de dois modos de encarar

o conceito de desordem. De um lado, a desordem se apresenta como uma força de degradação e desorganização, mas também se apresenta como uma força organizadora e constitutiva.

Ao nível macroscópico, essa desordem constitutiva foi também revelada, pois os fatos empíricos apontam para uma organização dos corpos celestiais constituída no infinito em expansão. E aqui a grande revolução não foi descobrir que o universo se estende a distâncias incríveis e que ele contém corpos estelares dos mais diversos (estrelas, planetas, buracos negros, nebulosas e outros mais), mas sim, “que sua extensão corresponde a uma expansão, que esta expansão é uma dispersão, e que esta dispersão é, talvez, de origem explosiva” (MORIN, 2013, p. 58). E como consequência das observações que evidenciam a expansão do universo, apresentou-se a teoria do *big bang*, como alternativa para a aporia clássica: a problemática da gênese.

O pilar de uma ciência física constituída exclusivamente por via da ordem estava corroído, minado pelo segundo princípio da termodinâmica. O pilar microfísico da ordem estava também abatido, pelo estudo da configuração dos átomos. O último e supremo pilar, o da ordem cosmológica, também é abatido quando se descobre que o universo está em expansão dispersiva e que sua origem organizativa é estruturada a partir de uma catástrofe explosiva.

Se o universo é diáspora explosiva, se seu tecido microfísico é desordem indescritível, se o segundo princípio só reconhece a desordem, então como é que a Via Láctea comporta bilhões de estrelas, como é que conseguimos inventariar 500 milhões de galáxias, como é que conseguimos descobrir as leis que regem os astros, os átomos e todas as coisas existentes? Como é que houve o desenvolvimento de organização do cosmos, dos átomos às moléculas, macromoléculas, células vivas, seres multicelulares, sociedades, até o espírito humano que se coloca essas questões? (MORIN, 2013, p. 60)

E com isso algumas lições se apresentam preciosas para nós, que pretendemos analisar as estruturas, os sistemas, a organização, as ordens e as desordens. Coloquemos o problema não mais como dicotomia entre caos e desordem, alternados com ordem e organização, pois nos parece, “há uma relação crucial entre a explosão da desordem, a constituição da ordem e o desenvolvimento da organização”. (MORIN, 2013, p.60). A desordem como a tratamos aqui é uma desordem não só de degradação, mas também de gênese e criação: é uma desordem genésica, uma desordem de sustentação, uma desordem que fundamenta. É uma ideia de desordem organizadora. Uma ideia de caos que sustenta e alicerça a organização. Uma ideia de movimentos e acasos que sintonizam a ordem e as estruturas organizadas. A mensagem que nos trouxe o estudo físico da desordem, em seu percurso da termodinâmica à microfísica e da microfísica ao cosmos, é de nos pôr no caminho em busca da complexidade, abandonando a

lógica linear aristotélica de causa e efeito, e a lógica composicional fregeana. Pois o caos e a complexidade nos indicam que a organização e a ordem do mundo se edificam e alicerçam no desequilíbrio, na instabilidade, na improbabilidade.

O desenvolvimento da vida biológica, a evolução dos seres vivos é um outro exemplo disso. Entre tantos elementos químicos existentes, a vida na Terra, como a conhecemos hoje, se configurou a partir de alguns poucos elementos essenciais: carbono, hidrogênio, nitrogênio e oxigênio, principais constituintes das proteínas. Um mamífero, constituído de sistemas cardiovasculares, digestivos, entre tantos outros sistemas funcionais, está em constante interação com outros sistemas, a nível intracelular e extracelular, a nível social e psicológico, constituídos de desordem e desequilíbrio constitutivos de ordem. O estudo das biomembranas, por exemplo, revela a incrível conquista de equilíbrio bioquímico, em contextos de desequilíbrio, através de mecanismos de transporte, permeabilidade e impermeabilidade de matéria e conversões de energia (NELSON; COX, 2011)

Além da lição acerca do caráter organizativo da desordem, os estudos da física, na perspectiva elaborada por Morin (2013), nos oferece mais uma lição. A teoria do *big bang*, por exemplo, embora apresente uma solução lógica, de causa e efeito, para a criação do universo, esbarra em uma nova aporia. O universo em expansão é justificado pela explosão de um ponto infinitamente denso. Ok. E antes disso, o que havia?

O fato é que quanto mais nos distanciamos no tempo ou no espaço, mais imprecisos ficam os dados, mais as hipóteses requerem a nossa imaginação, pois mais inaudível ficam os sinais pretéritos.

As respostas trazidas ao problema cosmológico são marcadas por uma dupla fragilidade. A primeira vem do fato de que quanto mais nos afastamos – remontamos, então – no espaço-tempo, mais os dados da observação ficam incertos, equívocos, mais se descobre buracos negros e oceanos negros, mais a sombra do desconhecido e do inconcebível cresce, mais as hipóteses requerem a cooperação ativa da imaginação. Aqui surge a segunda fragilidade: os chamados à imaginação são ao mesmo tempo chamados ao imaginário; os problemas do universo mobilizam, geralmente inconscientemente, inclusive no astrônomo, os poderes ocultos de mitologização e de racionalização. (Morin, 2013, p. 63)

Morin (2013) desenvolve o raciocínio de que os cientistas e suas hipóteses respondem a uma relação entre a realidade observada e a imaginação e isso envolve um chamado ao imaginário do observador, aos seus conceitos preconcebidos, a sua capacidade de abstração, suas expectativas. Por isso, segundo ele, a busca por uma racionalização, encontra necessariamente uma irracionalidade. E neste trabalho, encontro coerência entre o raciocínio de Morin (2013) e os conceitos lakoffianos de realidade percebida e mente corporificada. Afinal, veremos no decorrer

das próximas páginas, o observador é conceptualizador, seus conceitos, sua cognição, suas metáforas, seu raciocínio é fruto de sua conceptualização, da sua experiência.

Daí surge uma preliminar a toda teoria: não se pode teorizar como se o problema não fosse fundamentalmente hipotético. A primeira escolha não é, portanto, a de uma teoria, mas sim o modo como se constituiu essa teoria e a finalidade com que se a utiliza. Esta nova reflexão nos convida, a no caminho da ordem, do caos e da complexidade, abandonar a racionalidade dualista cartesiana, que distingue em busca da verdade científica persegue o que é objetivo (o corpo, o concreto, o literal), distinguindo-o do subjetivo (a mente, o abstrato, o conotativo), para enfim seguir o caminho enciclopédico. Para isso, Morin (2013, p. 33) recupera o sentido etimológico de enciclopédia, o qual nos remete a ideia de transformar o saber em ciclo, efetivamente, enciclo-pediar. Segundo ele, o termo enciclopédia não precisa ser encarado em um sentido acumulativo, mas articulador.

A verdade científica, como vimos, não está imune à imaginação, aos mitos, ao imaginário, às ideologias. A mente não está afastada do seu corpo, nem do seu espírito, nem de sua história, nem de sua cultura, nem de seus preconceitos, nem de seus sonhos, nem de seus desejos, medos e anseios. A lógica perfeitamente encadeada da hipótese do *big bang* nos mostra exatamente o quão surreal pode ser a verdade científica, mesmo que esteja adotado todo o pressuposto metodológico da verdade cartesiana, da lógica e da substância aristotélica ou mesmo da composicionalidade fregeana.

E, por fim, a ideia de uma catástrofe (como a explosão criadora do universo, mantido desde aí em expansão, ou como as interações imprecisas das partículas subatômicas constituintes de toda matéria e por que não as interações linguísticas imprevisíveis, mas organizadas) nos apresenta a ideia de um conjunto de processos metamórficos, ao mesmo tempo desintegrador e criador, os quais além de representar um começo, representam também um *continuum*, nos trazendo a ideia não de um começo absoluto, mas de uma cascata de acontecimentos interligados.

Sendo assim, a questão abordada pela física para estudar a desordem criadora e organizadora, desde o nível microfísico ao macrofísico, se configura, segundo Morin (2013, p. 65), como uma revolução de princípios e de métodos científicos, a partir da hipótese de que é se desintegrando que os sistemas se organizam, e que a organização que propomos cientificamente está, longe de constituir verdades, pautada na incerteza, na criatividade e no ponto de vista do observador. E tudo isso dilui cada vez mais as fronteiras entre as ciências exatas, naturais e humanas. “Essencialmente, a disjunção e a simplificação já estão mortas na própria base da realidade física”. (MORIN, 2013, p. 30).

Certamente que confusão e incerteza não são nem serão consideradas aqui como palavras últimas do saber: elas são signos anunciadores da complexidade. A ciência evolui. [...] o conceito de ciência não é absoluto nem eterno. E, entretanto, no seio da Instituição científica, reina a mais anticientífica das ilusões: considerar absolutos e eternos os traços da ciência que são mais dependentes da organização técnico-burocrática da sociedade. (MORIN, 2013, p. 30).

O debate linguístico travado por Naro e Cherre (2012), de um lado, e Lucchesi (2012), do outro, acerca de qual processo teria desencadeado a formação histórica do português brasileiro é invocado aqui como um exemplo no âmbito dos estudos linguísticos, para ilustrar o que Morin (2013, p. 30) nos incita, quando afirma que um cientista deve duvidar de si mesmo e que as incertezas evidenciadas por fenômenos como as mutações genéticas aleatórias, por exemplo. Assumir a incerteza, é ao contrário, um avanço rumo a terras desconhecidas. As incertezas e as dúvidas acerca do processo de formação da língua portuguesa não precisam nem devem ser dissipadas. Pois “não estamos limitados a apostar [...] em uma das duas versões [...] De fato, a regressão da certeza enganadora deve nos permitir ligar dois pontos de vista antagônicos sobre a natureza do universo em uma espécie de visão binocular enriquecida” (MORIN, 2013, p.88)

A origem do português brasileiro tem sido discutida a partir de duas hipóteses: a deriva secular e a transmissão linguística irregular. Em linhas gerais, esta se debruça para defender a relevância do contato entre e interlínguas (gerador de inovações linguísticas) para a formação histórica das línguas, enquanto aquela se debruça para defender a relevância de um fluxo conservador que aproxima e permite relacionar as línguas em famílias.

Ambas as hipóteses reúnem evidências empíricas. A favor da deriva têm-se os estudos histórico-comparativos, os quais demonstram a permanência da ordem. Em favor da transmissão linguística irregular têm-se os estudos crioulísticos, os quais demonstram a reestruturação da ordem, após o estabelecimento do caos promovido pelo contato linguístico. E, de fato, embora Naro e Scherre (2012) e Lucchesi (2012) se posicionem em lados opostos em seus debates, sou obrigada a concordar com ambos.

Enfim, estamos diante, então, de uma semelhante aporia da origem que se estabeleceu na física ao tentar explicar o surgimento do universo: verdades constituídas pautadas em incertezas, a partir da criatividade dos cientistas e sustentadas por dados empíricos inevitavelmente submetidos ao ponto de vista teórico do cientista. Pois, afinal, os processos de mudança no português brasileiro possuem notáveis paralelos com os processos observados em línguas crioulas de base lexical portuguesa na África e ao mesmo tempo possui notáveis

semelhanças com o português arcaico e mesmo com o latim. O contato inovador sozinho resultaria em desordem infinita e dispersão. A deriva secular sozinha resultaria em uma ordem estabelecida sem evolução, sem mudança. Estamos diante de uma cascata de acontecimentos interligados, em que emerge um conceito de sistema que valoriza as relações que se estabelece entre as partes. E que considera cada uma dessas partes constitutivas um sistema, formando sistemas de sistemas.

Este trabalho está situado dentro de um programa de pós-graduação que pretende estudar a história do português brasileiro, mas a sua visão escamoteia a aporia clássica da gênese, na qual, já vimos, a ausência de um começo ou o começo absoluto são inconcebíveis, pois cada vez que recuamos no tempo ou no espaço, menos fundamentação empírica nós temos para sustentar nossas hipóteses. Sendo assim, não estaremos em busca de um puro começo explicativo. Nós estaremos em busca de descrever o sistema linguístico como um sistema que se produz através da inovação e que ao mesmo tempo mantém suas condições originais singulares.

Nesse mesmo sentido, na direção de mostrar que o sistema linguístico é composto por forças de manutenção (ordem) e de inovação (desordem), caminham as conclusões de Almeida (no prelo) acerca da estabilidade e da elasticidade que caracterizam o significado linguístico, quando observa em seu estudo sobre o item léxico *foder*, tanto a preservação do significado etimológico, quanto a criação de novos significados.

A busca da validação da hipótese da deriva empreendida por Naro e Scherre, assim como a busca de Lucchesi para validação da hipótese da transmissão linguística irregular, são ambas hipóteses, pautadas em incertezas e fundamentadas por dados empíricos, ora mais robustos, ora mais rarefeitos, mas certamente impregnadas com os objetivos dos autores em defender o estatuto de verdade para suas hipóteses. Assim como o método cartesiano, os problemas levantados pela deriva secular têm confiança em sua hipótese. E da mesma forma, o faz os problemas levantados pela transmissão linguística irregular. E provavelmente, a minha própria certeza têm confiança nela própria. E longe de querer definir qual das hipóteses é a mais verdadeira, esclarecerei de antemão que a minha hipótese duvida de si própria, pois a única verdade que assumo é a verdade de que a minha hipótese é uma hipótese e que eu a escolhi porque, dentro das minhas possibilidades criativas, é a que me parece mais acessível e encantadora.

Mas, então, o que fará um cientista? Desistirá das verdades? Desistir das verdades seria então desistir da ciência? Não me parece que seja isso. Trata-se, sob meu ponto de vista, de retirar da ciência esse carimbo de austeridade e confiabilidade. Trata-se de desmistificar a impessoalidade científica. Trata-se de oferecer o centro e as cartas do jogo, democratizando o

saber, como já se faz nas literaturas contemporâneas. Trata-se de se permitir viver uma ciência sem fronteiras, onde se vive as artes, lado a lado, do rigor científico e seus fundamentos teóricos metodológicos. Onde um pesquisador, se assemelha a um artista que afina o olhar, as escutas e os silêncios para pesquisar, selecionar dados e propor métodos. Trata-se de assumir um papel de cientista que não só fala, mas escuta, sente e falha. Um cientista humano, afinal. Trata-se de escrever um texto dissertativo, em inúmeras pessoas, levantando dúvidas, ao invés de verdades. Não só afirmando, mas desafirmando, duvidando e articulando saberes, dados, histórias, conceitos. Trata-se de buscar como produto científico também os problemas, não só as respostas e as referências. Trata-se de assumir que o empreendimento científico proposto por Morin (2013) de conservar a circularidade entre o subjetivo e objetivo oferece respeito às condições objetivas do conhecimento humano, que comporta sempre em algum lugar, um paradoxo lógico e uma incerteza, como também observa o poeta em epígrafe. E que nossas conclusões muito provavelmente são etéreas, passageiras, mas servem sempre como lição, se não mostrando o caminho a seguir, mostrando então aquele a ser evitado, e principalmente com a finalidade de abrir a possibilidade de conceber várias verdades como faces de uma verdade complexa.

Conservar a circularidade é, mantendo a associação de duas proposições reconhecidas como verdadeiras isoladamente, mas que em contato se gema mutuamente, abrir a possibilidade de conceber essas duas verdades como duas faces de uma verdade complexa; é desocultar a realidade principal, que é a relação de interdependência entre noções que a disjunção isola ou opõe, é, portanto, abrir a porta à pesquisa desta relação. Conservar a circularidade é talvez abrir a possibilidade de um conhecimento que reflete sobre si mesmo. (MORIN, 2013, p. 32)

A aposta teórica é discípula de Morin (2013, p.33): as investigações sobre as relações de uma organização, dos sistemas de sistemas pode transformar-se em princípio organizador do conhecimento. Afinal estudando a realidade organizadora, seus princípios e relações, poderemos propor princípios teóricos, modelos para interpretá-la, articulando o que está teoricamente separado e tornando mais complexo o simplificado. Afinal, retomando as palavras anteriormente citadas, “Essencialmente, a disjunção e a simplificação já estão mortas na própria base da realidade física”. (MORIN, 2013, p.30). Os riscos deste empreendimento são evidentes, pois se por um lado, o gabarito da crítica científica, através das pesquisas e referências bibliográficas e da colaboração crítica de pesquisadores competentes, protege o cientista, por outro lado isso não o imuniza contra erros de fundamento na detecção de problemas cruciais e estratégicos.

A minha via como todas as vias é ameaçada pelo erro, e além do mais, eu passarei por desafios em que eu estarei desprotegido. Mas, sobretudo, meu caminho sem caminho

corre o risco permanente de se perder entre o esoterismo e a vulgarização, filosofismo e cientificismo. Sendo assim, eu não escapo da dificuldade enciclopédica, mas esta não se coloca mais em termos de acumulação, em termos de sistema, em termos de totalidade, ela se coloca em termos de organização e articulação no seio de um processo circular ativo ou ciclo. (Morin, 2013, p.33, 34)

Desse modo, este trabalho pretende, a partir de agora, cumprir um de seus objetivos discutindo a incorporação do conceito de desordem constitutiva no modelo teórico de representação do sistema linguístico.

2. BUSCANDO A CONSERVAÇÃO DA CIRCULARIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS EM UM PERCURSO HISTÓRICO DE TEORIAS LINGUÍSTICAS

No âmbito da linguística, a partir da publicação do Curso de Saussure, destacou-se o caráter sistemático da linguagem. Desde então, a linguística tem se esforçado para propor modelos lógicos que representem esse sistema. Sublinho o termo modelo de representação.

O sistema linguístico é um construto teórico, assim como o átomo o é para a física. Historicamente, várias propostas foram construídas para representar o que seria um átomo. Enquanto o interesse da comunidade científica estava centrado no estudo das forças que envolvem os movimentos da matéria, o átomo era representado como uma bola de sinuca. Quando, entretanto, o estudo da energia elétrica e calorífica ganharam evidência com a termodinâmica e a eletricidade, o modelo de representação do átomo mudou drasticamente. É assim também com a linguística.

Nossos estudos linguísticos estão vinculados ao modelo que adotamos para representar o que é linguagem, gramática e léxico. E esses modelos se relacionam ao modo como se concebe um sistema, seja ele fechado, encerrado em si, em sua lógica interna, ou aberto, em constante troca e relacionamento com outros sistemas, constituindo um complexo sistema de sistema de sistemas. Essa é uma das lições que empreendemos na primeira seção desta dissertação, quando estudamos as palavras de Morin (2013): a escolha teórica constitui e é constituída pela metodologia e seus produtos científicos, assim como o sujeito teórico é constituído e constitui a teoria e suas finalidades. Assim também compreendo as palavras de Foucault (2009 [1970], p.29], quando reflete sobre o papel sócio discursivo na elaboração da função do autor e do próprio autor (enquanto indivíduo) e sua obra, a qual podemos interpretar, em semelhança, à função discursiva do modelo teórico e da ciência:

Todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional que se faz de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo o que poderia ter dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo o momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra.

A escolha teórica deste trabalho reflete uma necessidade de diluir fronteiras, em busca de verdades complexas, conservando a circularidade entre o objetivo e o subjetivo, a ordem e a desordem, com foco na integração de conceitos e partes que há muito vem sendo tratadas como entidades isoladas. Posto que o estudo isolado das partes, ele próprio, tem evidenciado a natureza antagônica e complementar das partes em que se dividiu os sistemas e a necessidade de sua maior integração e relacionamento, conforme se evidencia a partir de Morin (2013) no âmbito dos estudos da *physis*, e também no âmbito linguístico, como se pretende destacar neste trabalho.

A primeira tentativa de representação do fenômeno linguístico como sistema, expressiva para os principais centros de pesquisa, foi elaborada pelo estruturalismo. A língua nesse momento foi concebida como um fato social autônomo, distinta da linguagem, por sua vez um fato psicológico. O empreendimento de decompor em busca da ordem sustentava-se na hipótese de que um indivíduo, sozinho, não é capaz de controlar a língua. E a constatação de que há certos comportamentos coletivos encadeados em uma lógica de causa e efeito, como as regras fonológicas estudadas pelos neogramáticos, alimentava a busca de um equilíbrio sistêmico alicerçado na ordem. Identifico aqui o pensamento de que equilíbrio e a organização do sistema está associado ao conceito de ordem e ao conceito de substância essencial aristotélica, os quais Morin (2013, p. 52) expressa nas seguintes palavras:

A ordem, Palavra Mestre da ciência clássica, reinou do Átomo à Via Láctea. [...] Alguns cometas parecem fazer um passeio pelo cosmos, eles seguem na verdade uma rota já traçada. O peso dos corpos, o movimento das marés, a rotação da lua em volta da terra, a rotação da terra em volta do sol, todos os fenômenos terrestres e celestes obedecem à mesma lei. A Lei eterna que regula a queda das maçãs substituiu a Lei do Eterno que por uma maçã fez Adão pecar. A palavra revolução, tratando-se de astros e planetas, significa repetição impecável, não revulsão, e a ideia de Universo evoca o mais perfeito dos relógios. [...] Este universo marca o tempo e atravessa-o de maneira inalterável. A sua textura, sempre a mesma, é uma substância incriada (a matéria) e uma entidade indestrutível (a energia). [...] É claro que na escala terrestre o olhar pode se chocar com algumas desordens e acasos, alguns barulhos e furores. Mas eles só constituem a escória quase fantasmática da realidade. “É somente na superfície que reina o jogo de acasos irracionais”, dizia Hegel. A Verdadeira Realidade é a Ordem física, onde todas as coisas obedecem à Lei da Natureza, Ordem biológica, onde todo indivíduo obedece à Lei da Espécie, Ordem social, onde todo humano obedece à Lei da Cidade. (MORIN, 2013, p.51-52)

Os comportamentos “imprevisíveis”, “incompreensíveis”, foram, assim, excluídos do

objeto de estudo da linguística estruturalista. A desordem foi encerrada nas particularidades da psique do indivíduo. E ao linguista caberia estudar os fenômenos ordenados, em outras palavras, os fenômenos para os quais alguma ordem era concebida ou percebida.

O estruturalismo situou o sistema linguístico na coletividade, conforme lê-se em Saussure (2006, p. 25): *o psicólogo estuda o mecanismo do signo no indivíduo, mas não atinge o signo que é social por natureza*. A variação linguística é encarada como desordem degenerativa, a qual tornaria inviável o funcionamento do sistema. O sistema linguístico é encarado como um sistema fechado e autossuficiente, posto que não se relaciona com outros sistemas. Estudar esse sistema, então, requereria abstrair todos os indivíduos e suas manifestações linguísticas particulares concretizadas na fala, na direção daquilo que é comum a todos, um sistema homogêneo, então um produto cristalizado, em equilíbrio sincrônico, regido por leis que lhe são particulares.

Esse sistema social foi concebido como um conjunto sincrônico de unidades invariantes, que possibilitam estabelecer uma gramática e um dicionário (SAUSSURE, 2006, p. 23). Em busca da ordem e da organização (de)composicional, excluiu-se os fatores psicológicos, particulares e subjetivos, teorizando sobre dois sistemas distintos: de um lado a língua (social) e do outro lado a manifestação da língua na fala (individual).

A fala, caracterizada pela variação de um e de outro indivíduo, foi encarada como produto de interferências pessoais, portanto, não fazia parte da língua, coletiva, e foi assim também excluída. A fala corresponderia então a um outro produto, distinto da língua, pois “*A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro (...) comum a todos e independente da vontade dos depositários*” (SAUSSURE, 2006, p. 27). Ademais, Saussure atribuía a capacidade de funcionamento da língua à sua homogeneidade. Segundo esse raciocínio, a variação e a heterogeneidade, intra e interlinguísticas, seriam inconcebíveis dentro da estrutura que rege o funcionamento das línguas. A variação e a heterogeneidade, não-modeláveis e imprevisíveis, são encaradas como desordem degenerativa e são inconcebíveis dentro de um modelo de sistema linguístico saussuriano.

Assim, a fala (empiricamente variável) não fazia parte do sistema linguístico e cada língua, por ser diferente, teria um sistema próprio, homogêneo e singular. A busca da ordem imutável e absoluta, como pedra fundamental do equilíbrio sistêmico, assim como a ordem mecânica da física newtoniana, reinava na linguística. E assim como a aporia genésica do *big bang* encontrou na explicação lógica uma hipótese surreal, o estruturalismo encontrou em sua lógica de exclusão de desordem, um constructo idealizado na ordem de um sistema autônomo cristalizado e invariante na coletividade e na sincronia.

Ao nível dos estudos sincrônicos e fonológicos, esse modelo foi bem produtivo na Escola de Genebra (discípulos de Saussure) e nos trouxe contribuições no âmbito intralinguístico; sintagmático e paradigmático. Contudo, ao estender a análise estruturalista para o plano da diacronia, observou-se que a mudança não é regida por apenas uma, mas por várias lógicas sistemáticas. As palavras de Morin (2013, p.53) utilizadas para refletir sobre a emergência do conceito de desordem constitutiva com o advento dos estudos da termodinâmica, aplicam-se para nossas reflexões a partir de agora: “um pequeno saco de desordem se cria no coração da ordem física. Primeiro confinado a uma redoma de vidro e alimentando-se exclusivamente de gás, ele torna-se onívoro, cresce aos poucos até ameaçar todo o Universo”, desde a microscopia dos átomos à macroscopia das galáxias.

Lucchesi (2004, p. 37) observa que a constituição unitária e homogênea do sistema linguístico saussuriano, opõe-se ao seu existir concreto, em que se atualiza efetivamente a partir de relações socioculturais e ideológicas. “Um existir que não se pode apreender fora da relação dialética que reúne o plano do indivíduo ao plano social”. Anunciando, assim, a necessidade de encarar o sistema linguístico como um sistema aberto, em mútua relação, troca e interação com outros sistemas. A variação e a mudança constituiriam, desse modo, um saco de desordem constituinte do sistema linguístico. A definição de língua como um único e homogêneo sistema coletivo entrou em colapso, com o estudo da mudança linguística.

Esses estudos diacrônicos foram conduzidos principalmente pelo Círculo de Praga e explicavam a mudança segundo a noção de funcionalidade, tanto no que diz respeito à sua função distintiva dentro do sistema linguístico (ainda encerrado em si mesmo e, por isso, composto por signos fonológicos, morfológicos e sintáticos), quanto no que diz respeito à sua função na sociedade (composta por variedades de gênero, sócio econômicas, geográficas etc que constituem um outro sistema isolado). Segundo Lucchesi (2004, 153), a língua, então, deixa de ser encarada como autônoma, pois foi preciso “conceber não apenas a mudança, mas a própria língua, como o resultado de um conjunto muito mais amplo de determinações; não apenas estruturais e fisiológicas, mas também sociais, históricas e ideológicas. Nesse caminho, Coseriu (1979) propõe a tricotomia sistema, norma e fala. Percebendo que o falar da coletividade é operado através de várias lógicas sistemáticas, ele propôs que o sistema é um conjunto abstrato de oposições estruturais distintivas que oferece diversas possibilidades e que a norma é um subconjunto desse sistema dedicado a um grupo social. A fala, mantém-se como a atividade concreta, variável e individual. Contudo, embora a variação e a mudança (antes concebidas como desordem degenerativa) a partir de então, passem a ser encaradas como fenômenos ordenados, a ideia de sistema linguístico homogêneo encarada a partir do ponto de vista dos sistemas fechados

e autônomos, mantêm-se inalterada. E a desordem, a variação e a mudança continuam excluídas da concepção teórica adotada para o sistema linguístico, pois não se concebe ainda os mecanismos de relacionamento e retroalimentação entre os sistemas linguísticos e sócio históricos.

Instalou-se, então, uma série de debates e críticas a esse modelo. Um verdadeiro processo de ruptura epistemológica que criou as condições necessárias à implementação de um novo ciclo de estudos, cujo principal expoente, segundo Lucchesi (2004) foi a sociolinguística.

A sociolinguística reservou para si a tarefa de propor uma representação de língua que desse conta de sua dimensão sócio histórica, evidenciada pelo fato empírico inquestionável de que a língua não é igual em todo lugar e em todos os tempos, para todas as pessoas. A memorável pesquisa de Labov (2008) sobre o inglês falado na Ilha de Martha's Vineyard demonstra que a desordem e o caos da variação e mudança linguística são organizados. Ele identifica que a variação na pronúncia dos ditongos naquele ambiente se relaciona a questões identitárias, observando que essa variação é regida pelo sentimento de insatisfação ou satisfação do falante quanto ao uso da variável padrão. Acerca dessa pesquisa Lucchesi (2004, p. 167) observa: *as chaves para descobrir os padrões que governavam a variação da estrutura linguística foram encontradas na estratificação social e na avaliação social das variantes linguísticas*. A sociolinguística nos anuncia que a variação, antes vista como desordem, é ordenada e constitui o sistema linguístico. E com isso nos oferece argumentos para sugerir que estamos diante, neste caso, de uma desordem constitutiva, sobre a qual discutimos na primeira seção, com o apoio das reflexões de Morin (2013), que nos mostra pelo menos dois conceitos para desordem: uma desordem ligada a degradação e a desorganização e uma desordem constitutiva, que em vez de degradar, faz existir.

Isso nos permite pensar que a desordem da variação é estruturada e estruturante. Estruturada porque o sistema linguístico se organiza na heterogeneidade, mantendo padrões, normas e gramáticas. Estruturante porque essa ordem (os padrões linguísticos) se edifica e se alicerça na desordem, pois novos padrões emergem do contato linguístico entre as inúmeras variações linguísticas a que estamos submetidos.

Isso nos leva a considerar que a mudança é um fato da língua e deve estar incluída dentro do seu modelo de representação. Contudo, os sociolinguistas se dedicaram exclusivamente à relação estatística dos fenômenos entre língua e sociedade, evidenciando a heterogeneidade ordenada da língua através de um olhar voltado para a identificação de padrões. Eles não se debruçaram sobre como as línguas funcionam em sua dimensão psicológica, para tentar entender os aspectos universais nas línguas, na direção dos estudos sobre a linguagem. Ela

não nos oferece alicerces teóricos para refletir como a relação entre o indivíduo e a sociedade é projetada, nem como os sistemas de sistemas se interconectam e relacionam.

O conceito de sistema linguístico laboviano permanece fechado. A variação foi introduzida como um “elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 105). “Cada uma dessas variáveis acabará sendo definida por funções de variáveis independentes extralinguísticas ou linguísticas, mas essas funções não precisam ser independentes umas das outras” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 108). A ideia de um conjunto de variáveis extralinguísticas evidencia a rigidez das fronteiras entre os sistemas linguístico e social. Os elementos “extralinguísticos”, como idade e gênero, por exemplo, são encarados como entidades independentes. Não se nota aqui a concepção de relacionamento retroalimentar fundamental ao equilíbrio dos sistemas abertos. O sistema laboviano concebe o relacionamento, a co-ocorrência e a interdependência apenas entre os elementos tidos como propriamente linguísticos.

A proposta gerativista chomskyana, por seu turno, debruça-se sobre como a linguagem funciona em sua dimensão psicológica, excluindo os aspectos sociais de seu objeto de estudo. Segundo essa teoria, o sistema linguístico estaria situado em um plano distinto da dimensão sociocultural. A linguagem seria então homogênea e distinta da língua (heterogênea) e estaria estruturada através de um aparato psíquico-biológico dedicado à expressão linguística. O modelo teórico para representar a linguagem, então, configura-se como um aparato cognitivo independente e individualizado na mente dos seres humanos, dedicado exclusivamente à expressão linguística e seria composta por um conjunto finito de regras operacionais (LYONS, 1987).

Castilho (2010) também reflete sobre esse tema e salienta que, o gerativismo sustenta uma concepção de mente modularizada. A linguagem é, então, concebida como um conjunto de regras autônomas e universais. Esse conjunto, assim como um órgão, seria um aparato biológico dedicado exclusivamente às funções linguísticas e independente de outras habilidades cognitivas. Geneticamente determinado, tornar-nos-ia capaz de adquirir qualquer língua (Chomsky, 1994). Assim como a linguagem, a gramática gerativista atende também à hipótese da modularidade, sustentando a existência de componentes específicos e individualizados conforme a natureza de suas propriedades. Desse modo, propõe-se uma gramática separada do léxico.

O léxico seria o lugar das propriedades idiossincráticas, organizado como um dicionário. A gramática seria o lugar das regras que estruturam a linguagem. Então, o modelo gerativista para a linguagem tem, em uma mão, o léxico: um conjunto de associações arbitrárias semânticas e gramaticais. E na outra mão, um conjunto de estruturas sistemáticas, que nos

permite categorizar, esquematizar e padronizar essas informações. A funcionalidade das línguas (padrões e regras particularizadas) e da linguagem (padrões e regras universais) estaria, então, na gramática, devido a sua sistematicidade e generalidade.

Associando a concepção de mente modular e as reflexões gerativistas sobre a ilimitada capacidade de expressão linguística (a capacidade gerativa), estabeleceu-se que o conhecimento linguístico é organizado em unidades discretas que se relacionam a partir de relações composicionais. Sendo assim, a língua seria um conjunto de unidades lexicais associado a um conjunto de regras gramaticais, que permitem a formação dos enunciados. De modo que para compreender um enunciado, nossa mente realiza uma operação de soma, somando cada parte componente.

Contudo, a contradição instaurada pelo estruturalismo, embora suficiente para destroná-lo, ainda hoje não foi superada nem pela sociolinguística, nem pelos gerativistas. As palavras de Lucchesi (2011) nos ajudam a demonstrá-la:

No plano da construção do objeto de estudo da linguística, o problema de uma teoria que pense a gramática como um sistema perfeito é que essa teoria tem de reduzir à lógica do sistema gramatical fatos que não derivam da lógica interna do funcionamento da gramática, ou seja, que resultam de processos externos, de fatores contingenciais que atuam na história das línguas – imperfeições que o devir histórico engendra no sistema linguístico.

Embora Saussure tenha anunciado a relação imbricada entre os aspectos psicológicos, biológicos e sociais que envolvem a linguagem e o conhecimento linguístico, impera entre os cientistas o método cartesiano para a busca da verdade que separa corpo e mente, a lógica composicional fregeana, a lógica aristotélica de causa e efeito, junto com sua substância essencial, pela busca de uma ordem e um sistema encerrado em sua própria lógica, para cuja opção teórica é a dicotomia, a exclusão. Ora exclui-se o coletivo, ora a psique. E o sujeito e sua subjetividade estão quase sempre excluídos, junto com suas leituras, seu mundo, seus significados. A problemática tecida por Lucchesi (2011) em torno da construção de um objeto de estudo como um sistema perfeito, é encarada neste trabalho como relacionada às condições de um pensamento em que o sistema linguístico é concebido como um sistema fechado, cuja lógica está encerrada nele próprio, pois não prioriza o estudo do relacionamento entre os sistemas.

Os estudos estruturalistas diacrônicos e a sociolinguística inseriram o princípio da heterogeneidade e da variação ordenada, anunciaram o seu relacionamento com o sistema social, mas ambos os sistemas, o social e o linguístico não são concebidos como sistemas retroalimentares, como sistemas abertos e lhes faltam propostas teóricas, hipóteses sobre como

essas interconexões ocorrem e se projetam. O gerativismo, por seu turno, anuncia a relação entre o sistema linguístico e o sistema biológico, mas os considera autônomos, pois se pauta em um modelo de mente modularizada separada do corpo, de indivíduo separado da sociedade, sistemas cognitivos autônomos em relação a outros sistemas.

A solução encontrada pela sociolinguística foi manter a localização da língua na coletividade, incorporando a sua heterogeneidade. A solução gerativista separou língua e linguagem, e retirou a linguagem da coletividade, localizando-a no indivíduo. Lucchesi (2011, p. 1) defende que uma das principais tarefas da linguística contemporânea é integrar a dimensão psíquico-biológica, valorizada pelo gerativismo, e a dimensão sócio histórica, valorizada pela sociolinguística, consideradas até, então, irreconciliáveis desde a emergência do paradigma saussuriano. E já aponta desde Lucchesi (2004) que a ausência de relacionamento teórico entre a variação, a mudança e a arquitetura do equilíbrio sistêmico e ordenado das línguas é um ponto falacioso, que ainda merece discussão entre os cientistas.

As reflexões de Morin (2013) sobre os sistemas termodinâmicos, exemplos de sistemas abertos, que se retroalimentam de outros sistemas, conduzem-nos a conceber o sistema linguístico sobre outro ponto de vista, a partir do qual o desvio, a perturbação, a variação e a mudança, podem provocar a estrutura, construindo organização e ordem ao mesmo tempo. E defende o diálogo entre as propostas produzidas até, então, de forma isolada, no empreendimento de elaboração de uma verdade complexa e dialógica.

A sociolinguística paramétrica proposta por Tarallo (1991) entra em defesa da adequação entre a teoria da variação e mudança e a teoria gerativa. Para ele, o conceito de mudança laboviano, o qual consiste na propagação de uma variedade em um dado grupo social e contexto histórico, pode ser aplicado, lado a lado ao conceito de mudança chomskyano, o qual consiste na alteração da fixação de parâmetros gramaticais no momento da aquisição da linguagem na infância. Contudo, Borges Neto (2004) advoga a ausência de alicerces teóricos em comum para sustentar essa aliança teórica. E mais uma vez, a solução foi decompor: o conceito chomskyano original para o sistema linguístico é, então, encarado como um sistema mais abstrato e universal (língua-I), o qual possui princípios invariantes e parâmetros em aberto, e o sistema laboviano original de sistema heterogêneo é encarado como (língua-E), a qual possui parâmetros gramaticais definidos.

Parece-nos, que a solução é deixar de encarar indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade, heterogeneidade e homogeneidade como conceitos opostos. Parece-nos que a solução é deixar de separar esses conceitos em unidades discretas, deixar de fugir do seu antagonismo. Um indivíduo não existe independentemente de seu contexto social (geográfico,

econômico, histórico, antropológico, biológico etc). A objetividade não passa de uma tentativa de encontrar critérios lógicos na própria subjetividade. A heterogeneidade, enfim, se revela relativa: um olhar de condor poderá encontrar ordem estruturada, onde de uma menor altura só se observava desordem desorientada.

Assim, poderemos deixar de construir modelos teóricos excludentes, que pretendem situar a linguagem em uma mente separada do corpo, e uma língua situada em um coletivo separado do indivíduo, para lidar com esses antagonismos como faces complementares de um mesmo objeto de estudo, a partir do ponto de vista de uma ciência que não exclui o cientista, em uma tentativa de ser objetivo sem excluir o subjetivo. E conceber o sistema linguístico como um sistema em relação vital com outros sistemas, para o qual a variação, a polissemia, a heterogeneidade são as bases fundadoras e motivadoras das suas relações estruturantes.

3. O SURGIMENTO DA LINGUÍSTICA COGNITIVA

Uma das contribuições pretendidas com esta dissertação é demonstrar que a linguística cognitiva se insere dentro do movimento da epistemologia contemporânea em busca de um pensamento complexo. Esse olhar para a história da linguística, permite-nos perceber que a linguística cognitiva é uma tentativa de propor soluções para as pedras que os linguistas vêm encontrando no caminho. Com certeza, outras fendas se abrirão no que pensávamos ser plano. E assim caminha a história. Mas de que pedras estamos falando agora?

Como vimos na seção anterior, Lucchesi (2011) revela uma crise epistemológica contemporânea, quando demonstra os debates travados entre a sociolinguística e o gerativismo, defendendo que:

todo esse debate, e boa parte do desenvolvimento teórico da Linguística Moderna, gira em torno do desafio de reunir as duas dimensões aparentemente antitéticas do fenômeno linguístico: as dimensões psíquico-biológica e sócio-histórica da linguagem humana [...]

O pensamento dicotômico é evidência de um ponto de vista em que o relacionamento entre os sistemas não é concebido. Assim, uma vez assumida a interdependência entre, por exemplo, os sistemas linguísticos, sociais, sensoriais, psíquicos e biológicos, a representação do sistema necessita de alicerces teóricos que concebam esse relacionamento. E a dicotomia não atende a essa necessidade, pois é fruto de um pensamento que encara o sistema como uma

unidade isolada e autossuficiente: o corpo isolado da mente constitui dois sistemas distintos e autônomos. Trata-se, sob o ponto de vista deste trabalho, de superar algumas contradições como indivíduo e coletividade, individualidade e subjetividade, estrutura e mudança, instauradas desde o estruturalismo, em busca de um modelo teórico coerente, que conceba a antagonia como complementaridade.

Não se trata apenas de uma síntese de formulações contraditórias entre si, que conduziria necessariamente a um ecletismo certamente indesejado, mas implica sobretudo na revisão de certos axiomas de cada um dos modelos, para garantir a coerência interna da nova proposta (LUCCHESI, 2011).

O ganho teórico promovido pelo estruturalismo, pela sociolinguística e pelo gerativismo é evidente: descrever e modelar expressões de causa e efeito para os padrões de comportamento gerais que as línguas apresentam; conceber língua, linguagem, gramática, variação e mudança como um sistema ordenado; conceber o caráter cognitivo da linguagem. Tudo isso se configurou como avanços muito importantes para o desenvolvimento da teoria linguística. Naturalmente, após cada passo dado em direção ao horizonte, ele se torna mais distante, novas pedras são encontradas e novos desafios e lacunas aparecem para serem superados.

Fillmore, Kay e O'Connor (1988) perceberam nos idiomatismos uma dessas pedras. Os idiomatismos, até então, sob uma perspectiva que distingue o conhecimento linguístico entre aquilo que é idiossincrático (o léxico) e aquilo que é generalizável (a gramática), eram encarados como itens do léxico, pois acreditava-se que se tratavam de expressões lexicalmente preenchidas e cristalizadas em uma dada língua.

Todavia Fillmore, Kay e O'Connor (1988) demonstraram que há idiomatismos esquemáticos, que se distanciam da idiossincrasia atribuída então ao léxico, e se aproximam da generalidade atribuída então à gramática, revelando rachaduras no alicerce teórico que separa o léxico da gramática, como se cada uma dessas entidades constituísse módulos autônomos de conhecimento distintos por propriedades particulares. Segundo os autores, os idiomatismos podem ser substantivos ou esquemáticos, em outras palavras, eles perceberam que os idiomatismos se classificam quanto ao nível de especificação de itens lexicais, conforme segue abaixo:

- Idiomatismos com itens lexicais totalmente especificados, por exemplo, *com o coração na mão* (preocupado) e *do fundo do coração* (sinceramente);

- Idiomatismos com itens lexicais parcialmente especificados, por exemplo, *tirar X do sério* (irritar) e *X esticar a canela* (morrer);
- Idiomatismos sem itens lexicais especificados ou lexicalmente abertos, por exemplo, o padrão sintático de inversão da ordem sujeito-predicado, associado a contextos de réplica no discurso (*Idiota é você*) ou o padrão sintático de SN Tópico + verbo no infinitivo + prosódia especializada, associada a contextos em que o falante demonstra surpresa, com pressuposição contrafactual.

Embora os idiomatismos lexicalmente especificados sejam “maiores” que uma palavra, não seria incoerente tratá-los como elementos do componente lexical, nos moldes gerativistas, tendo em vista que são estruturas idiossincráticas. Porém, os idiomatismos parcialmente especificados exigem um lugar teórico distinto do léxico (idiossincrático) e da gramática (esquemática e generalizável). Fillmore, Kay and O’Connor (1988) também questionam a lógica fregeana para o significado dos enunciados, pois percebem que o significado de um idiomatismo nem sempre corresponde a soma do significado de suas partes.

Essas reflexões sobre os idiomatismos contribuíram pelo menos com duas constatações. Em primeiro lugar, o significado de um enunciado nem sempre corresponde a padrões gerais de composição entre léxico e sintaxe, pois existem idiomatismos composicionais e idiomatismos não composicionais.

[...] a complexidade do cálculo da significação sentencial em muito ultrapassa as possibilidades do insight fregeano [...] em que os itens lexicais amalgamavam-se recursivamente, obedecida a configuração estrutural [...] e cumpridas as restrições [...] de natureza semântica, armazenadas na entrada lexical (SALOMÃO, 2002, p. 65).

Em segundo lugar, evidencia-se que não só as unidades lexicais possuem características idiossincráticas. Também as estruturas esquemáticas são convencionalizadas, conforme observa Salomão (2002, p. 67):

o caso das expressões idiomáticas é apenas uma potencialização da situação dos padrões linguísticos lexicalmente abertos, mas cuja configuração (como **construção passiva, ou causativa ou existencial**) já contribuiria semanticamente para a interpretação da sentença. [grifos da autora]

Dessa maneira, ao invés de dicotomizar o conhecimento linguístico entre as unidades lexicais e gramaticais, propõe-se um único modelo para as unidades linguísticas: um modelo semiótico denominado construção, aplicável à todos os níveis da análise linguística: sintático,

semântico, fonológico, morfológico, pragmático etc. A diferença, por exemplo, entre sintaxe e léxico, reside na especificação dos itens lexicais. O léxico é substantivo e atômico (isto é, são unidades sintáticas mínimas e lexicalmente específicas), enquanto itens sintáticos podem ser pelo menos parcialmente esquemáticos e complexos (isto é, consistem de mais do que um elemento sintático e podem não ser lexicalmente especificado) (CROFT, 2007, p.467). Esse raciocínio operado pelos linguistas cognitivos segue o raciocínio do pensador complexo, que conforme Morin (2011, p. 6), não pretende eliminar a simplicidade, numa posição oposta ou inversa, ao invés disso:

[...] integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e finalmente ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade.

Assim, diante da constatação de que há unidades na língua indescritíveis a partir de uma referência teórica que dicotomiza léxico e gramática e diante da constatação de que o significado linguístico encontra-se associado a estruturas lexicalmente preenchidas e não preenchidas, de modo nem sempre composicional, percebe-se a necessidade de integrar e diluir as fronteiras teóricas entre léxico e gramática e de propor novas “fórmulas” para a composição linguística.

Isso traz implicações importantes para a ciência linguística e lhe oferece dois pilares fundamentais: 1) nem sempre o todo corresponde a soma das partes e 2) a língua/linguagem/gramática são sistemas de sistemas de sistemas. Mas o que afinal isso quer dizer?

Isso quer dizer que o sistema linguístico está interligado a outros sistemas – sociais, psicológicos, biológicos etc. – e a lógica operante neste intrincado sistema de sistemas não é composicional, a lógica é transformacional, de modo que o produto de um sistema (o todo global) possui características distintas das características de suas partes componentes.

A teoria do pensamento complexo apresenta um modelo de sistema, pautado no conceito de organização, convidando o cientista a analisar além das suas partes estruturais, as relações que as organizam. A linguística cognitiva surge, então, com uma proposta. O primeiro axioma revisito responde a uma mudança na própria noção de sistema, vivida pela epistemologia contemporânea. Ela é fruto das inquietações dos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento e não está restrita aos estudos linguísticos.

Capra (1995; 1998) demonstra como a física contemporânea vem se afastando do modelo dicotômico cartesiano em direção de um modelo mais holístico, em que a relação com o todo e com a subjetividade não é desprezada, em favor de uma análise exclusivamente objetiva da relação entre as partes. Humberto Eco (2013) retoma o percurso da filosofia da linguagem desde

Aristóteles e demonstra como os estudos semióticos vem se afastando de um modelo linear para um modelo mais ramificado, como uma rede ou um labirinto, pois os estudos semânticos revelam fronteiras poucos nítidas entre o conhecimento mais vasto, tradicionalmente conhecido como enciclopédico, e aquele sintetizado em condições necessárias e suficientes, conhecido como dicionário.

A proposta da linguística cognitiva surge pautada em um modelo de mente integrada ao corpo e as suas experiências, o qual discutimos através do conceito de mente corporificada proposto por Lakoff e Johnson (1980), Johnson (1987) e Lakoff e Johnson (1999).

As palavras de Morin (2011, p.6) nos alerta: o pensador complexo, aqui representado pelo linguista cognitivo, não pretende oferecer a verdade absoluta dos fatos, nem uma réplica fiel da realidade, pois complexidade e completude não se confundem.

É verdade, a ambição do pensamento complexo é dar conta das articulações entre os campos disciplinares que são desmembrados pelo pensamento disjuntivo (um dos principais aspectos do pensamento simplificador); este isola o que separa e oculta tudo o que religa, interage, interfere. Neste sentido, o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional. Mas ele sabe desde o começo que o conhecimento completo é impossível: um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma onisciência.

Com esse conceito, propomos que os nossos sistemas cognitivos são construídos mediante a experiência que estabelecemos com o mundo. Dessa forma, assim como outras modalidades do conhecimento, a linguagem se organiza conforme as nossas experiências corpóreas, biológicas, sociais e psicológicas, a partir de processos semiológicos, que se estruturam em nossa memória. O estudo da linguagem, dessa forma, está integrado a outras disciplinas.

Uma das integrações realizadas pelos linguistas cognitivos se realiza entre a psicologia e a linguística. Ancorando-se nas pesquisas da psicologia cognitiva, propõe-se que as nossas habilidades cognitivas relacionadas à memória e percepção, por exemplo, são comuns a vários processos cognitivos, sugerindo que a mente não está dividida em módulos autônomos, ao invés disso, propõe-se que a nossa mente se constrói como um todo integrado. Desse modo, propõe-se que a cognição humana está equipada por um conjunto de processos básicos responsáveis pela categorização e conceptualização de nossas experiências, sejam elas sensoriais, culturais, emocionais ou linguísticas.

Com isso, a semântica assume um papel central na teoria cognitiva, pois o processo de significação é encarado como responsável pela memorização e organização das nossas

experiências, sistematizando o nosso conhecimento de mundo, que inclui o nosso conhecimento linguístico. E a natureza do significado assume um ponto de vista não só linguístico. Ele é ampliado e assume uma natureza experiencial, de modo que aquilo que experienciamos, seja no âmbito sensório-motor, psicomotor, psicológico, linguístico, sinestésico, sociológico, biológico ou bioquímico está dentro do horizonte da semântica.

Fenômenos como polissemia, homonímia e sinonímia são encarados como fruto do relacionamento entre os sistemas e dispensam descrições através de condições necessárias e suficientes. Nota-se, então, a concepção de um modelo de organização sistêmica encarada como um produto de inter-relações entre elementos, onde ambos, sistema e elementos, estão submetidos às condições, pressões e imposições do meio em que estão inseridos. A descrição e as explicações desses sistemas deixam de ser efetuadas ao nível das partes, como se fossem entidades isoladas. E a relação entre as partes deixa de ser concebida a partir de regras de composição exclusivamente aditivas (ou formadoras), para abarcar também regras de composição mais complexas (ou transformadoras, não decompositivas). O significado, permeado de subjetividade, confere à desordem e à variação, o estatuto organizador do conceito de desordem constituinte.

Um novo processo de ruptura na linguística criou, assim, as condições necessárias para um novo ciclo de desenvolvimento. Da mesma forma como outrora a sociolinguística respondeu dialeticamente às falhas geológicas produzidas pela aplicação diacrônica das hipóteses estruturalistas construídas a partir de estudos sincrônicos. Da mesma forma como o gerativismo responde às crises implementadas nas pesquisas behavioristas, diante do argumento da pobreza do estímulo e do comportamento criativo do falante utilizando a linguagem. Dessa mesma forma, vivenciamos hoje o surgimento da linguística cognitiva respondendo dialeticamente às falhas geológicas do modelo gerativista, em voga para representar o domínio psíquico-biológico da linguagem, e do modelo sociolinguístico, em voga para representar seu domínio sócio histórico. Em busca de apreender o caos desordenado da linguagem que a estrutura e ordena, através de um percurso, cujo horizonte está na diluição das fronteiras entre corpo e mente, gramática e léxico, objetividade e subjetividade, semântica e pragmática, dicionário e enciclopédia, indivíduo e sociedade, até então, dicotomizados pela ciência moderna.

4. O QUE ENTENDEMOS COMO LÍNGUA, A PARTIR DOS ESTUDOS EM LINGUÍSTICA COGNITIVA: UM CONTÍNUUM ENTRE LÉXICO E GRAMÁTICA

Como vimos, o modelo gerativista, alinhado à concepção de mente modular, representa o conhecimento linguístico seccionado em duas partes: o léxico e a gramática. O léxico se caracteriza pelo que há de não previsível. Ele é idiossincrático e arbitrário. Uma unidade lexical se diferencia de uma unidade gramatical, porque as informações gramaticais do léxico são dedicadas a um item determinado do sistema linguístico (caracterizando o que há de idiossincrático na língua), enquanto as informações da gramática são instruções gerais que se aplicam a um conjunto do sistema (a linguagem). Porém, diversos fatos linguísticos demonstram que o conhecimento linguístico não é compartimentalizado em módulos. E mais ainda, a variação, a mudança, a semântica, a pragmática e a morfologia revelaram-se tão sistemáticas e funcionais quanto a sintaxe, ao mesmo tempo em que a sintaxe não se revela assim tão sistemática, nem modelável com a exatidão de uma função matemática linear.

Ao nível morfológico, a composição '*chá de panela*', por exemplo, e a derivação '*carcereiro*' e '*prisioneiro*' não nos conduzem a uma soma composicional. Ao nível sintático, isso também pode ser observado, em idiomatismos como '*bater as botas*', '*quebrar a cabeça*' ou '*dar com os burros n'água*'. Os estudos de Fillmore, Kay e O'Connor (1988) demonstram que mesmo estruturas sintáticas lexicalmente abertas, como por exemplo, a inversão sujeito-predicado, em contextos de réplica, como '*Idiota é você*', possuem a mesma propriedade semiológica presente no léxico, configurando um signo linguístico que associa uma forma (a inversão sujeito-predicado) e um significado (réplica). Dessa maneira, entra em vigor a proposta lakoffiana de um contínuum entre o léxico e a gramática, pois ambos compartilham propriedades gerais de associação entre forma e significado, dando lugar, a emergência do conceito de construção.

Segundo Croft (2007), é possível encontrar semelhanças entre o modelo cognitivo de representação das construções e o modelo gerativo de representação do léxico, pois elas integram informações sintáticas, semânticas e fonológicas. A diferença é que a representação de itens lexicais gerativa é substantiva e atômica (isto é, são unidades sintáticas mínimas e lexicalmente específicas), enquanto construções podem ser esquemáticas e complexas (isto é, são constituídas por mais de um elemento sintático e podem não ser lexicalmente específicas) (CROFT, 2007, p.467)

Isso sugere que muitas vezes o nosso conhecimento linguístico também está relacionado a regras específicas, ao invés de regras altamente generalizadas. Percebemos, assim, que não organizamos o nosso conhecimento linguístico em categorias modulares. As nossas regras, os nossos padrões linguísticos não estão sempre associados a um conjunto discreto e modular.

Há um repertório vasto de evidências para demonstrar que sistematizamos o nosso

conhecimento não só a partir do parâmetro generalidade. Os estudos sobre categorização demonstram a organização em torno de protótipos, a partir de parâmetros como generalidade e alta ou baixa frequência.

Podemos adicionar uma palavra a uma classe já existente, mas também podemos criar uma nova classe. Conjuntos altamente produtivos convivem harmoniosamente com conjuntos menos produtivos. O gerativismo assume apenas o parâmetro da generalidade a fim de rotular um dado como sendo sistemático. Porém, a linguística cognitiva nos mostra que os parâmetros que utilizamos para a sistematização dos dados são variáveis e podem estar relacionados à produtividade da categoria, à frequência de uso ou até mesmo à quantidade de membros já categorizados, como discute Goldberg (2006). Há regras morfológicas, por exemplo, que se aplicam apenas a itens lexicais mais frequentes, embora esses itens integrem uma mesma classe gramatical, ou seja, as regras são dedicadas não a uma determinada categoria, mas está relacionada à frequência de uso de um item lexical em particular. A irregularidade morfológica do verbo *ser*, nesse sentido, poderia ser atribuída à frequência de uso. A história do seu uso, as alterações fonológicas e ampla polissemia promovidas pelo contato linguístico constituiriam fatores promotores de alterações morfológicas que se consolidam mediante uma taxa de alta frequência de uso. Diferentemente, verbos com baixas taxas de frequência de uso seguiriam padrões morfológicos regulares.

Desse modo, a Linguística Cognitiva se apropria dos resultados das pesquisas elaboradas pelas ciências cognitivas e se alinha a uma concepção de mente integrada, não modular. Com isso, propõe-se que o falante não compartimentaliza as generalizações sobre o sistema de sua língua em um módulo caracterizado pela generalidade, distante da variação e do uso, como faz o gerativismo ao separar os fatos gerais (na gramática e na linguagem) e os fatos específicos (no léxico e na língua). A representação do conhecimento linguístico incorpora assim regras gerais e idiossincráticas, exemplares categóricos, prototípicos e periféricos, pois a natureza das generalizações que produzimos se adapta à frequência com que usamos um elemento, ou à sua produtividade e ao significado que produz. A natureza das nossas generalizações não se relaciona exclusivamente com o grau de generalidade com a qual é aplicada.

O modelo de gramática proposto pela Linguística Cognitiva é baseado no uso e no significado. A gramática é, então, responsável pelo conhecimento que se tem sobre as convenções linguísticas, que por sua vez são eminentemente simbólicas. O que conhecíamos como gramática, sintaxe ou morfologia, então, se confunde com o que conhecíamos com léxico e ambos se associam à semiologia, constituindo as línguas.

Dessa forma, para estudar a língua, propõe-se uma estrutura não reducionista, que emprega redes esquemáticas altamente articuladas e enfatiza-se a importância de todos os níveis hierárquicos de um esquema de categorização, desde os mais gerais, até os mais específicos e idiossincráticos.

Esse modelo é conhecido como Gramática das Construções e assume que todas as unidades gramaticais são pares de forma e significado. Essas unidades, conhecidas como construções, podem se apresentar como uma unidade altamente específica e idiossincrática, como uma palavra. E podem também se apresentar como uma unidade altamente geral e esquemática, como um sintagma, como sugere Goldberg (1995), onde se demonstra a existência de significado associado a estruturas sintagmáticas sem itens lexicais especificados. Isso permite um modelo teórico uniforme para a representação de todo o conhecimento gramatical.

O surgimento do modelo da gramática de construções foi impulsionado por uma reação ao modelo componencial defendido pelos gerativistas, para o qual cada propriedade gramatical é representada por um componente individual e específico, que por sua vez possui regras exclusivas de operação (CROFT, 2007, p. 464).

Como dito antes, a língua é um conjunto de convenções, que podem ser mais ou menos produtivas, mais ou menos numerosas, mais ou menos frequentes. Os itens que o modelo gerativo encerra no léxico têm a mesma qualidade dos itens encerrados na gramática. E ambos são carregados de informação estrutural e semântica. Assim, a distinção entre língua (mais idiossincrática) e linguagem (mais universal) ancorada em uma polarização do léxico e da gramática não se configura consistente. Uma língua, pois, é encarada neste trabalho como um conjunto de construções idiossincráticas que se configuram em todos os subsistemas linguísticos, sejam eles morfológicos, sintáticos, fonológicos, prosódicos, lexicais, semânticos, pragmáticos, discursivos, textuais etc.

5. A AMPLITUDE DO SIGNIFICADO E SUA NATUREZA EXPERIENCIAL: UMA ARQUITETURA PARA O CONHECIMENTO ANCORADA NA SEMÂNTICA

O Universo não é uma idéia minha.
 A minha idéia do Universo é que é uma idéia minha.
 A noite não anoitece pelos meus olhos,
 A minha idéia da noite é que anoitece por meus olhos.
 Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos
 A noite anoitece concretamente
 E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.
 (Alberto Caeiro)

Com o corpo, falamos tristezas que as palavras desconhecem.
(Mia Couto)

I'm not crazy. My reality is just different than yours.
(Gato Risonho, personagem de Lewis Carroll, em Alice no País das Maravilhas)

Diante da natureza semiológica de todas as unidades linguísticas aqui defendida, o estudo do significado revela-se indispensável. Todavia, é importante deixar claro que este trabalho não se concentrará nos estudos lexicográficos e onomasiológicos. Estaremos mais próximos dos estudos semasiológicos, buscando esclarecer a natureza e a organização do significado, contudo, estabelecer fronteiras rígidas entre essas disciplinas é algo que não pretendemos fazer. Afinal de contas, ao mesmo tempo em que nos aproximamos dos estudos semasiológicos, nos distanciamos desta seara, pois também pretendemos investigar os processos cognitivos de conceptualização do mundo. E de todo modo, estudos semasiológicos não estão completamente dissociados dos estudos onomasiológicos, tendo em vista a natureza semiótica da linguagem. Sendo assim, sob o ponto de vista deste trabalho, o significado que um item linguístico assume, em uma dada língua, em um dado contexto de uso, seu parentesco, sua etimologia, sua sócio história, sua variação intra ou extralinguística, os produtos metafóricos estabelecidos, tudo isso serve ao fim de verificar seus processos cognitivos estruturantes que arquitetam o conhecimento sobre a linguagem.

O significado linguístico é dinâmico e flexível. Isto é evidenciado pelos fenômenos de mudança, variação e polissemia, que respondem a nossa necessidade de conceber um mundo em constante transformação, sob variadas perspectivas. Afinal o mundo muda e a leitura que se faz em relação a ele também. A leitura de um indivíduo não é a mesma efetuada por outro e própria leitura de um único indivíduo varia, o que está evidenciado em vasta literatura poética, como a de Fernando Pessoa, rica em heterônimos, em cujos poemas reflete essa multiplicidade psicológica dos indivíduos: *A minha arte é ser eu. Eu sou muitos. Mas, com o ser muitos, sou muitos em fluidez e imprecisão.* (LOPES, 1990).

Isto nos coloca diante das angústias saussurianas, a desordem provocada pelo conflito entre o indivíduo e a coletividade, que outrora resultaram em um modelo de linguagem estruturalista encerrada na sociologia da coletividade e um modelo de linguagem gerativista encerrada na biologia do indivíduo. Utilizando o método estatístico a sociolinguística aparentemente organizou a situação, conduzindo as investigações no sentido de apontar tendências mais ou menos prováveis de mudança, a partir de dados de variação.

A despeito dessa flexibilidade e mutação, é possível identificar estruturas bastante

sistemáticas, como aquelas organizadas em termos de relações hierárquicas verticais (hiperonímias e hipônimos), as baseadas em projeções conceptuais (como as metáforas conceptuais) e também as baseadas na contiguidade (frames). Desse modo, não seria o caso de uma desordem constitutiva sobre a qual fala Morin (2013)?

Lucchesi (2011) visualiza a variação e a mudança linguísticas inseridas dentro do sistema linguístico, mas não encontra um aparato teórico e metodológico adequado para alicerçar o seu *insight*. Neste trabalho, defendo que esse modelo teórico almejado se alicerça no conceito de desordem constitutiva discutido por Morin (2013). A variação pode ser compreendida como desordem criadora das línguas. Afinal de contas, se a variação fosse uma desordem do tipo que deteriora a língua, como poderíamos ser tão ricos em organizações gramaticais, em padrões morfológicos, fonéticos, fonológicos, pragmáticos textuais, semânticos etc? É ela a responsável pela mudança e evolução das línguas. É o alicerce dos fenômenos linguísticos constitutivos.

Dessa maneira, assim como na física, também na linguística, está corroído o pilar da busca por uma ordem linear, necessária e suficiente para os itens linguísticos, dicotômica, que despreze a natureza antagônica e complementar do significado, do indivíduo, da sociedade e a natureza semiótica dos itens linguísticos. E para refletir sobre isso, faz-se necessário as palavras de Silva (2010, p. 35):

[...] é necessário procurar o significado esquemático de uma palavra, sem todavia o considerar como o significado essencial ou a condição necessária e suficiente, e ao mesmo tempo analisar os usos contextuais particulares, sem todavia exagerar as diferenças de sentido.

Assim, o estudo do significado, incluído na gramática, pretende além de evidenciar sua sistematicidade, dar conta da sua variabilidade, ancorando-se numa estrutura baseada não só em taxonomias hierárquicas que obedecem a critérios de generalidade, mas também taxonomias radiais, configuradas a partir de protótipos, taxonomias horizontais de relações metafóricas e também de relações associadas ao contexto de uso.

Lakoff (1987) propõe um modelo de rede radial multidimensional para descrever essa estrutura, que parte, então, de um centro prototípico do qual emanam diversos sentidos mais ou menos próximos. Esse modelo é muito utilizado para o estudo da polissemia. Por seu turno, as relações metafóricas evidenciam o caráter experiencial do significado, revelando sua natureza enciclopédica, corporizada, histórica e cultural (LAKOFF, 1980). A esse respeito, Silva (2010, p. 47) observa que a linguagem existe em mentes individuais, mas se constrói na interação social: “os nossos significados, as nossas ‘realidades’ são produto de mentes individuais em interação entre si e com os nossos contextos físicos, socioculturais, políticos, morais etc.”. Como

consequência, os aspectos pragmáticos possuem extrema relevância para o estudo gramatical, constituindo-se dentro da esfera do significado, diluindo mais uma vez fronteiras que estávamos (nós linguistas) acostumados a solidificar, estabelecendo um *continuum* também entre a semântica e a pragmática, entre significado literal e figurado, entre dicionário e enciclopédia.

Aqui, penso, faz-se necessário um parêntese para discutir o que penso sobre *continuum*. Um *continuum* pode ser interpretado como uma linha onde se fixam dois pólos com propriedades discretas, entre os quais se situam pontos com fronteiras cada vez menos nítidas. Todavia, um *continuum* pode ser interpretado como um círculo, ou como um poliedro, ou como um fractal. A ideia que sublinho através do termo *continuum* é a ideia de fluidez, para cuja fronteira a linha compartilha propriedades e distinções e cujos pólos são constituídos a critério do olhar instituído pelo leitor, pelo autor, a depender de seus interesses, a depender do que for necessário focalizar, em um dado momento.

Retomando, então, a discussão sobre a diluição das fronteiras entre dicionário e enciclopédia, percebe-se que a antropologia linguística, a sociolinguística e a geolinguística demonstram a sistematicidade dos aspectos relacionados ao modo como o conhecimento linguístico encontra-se distribuído entre os membros de uma comunidade de fala, motivo pelo qual, a ideia chomskyana de um falante-ouvinte ideal não se sustenta. Sobre isso, Eckert (2000) defende que não se pode desprezar o significado social, pois a habilidade de elaborar convenções linguísticas reside na habilidade de o falante hipotetizar o comportamento do outro e tomar decisões acerca do que fazer em uma dada comunidade.

Essa valorização do significado social, do contexto em que o indivíduo se situa e de suas intenções comunicativas reforça a proposta lakoffiana para a natureza do significado, indicando que nossas experiências sensoriais, corpóreas e interacionais (em relação ao meio social e ao ambiente que nos cercam) ancoram o estabelecimento do significado linguístico (e todo o tipo de conhecimento, em geral). Contudo, isso traz a uma reflexão: a ideia de língua encerrada em uma mente isolada do corpo de um falante-ouvinte ideal isolado da sociedade é falaciosa, e, como vimos na secção dois, a ideia de uma língua encerrada na coletividade também o é. Assim sendo, estamos novamente diante do conflito entre indivíduo e sociedade.

Na secção um discutimos a partir das palavras de Morin (2013) a emergência de uma ciência focada em incluir sistemas dentro de sistemas, ao invés de separá-los em grupos atômicos. Nesse momento, faz-se necessário retomar as palavras de Morin (2013) que iniciaram este trabalho.

Pode-se satisfazer em conceber somente o indivíduo excluindo a sociedade, de

conceber a sociedade excluindo a espécie, o humano excluindo a vida, conceber a vida excluindo a *physis*, a física excluindo a vida? [...] Pode-se aceitar que o conhecimento seja fundado na exclusão do conhecedor, que o pensamento seja fundado na exclusão do pensador, que o sujeito seja excluído da construção do objeto? (MORIN, 2013, p. 28)

Deste trecho, iniciamos, então, um novo rumo para as discussões, pois estamos agora diante de dicotomias tradicionalmente utilizadas para sustentar os alicerces que constroem o conhecimento científico que nos trouxe até aqui, falando-se em linguística, desde Saussure. Este trecho invoca reflexões em torno da natureza antagônica e complementar de dicotomias como indivíduo e coletividade, objetividade e subjetividade – discussão que empreendemos através do conceito lakoffiano de mente corporificada.

A elaboração de um significado envolve inter-relações entre o indivíduo e a sociedade, mas essa questão merece uma investigação mais aprofundada, para que se encontre um método de análise que, ao invés de dicotomizar esses conceitos, associem-nos a partir de sua natureza antagônica e complementar, como se discute a partir do ponto da Teoria da Complexidade. Embora a diluição entre indivíduo e sociedade ainda não esteja teoricamente elaborada com rigor, neste trabalho, assumimos um ponto de partida amplamente discutido dentro da linguística cognitiva: o conceito de mente corporificada. Defende-se, então, que nossas categorias linguísticas decorrem, sobremaneira, de inter-relações, envolvendo nossa constituição biológica e nossas experiências no mundo, resultando em um constructo teórico a que denominamos mente. Desse modo, o nosso conhecimento linguístico se arquiteta de modo a organizar conceitos (ou construções), a partir de nossas interações psicológicas, físicas e sociais, através do processo que se denomina conceptualização.

O ato de conceptualizar pode ser entendido como o ato através do qual estabelecemos conexões estruturantes entre nossas ações e nosso aparato biológico. É a forma como a nossa cognição arquiteta o modo como percebemos a realidade. O ato de conceptualizar é visto aqui como o elo entre o indivíduo e seu contexto de interação (que envolve a sociedade, o meio ambiente físico etc) e é o elo entre o corpo e a mente do próprio indivíduo. É, enfim, o processo que organiza, conecta, cria e sustenta as partes do sistema cognitivo. É o processo ordenador. Sublinho aqui o termo processo. E desenvolvo esta ideia. Sob este ponto de vista, a ordem estabelecida e encontrada no mundo e na realidade linguística parece estar ancorada nos processos estruturantes, nas relações que organizam este sistema.

Os produtos gerados pelo ato de conceptualizar parecem encerrar o indivíduo dentre dele próprio, pois a mente parece encerrada dentro da própria subjetividade do indivíduo. Isso cria uma dificuldade para lidar com a relação entre o indivíduo e a coletividade. As partes

atômicas do sistema, os seus frutos, estão permeadas de subjetividade, pois a subjetividade é ingrediente do processo. E isso, agora, leva a crer, que este conflito, a antagonia complementar entre indivíduo e coletividade, é a gênese do caos, da desordem e da variação, mas que é essa desordem que constitui e alicerça os fenômenos de mudança que deram e dão origem e funcionalidade às línguas. Ao aceitar o caos e o conceito de desordem constitutiva, ao deixar de buscar a eterna ordem linear para todos os fenômenos, ao desistir do santo graal das condições necessárias e suficientes e das regras universais que constituem a gramática de todas as línguas, é possível ver com clareza que os itens linguísticos são idiossincráticos, variáveis, polissêmicos e heterogêneos, pois os fenômenos linguísticos, assim como todo tipo de conhecimento, são concebidos como um processo de interpretação da realidade.

O ato de conceptualizar, em si, assume essa concepção, através de uma perspectiva vetorial retroalimentar entre indivíduo e coletivo, atenta à multiplicidade de interpretações a que submetemos a realidade (seja ela fonológica, lexical, discursiva, histórica ou qualquer que seja o setor de conhecimento que pretendemos focalizar... por interesses investigativos em contato linguístico ou pragmáticos de outra ordem).

E esse processo, como todo processo de leitura, envolve, aspectos formais, gramaticais, textuais, semânticos, pragmáticos, sociais, históricos etc, cujas fronteiras, já vimos, não são muito nítidas, pois encontram-se interligadas, em moldes aproximados ao rizoma deleuziano, no que diz respeito a descentralização e a ausência de polarização: “O pensamento não é arborescente e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada”. (DELEUZE e GUATTARI, 2004, p. 25). O rizoma não tem um fim ou um início fixo e preestabelecido. Ele é o meio, o mecanismo, a operação, o resultado por onde ele cresce e transborda, sem remeter a uma unidade nem dela ser derivada (PELBART, 2003, p. 216). O conceito-chave lakoffiano de mente corporificada desenvolve-se, então, lado-a-lado com o conceito de realidade percebida de Rosch (1978) e confunde o próprio corpo individual com o mundo coletivo em que se insere, pois, juntos, constituem um sistema. E da mesma forma que a mente se estabelece a partir das experiências sensório-motoras do corpo inserido em um contexto físico, esta mente corporificada se estabelece a partir das experiências discursivas e psicológicas do indivíduo inserido em contextos sócio históricos. De onde finalmente se percebe a complementariedade de conceitos como corpo e mente, objetividade e subjetividade, indivíduo e coletividade.

Ao conceptualizar a linguagem, então, interpretamos o mundo através do sistema linguístico, mantendo, todavia, conexões com outras esferas de conhecimento e com variadas modalidades de experiência, que por sua vez englobam o contexto físico, social, biológico, psicológico, discursivo etc. Afinal, o sistema linguístico é concebido como um sistema aberto,

que mantém relacionamentos de troca com outros sistemas, constituindo-se como sistemas de sistemas. Sob esse ponto de vista, então, para estudar fatos de língua, estudaremos seus itens linguísticos, os quais conhecemos tradicionalmente como léxico e gramática, mas que já vimos podem ser tratados como construções, devido a sua propriedade semiológica em comum. Para estudar fatos de linguagem, estudaremos seus processos cognitivos estruturantes, que envolvem o ato de conceptualizar.

Segundo Langacker (1987, p. 11), a natureza da linguagem é simbólica. Goldberg (1995, p. 5) adota um axioma básico quando diz: conhecimento sobre linguagem é nada mais nada menos que conhecimento. E esses dois autores dialogam com os fundamentos propostos por Croft e Cruse (2004, p.2): a semântica está no centro dos estudos linguísticos e a linguagem não é uma faculdade autônoma, em relação às nossas outras habilidades cognitivas. Afinal, se concebemos a cognição como um sistema de conhecimento, a linguagem pode ser concebida como uma de suas partes, que se configura por sua vez como um sistema, um sistema de um sistema, com propriedades particulares e também compartilhadas.

As propriedades particulares da linguagem foram evidenciadas pelos estudos linguísticos de cunho mais estruturalista e racionalista. A linguagem possui propriedades formais que lhe são próprias, seja através de uma fonologia, morfologia, sintaxe etc. Contudo, os estudos da linguística cognitiva estão concentrados em evidenciar a relevância do papel do significado e também em evidenciar as propriedades que a linguagem compartilha com outras habilidades cognitivas. Dessa forma, aquilo que é visto como propriedade específica da linguagem, tal como a morfologia ou sintaxe, por exemplo, não estará dissociado da semântica, pois a linguagem está organizada através de conceitos. E a organização do conhecimento linguístico não se distingue do modelo de organização de outras modalidades de conhecimento, pois utilizamos as mesmas faculdades cognitivas no empreendimento de construir e ampliar o nosso conhecimento, tais como as habilidades de atenção, memória, percepção, focalização, enquadramento etc., conforme descreve Langacker (1987). E, além disso, o uso da linguagem não está dissociado das emoções, por exemplo, o que cria numerosas outras conexões cognitivas para relacionar conhecimentos e memórias.

Os estudos de Lakoff e Johnson (1999) discutem o conceito de mente corporificada e realismo experiencialista, com os quais este trabalho se filia, ao demonstrar que os nossos construtos mentais (o nosso conhecimento) têm relação intrínseca com a experiência que estabelecemos com o mundo através do nosso corpo, enquanto entidade física, psíquica e social, estabelecendo significado semântico, pragmático e discursivo.

A tentativa de conceituar as cores é uma evidência clássica da natureza interacional do

corpo e da mente. Maturana e Varela (2011, p. 27) chamam atenção para o fato de que embora cada cor tenha um dado comprimento de onda, não é apenas esse fator o responsável pela cor que observamos. Não há um verde na uva independente das nossas retinas, independente da luz do ambiente em que estamos. As cores se configuram em relação à configuração que se estabelece entre o ambiente observado e o observador.

Outra evidência em favor dos conceitos de mente corporificada e realismo experiencialista são os estudos acerca dos critérios psicológicos para a classificação do conhecimento que a espécie humana estabelece, sobre o que trata Rosch (1978). Segundo ela, está bem documentada a descoberta de que os indivíduos concordam em seus julgamentos sobre quando os membros de uma categoria são exemplos bons, mas que os limites para essa dada categoria não são objeto de concordância. Isso indica que raciocinamos em termos de categorias prototípicas, organizadas em circuito de rede, onde no centro se situam não só os conceitos mais genéricos, mas também os mais cotidianos, recorrentes, produtivos e frequentes.

As pesquisas de Ana Paula Huback (2010 e 2013) robustecem a validação desses conceitos, na medida em que encontram evidências de que a experiência dos indivíduos tem papel decisivo na sistematização do conhecimento linguístico. Em Huback (2010), defende-se que na formação do plural no português brasileiro, há uma maior hesitação na formação do plural de itens lexicais poucos frequentes, em relação a itens lexicais mais frequentes. Em Huback (2013) defende-se que a baixa frequência de uso é um elemento que provoca a variação linguística, fazendo com que itens pouco usados submetam-se a paradigmas flexionais regulares e itens muito utilizados resistam a mudanças, mesmo que apresentem um paradigma flexional irregular. Desse modo, assumindo que a experiência do falante com as formas linguísticas é imprescindível para a constituição do seu sistema linguístico, percebe-se que no segundo caso, o protótipo é o próprio item linguístico, enquanto no primeiro caso, o protótipo é o paradigma flexional.

Rosch (1978) define a categoria prototípica como categorias de nível básico e pode-se dizer que elas correspondem às experiências que estabelecemos com o mundo, a partir da interação, pois ela salienta que, em parte, as categorias são construídas mediante a percepção do observador. As categorias de nível hierárquico seriam estabelecidas mediante relações metafóricas e, por isso, a definição de seus exemplares estaria submetida a um maior grau de variação.

Um último grupo de evidências explicitadas neste trabalho se refere aos esquemas imagéticos, que correspondem a inferências espaciais realizadas por nós a todo o tempo durante o uso da linguagem de maneira inconsciente, muito embora as relações espaciais não existam

como entidades físicas da mesma natureza como os objetos e as pessoas o são. Esquemas imagéticas são produtos cognitivos pré-verbais e inconscientes constituídos de significado emergente a partir de nossa experiência corpórea de movimento com o mundo físico. Trata-se de um padrão recorrente e dinâmico das nossas interações perceptuais e motoras que oferece coerência e estrutura a nossa experiência (Johnson, 1987).

Almeida (no prelo) observa que em expressões como *alto astral* e *baixo astral*, ou *estar por cima* e *estar por baixo* associam-se a conceitos positivos e negativos, justamente porque se conectam à experiência espacial da verticalidade. Segundo ela, a experiência humana de ficar de pé na infância, as suas frustrações ao cair e levantar nessa empreitada, conduzem a um constructo mental que associa a relação espacial PARA CIMA com o que é bom, enquanto PARA BAIXO é associado com o que é ruim.

Esses estudos giram em torno dos mecanismos de construção e organização do conhecimento e trazem para o centro da análise os estudos sobre o significado. Eles indicam a natureza prototípica das relações que estabelecemos para categorizar experiências, demonstram que as relações experienciadas pelo nosso corpo estão presentes e são produtivas em nossa mente e colocam o significado no centro dos estudos, pois demonstram que a percepção que temos do mundo é fundamental para o estabelecimento dos constructos mentais, para os processos de conceptualização. Ou seja, as relações que estabelecemos com o mundo ao experienciá-lo, seja no âmbito sensorial, motor, psicológico, biológico, discursivo ou social são memorizadas e arquitetam o nosso conhecimento, a partir de variadas perspectivas significativas.

Croft e Cruse (2004, p. 2) afirmam que a organização do conhecimento linguístico não é tão diferente daquela referente a outras modalidades de conhecimento, por isso as habilidades cognitivas necessárias para falar e compreender linguagens não são significativamente diferentes daquelas necessárias à elaboração de atividades motoras ou percepção visual, por exemplo. Segundo eles, de um ponto de vista cognitivo, a linguagem é a percepção e produção em tempo real de sequências simbólicas organizadas. Certamente, o arranjo dessas habilidades cognitivas se distingue para a elaboração de enunciados linguísticos e para a elaboração de imagens visuais. Todavia, enquanto atividades cognitivas, ambas requerem as mesmas competências e habilidades. Nota-se, assim, o alinhamento da linguística cognitiva ao pensamento complexo, uma vez que são os arranjos de configuração, a organização sistêmica, os efetivos objetos de investigação dos referidos sistemas. Essa hipótese demonstra que a linguagem pode ser adequadamente descrita e modelada a partir da organização de estruturas conceptuais e habilidades cognitivas (CROFT E CRUSE, 2004, p. 3). E que o conhecimento, aparelhado sob as bases de habilidades biológicas, é construído e ampliado através, para e pela interação que se

estabelece com o mundo.

Assim, aquilo que os estruturalistas encaravam como signo linguístico é encarado de uma forma mais ampla, e sua natureza simbólica é capturada pelas ciências cognitivas, para desta vez apostar em representações teóricas que se referem a um constructo mental responsável pelo arquivamento das relações que se estabelecem entre código linguístico e contexto de uso. Isso quer dizer que o nosso conhecimento sobre a realidade tem uma base experiencial, pois concebemos a realidade conforme a interpretação que fazemos dela.

O nosso aparelho sensorial, por exemplo, a visão, não nos apresenta radiação ultravioleta nem seres microscópicos, embora ambos estejam presentes no mundo. De modo semelhante, numa relação conjugal, a qualidade de fiel pode ser atribuída a um cônjuge que mantém relações incestuosas em segredo. Nesse caso, o conceito de fiel é construído sobre o cônjuge, pois a realidade do incesto não é percebida, não foi experienciada. No plano de uma análise sintática, por exemplo, o significado dos elementos dêiticos é fundamentalmente relacional e demonstra a fixação do significado a partir de um ponto de vista. Esses exemplos, tratados desde um domínio mais concreto do aparato sensorial da visão até um domínio mais abstrato dos julgamentos subjetivos e pessoais, demonstram que o nosso conhecimento sobre o mundo está circunscrito pelo modo como percebemos a realidade, situados em relação a um ponto de vista. Isso oferece ao significado um caráter dinâmico e flexível e ajuda a fundamentar o conceito ao qual este trabalho se fundamenta em sua análise de dados: o conceito de realidade experiencialista e de mente corporificada.

A natureza dinâmica e flexível do significado nos introduz uma outra série de reflexões. Desta vez a respeito de dicotomias tradicionalmente realizadas, mas que em linguística cognitiva não são demandadas. Trata-se de uma posição epistemológica em que o significado não se constitui a partir de um ponto de vista positivista e objetivo, mas ao invés disso, incorpora o sujeito, a sua cultura, seu contexto físico, sociohistórico, discursivo e pragmático. Disso decorre, uma posição em que estamos diante de um mundo em transformação, diante de sujeitos transformadores em transformação. Não se trata nem de uma abordagem subjetivista, nem de uma abordagem objetivista. Trata-se de encontrar o caminho do meio. O significado não está, por exemplo, encerrado no item linguístico, nem está encerrado na mente do indivíduo. O item linguístico é ele próprio uma entidade sistêmica que carrega e evoca propriedades, da mesma forma que o sujeito. O significado linguístico emerge na interação entre esses sistemas, no dado momento em que interagem. Sendo assim, o significado linguístico tende a ser enciclopédico, contextual e, portanto, idiossincrático, pois está inserido em uma cultura e requiere a experiência histórica dos indivíduos.

Nesse momento, faz-se importante introduzir a proposta de Fillmore, conhecida como Semântica de Frames, a proposta de Lakoff, conhecida como Modelos Cognitivos Idealizados, assim como as propostas de Langacker para a conceituação de domínios e sua proposta para a relação entre perfil e base, as quais, neste trabalho, são encaradas como perspectivas complementares de um mesmo *insight* teórico.

Atentos ao caráter relativo e contextual do significado linguístico e também aos seus padrões não-composicionais, os teóricos da linguística cognitiva apresentam modelos que enfatizam a relação entre os conceitos e a relação que estabelecem com o contexto em que se inserem. Langacker (1987), analisando o conceito RAIO, observa que ele está intimamente relacionado com o conceito CÍRCULO, pois alguém só é capaz de entender o que é um raio se souber que o círculo é uma forma geométrica delimitada por uma circunferência desenhada a partir de um centro fixo. Ele descreve essa relação a partir de dois termos: perfil e base. O perfil se refere ao conceito simbolizado pela palavra e a base simboliza todo o conhecimento enciclopédico pressuposto ao entendimento da palavra. Desse modo, o conhecimento sobre raio (perfil) é delimitado em relação ao conhecimento sobre círculo (base), afinal RAIO é a distância entre o centro do CÍRCULO e a sua CIRCUNFERÊNCIA. Da mesma forma, o conceito CÍRCULO está intimamente relacionado com outros conceitos. Alguém pode concebê-lo a partir da experiência sensorial, manipulando anéis, por exemplo. E pode concebê-lo a partir da sua relação com outros conceitos, como o conceito de raio, centro e circunferência, definindo-o como a forma geométrica delimitada a partir de um ponto fixo e um raio definido.

Fillmore (1988) chega a conclusões semelhantes quando propõe a Semântica de Frames. Em sua análise, ele observa que o conceito VEGETARIANO (aquele que não se alimenta carnes) só pode ser entendido em relação ao conceito daquele que se alimenta de carnes. Em uma comunidade que não distingue o comportamento alimentar de seus integrantes, o uso da palavra vegetariano não tem propósito. Da mesma forma, o conceito de HEREGE é construído em relação a um conjunto de crenças religiosas e o conceito FIM DE SEMANA é construído em relação ao conceito de dias úteis. Assim, percebe-se, os conceitos são construídos contextualizados e interrelacionados, a partir de conhecimentos e experiências prévias. De fato, nenhum conceito existe de forma autônoma e independente e, basicamente, não há limite para o tamanho desse contexto nem para a quantidade de relações necessárias à construção dos conceitos.

Os modelos cognitivos idealizados propostos por Lakoff (1987) introduzem uma abordagem integradora para a dicotomia objetivo-subjetivo, quando afirmam que os modelos e padrões que categorizamos não correspondem necessariamente à realidade. Ao invés disso, eles

correspondem à recortes, perspectivas e interpretações que realizamos ao experienciá-la, pois pressupõem que uma variedade de fatores experienciais como percepção, emoções, raciocínio, a biologia do corpo humano, as convenções socioculturais e o desenvolvimento sócio motor e cognitivo são determinantes para as propriedades características da linguagem.

Todavia, eles são compreendidos a partir do contraste entre o perfil e a base e, encarados de uma forma mais genérica, todos concebem o significado a partir da relação entre a parte e o todo, contextualizando-o, valorizando as relações e a organização estabelecida entre a unidade (concebida ela própria como um sistema ou subsistema) e o sistema, ou seja, um conceito é encarado como a seleção (perfilamento) de alguns pontos do conhecimento enciclopédico construído na experiência, que compõe a base. De modo que, se o conceito não é atômico, nem finito, ganha importância para os estudos semânticos, cognitivos e também sistêmicos, a ênfase nos estudos da relação estabelecida entre o conceito e o contexto (ou o perfil e a base, respectivamente).

Segundo Alan Cienki (2007, p. 181), a noção de *domínio* tem sido utilizada em dois principais contextos de pesquisas em linguística cognitiva: os que envolvem a metáfora conceptual lakoffiana - em que os domínios são encarados como fonte e alvo de projeções conceptuais, porém não se desenvolve com profundidade o que seria propriamente um domínio - e a gramática cognitiva desenvolvida por Langacker (1987), em que se dá um tratamento mais explícito ao tema. Ainda segundo Cienki (2007), embora os dois contextos de pesquisa tenham se desenvolvido de maneira autônoma, lhe parece profícuo manter um diálogo entre eles.

Langacker (1987, p. 487) define domínio com uma unidade cognitiva relativa à conceptualização, em que se encontram modeladas, padronizadas ou memorizadas variadas modalidades de experiências, sejam elas mentais, espaciais, conceptuais etc. Ele distingue os domínios básicos dos abstratos. Os domínios básicos corresponderiam às experiências vivenciadas pelo corpo. Croft and Cruse (2004, p. 24) também o interpretam dessa maneira, afirmando que “Langacker calls domains rooted in directly embodied human experience **basic domains**”. Cienki (2007, p. 182) destaca que os domínios básicos se distinguem dos abstratos, pois não podem ser reduzidos a outros domínios, de modo que podem ser encarados como dimensões primitivas de representações cognitivas. E de fato, este raciocínio encontra consonância com a lógica proposta para a teoria da metáfora conceptual em que um domínio fonte (ou mais básico) se projeta em um domínio alvo (cada vez mais abstrato). Contudo, uma questão ainda não está resolvida, pelo menos para mim, até este momento. Se as experiências sensorio-motoras ou perceptuais ou corporificadas convergem para o estabelecimento de entidades cognitivas mais básicas ou primitivas, encaradas como fonte ou início dos processos de

construção e arquitetura do conhecimento, estaríamos a dizer que as experiências corporificadas são dissociadas das experiências sociais? Isso não estaria em confronto com o próprio conceito de mente corporificada? Afinal, se concebemos uma mente enraizada no corpo, poderíamos conceber um corpo desenraizado da mente?

Os estudos de Tomasello et al. (2005) oferecem dados empíricos sobre a participação das habilidades pragmáticas de interação sócio cultural no processo de construção do conhecimento, através do compartilhamento de intenções e emoções. Em Tomasello (2003) propõe-se que quando a criança inicia o processo de aquisição da linguagem (por volta de um ano de idade), ela já está equipada com dois conjuntos de habilidades cognitivas que envolvem a capacidade de encontrar, compreender e categorizar intenções, na dimensão funcional da linguagem, e a capacidade de encontrar, compreender e categorizar padrões na sua dimensão gramatical.

Sendo assim, advogo que nossas experiências advindas do nosso aparato sensorial e motor estão intrinsecamente relacionadas às experiências culturais de interação social. E desse modo, se as experiências mais primitivas convergem para o estabelecimento de domínios básicos, que servem de fonte primitiva para conexões posteriores, adentra-se inevitavelmente a esfera do subjetivo e da desordem, pois todas essas experiências são concebidas por nós a partir de uma perspectiva particular.

Assim, a busca de um corpo para enraizar um domínio mais básico ou um esquema imagético, fundamentalmente mais primário ou simples, retrata a busca da ordem constitutiva que reinou na ciência até o desenvolvimento do conceito de desordem constitutiva, sobre o que reflete Morin (2013). Afinal, o corpo agora já se confunde com a mente e, ambos, com fronteiras fundidas, não delimitam mais um indivíduo isolado de seu contexto, pois este se interconecta com a sociedade e seu meio físico. E a realidade, concebida agora como realidade percebida ou idealizada, já não distingue com nitidez o que é sonho, imaginação, emoção, razão e realidade.

Concordamos com Croft e Cruse (2004, p.16) quando observam que os termos *frame*, *base* e *domínio* parecem se identificar com o mesmo quadro teórico, motivo pelo qual não faremos distinção entre eles. Concordamos também com Cienki (2007, p. 170) quando observa que *frames*, *modelos cognitivos idealizados* e *domínios providenciam* um modo de caracterizar o conhecimento enciclopédico que está intrinsecamente conectado ao conhecimento linguístico. Da mesma forma, não faremos distinção entre essas terminologias neste trabalho, afinal de contas, assumindo que cada uma dessas propostas busca pensar e teorizar a relação entre a parte e o todo e que o autor imprime em sua obra a sua perspectiva, é natural, que cada uma dessas propostas apresente pontos de convergência e de divergência e que muitas vezes tentem falar a mesma

coisa de modos diferentes. E é bastante natural que cada um de nós leitores as interpretemos de maneiras diferentes. Mais importante, nesse momento, para os objetivos aqui propostos, é focalizar o estudo das relações, da organização do sistema conceptual, o que nos permite classificar este trabalho dentro da epistemologia contemporânea denominada teoria dos sistemas complexos ou filosofia da complexidade, além de situá-lo dentro dos estudos de linguística cognitiva.

Da mesma forma, este trabalho reconhece nas propostas de Fillmore, Langacker, Lakoff e Faucaunier tentativas da linguística cognitiva em apresentar uma solução ao problema da composicionalidade e da organização dos sistemas complexos. De modo semelhante aos teóricos da complexidade, esses linguistas buscam a descrição do todo a partir da relação que ele estabelece com as partes, ao invés de buscar a sua descrição a partir da soma de suas partes componentes. Desse modo, a descrição do significado se mostra contextual e relativa, de modo que mais importante para este trabalho é evidenciar essa natureza de organização, motivo pelo qual adotarei o termo sistema conceptual, como referência à arquitetura do nosso conhecimento, pois acredito que as propostas teóricas descritas são tentativas que percorrem uma mesma direção, em busca da complexidade dos sistemas.

Entendido como esse sistema conceptual se organiza, passamos ao estudo das relações que se estabelecem entre seus pontos, pois dessa forma transcendemos o estudo da estrutura na direção do estudo da sua organização. As relações que organizam o conhecimento, por muito tempo foram encaradas como um produto composicional. Todavia, a linguística cognitiva, assim como a filosofia da complexidade, reúne evidências empíricas de que nem sempre o todo corresponde à soma das partes e isso corrói os alicerces que fundamentam a busca por condições necessárias e suficientes para a descrição e explicação dos fenômenos linguísticos. O clássico exemplo da derivação morfológica de *carcereiro* e *prisioneiro* evidencia com clareza a insuficiência de um princípio linear para a composicionalidade do significado linguístico. Palavras primitivas sinônimas como *cárcere* e *prisão*, somadas ao morfema derivacional agentivo *-eiro*, produzem resultados distintos.

Certamente, há situações que permitem uma análise composicional linear, porque o efeito de alguns fatores é tão minúsculo que pode ser desprezado. É o caso da mecânica newtoniana, em que muitas vezes pode-se desprezar a resistência do ar, por exemplo, para efetivar cálculos. Contudo, nem sempre isso é possível, e nesses casos, a complexidade do sistema precisa ser encarada de frente. Nos estudos sobre a linguagem, vários exemplos demonstram que se está situado no território da complexidade.

O nosso conhecimento está estruturado numa arquitetura de rede complexa. Essa

complexidade é atribuída às incontáveis relações estabelecidas entre a nossa constituição biológica e as nossas experiências corpóreas, sensoriais, psicológicas e socioculturais. Os estudos sobre a nossa mente revelam que todo o nosso conhecimento está estruturado não apenas a partir de um aparato biológico de células e reações químicas, mas também a partir do modo como interpretamos e vivenciamos a realidade.

Isso está de acordo com a filosofia de Morin (2013) quando ele reflete sobre a racionalização dos fenômenos através do pensamento lógico. Os problemas que a ciência estuda, e particularmente, o problema da composicionalidade do significado linguístico, sobre o qual nos debruçamos neste momento, são fundamentalmente hipotéticos. Então, a racionalidade teórica é permeada pela imaginação do cientista, sua subjetividade, seu ponto de vista, sua percepção da realidade. Antes de uma escolha teórica, há de se fazer reflexões sobre o modo como se constituiu esta teoria e a finalidade com a qual se a utiliza. Assim, este trabalho se posiciona a favor da proposta de Lakoff e Johnson (1999), conhecida como realismo experiencialista, pois ela atribui à organização do conhecimento humano, os mesmos atributos que a filosofia de Morin (2013) nos orienta a atribuir à pesquisa científica, ao evitar a essência aristotélica e a verdade cartesiana.

As palavras de Silva (2004, p. 3) nos ajudam a compreender o que entendemos como realismo experiencialista, sob o ponto de vista da linguística:

E se a função categorizadora da linguagem impõe estruturas e formas ao conhecimento do mundo, então este não é objectivamente reflectido na linguagem: em vez de o espelhar, a linguagem é um meio de o interpretar e construir, de organizar conhecimentos que reflectem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das culturas. Nestes princípios assenta a própria posição filosófica e epistemológica, que Lakoff e Johnson [...] caracterizam como sendo o *experiencialismo* ou, em versão mais recente, *realismo corporizado* ou *encarnado*.

O significado linguístico, então, não reflete objetivamente o mundo e a realidade. O significado é a tradução que se faz da realidade observada, vivida e percebida. Ele se estrutura em nossa mente, mediado pelo nosso corpo e nossas relações sócio históricas. Ele é o resultado da interpretação que se faz do mundo, vivenciando-o. É a própria construção da realidade percebida. E a sua estruturação é motivada pela necessidade de memorizar essas percepções, ao que Silva, na passagem acima, denomina função categorizadora da linguagem.

Assim, o nosso conhecimento linguístico se estrutura de modo a organizar códigos semióticos (construções), a partir de nossas interações psicológicas, físicas e sociais, em processo que se denomina conceptualização. O ato de conceptualizar é o ato através do qual estabelecemos conexões estruturantes entre nossas ações e nosso aparato biológico. É a forma

como a nossa cognição estrutura o modo como percebemos a realidade. Descrever a linguagem, então, requer conceber as estruturas cognitivas como um processo de interpretação da realidade. E o processo de interpretação da realidade envolve, falando de linguística, os aspectos gramaticais, lexicais, discursivos, semânticos, pragmáticos, metafóricos, metonímicos e cognitivos, diluindo, afinal, inúmeras das dicotomias estruturalistas.

É categorizando o mundo percebido que a mente se estrutura e organiza. Por isso, a descrição do significado (e da linguagem) está pautada em um método de observação empírica, baseada no uso, para que as interpretações das expressões linguísticas estejam fundamentadas na experiência, seja ela individual, coletiva ou sócio histórica. Mais uma vez, as palavras de Silva (2004, p. 4) corroboram a nossa proposta:

E a resposta crucial ao *problema da interpretação* consistirá, não em encontrar uma espécie de alfabeto do pensamento humano, mas em fundamentar *empiricamente* as interpretações das expressões linguísticas na experiência individual, coletiva e histórica nela fixada, no comportamento interaccional e social e na fisiologia do aparato conceptual humano.

Sob esse ponto de vista, nossas categorias linguísticas decorrem, sobremaneira, das inter-relações entre nossa constituição biológica e nossas experiências no mundo, o que resulta em estruturas de conhecimento organizadas na forma de domínios cognitivo-culturais. Incluindo entre os estudos do significado, os estudos sobre a pragmática, aproximando os conceitos de enciclopédia e dicionário. As metáforas recorrentes encontradas em uma dada língua, como a clássica metáfora do AMOR É UMA VIAGEM, é tão idiossincrática quanto o léxico e os idiomatismos estudados por Fillmore, Kay and O'Connor (1988) e, da mesma forma, a relação entre o significado agentivo e a transitividade sintagmática estudada por Goldberg (1995).

Ainda segundo Silva (2004, p.4) a categorização linguística tem sido estudada em três vertentes: o estudo da estrutura interna das categorias tomadas isoladamente, onde se destaca a teoria do protótipo e os estudos sobre fenômenos como polissemia; o estudo das estruturas conceptuais que combinam categorias individuais em modelos mentais coerentes, onde se destacam a teoria da metáfora conceptual, a teoria dos espaços mentais e da integração conceptual e a semântica de frames; e finalmente, a observação semiótica da relação entre forma e significado, orientado pelo princípio da iconicidade, sobre o qual se debruça a alternativa simbólica da gramática, que tem a sua expressão mais elaborada na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1991) e na Gramática de Construções de Goldberg (1995) e Croft (2001).

Silva (2004) não cita, mas seria importante destacar entre os estudos sobre categorização os estudos de Bybee (2010). Em seu estudo, ela demonstra que a sistematização do

nosso conhecimento linguístico não obedece apenas a princípios de generalidade e analisa os efeitos da frequência de uso sobre a regularidade e a irregularidade da estrutura e da forma linguística. Isso corrobora a teoria dos protótipos, pois demonstra que o nosso conhecimento está organizado também conforme a produtividade com que ocorrem, estabelecendo-se em uso prototípico ou marginal. Além disso, a autora discute a importância de informações redundantes na composição do significado linguístico. Segundo ela, se fatores sociais como gênero e classe socioeconômica condicionam variações e mudanças linguísticas, elas são armazenadas, memorizadas e constituem o sistema linguístico. Caso contrário, não atuariam como fatores condicionantes.

A teoria do protótipo concentra-se no estudo das categorias tomadas isoladamente, e em fenômenos como a polissemia. Esses estudos demonstram que o significado linguístico é descrito mais coerentemente a partir de uma estrutura radial, que parte de significados prototípicos se irradiando para significados mais periféricos, obtidos após, por exemplo, metonímias e metáforas conceptuais. Lakoff (1987) propõe um modelo de rede radial multidimensional para descrever essa estrutura, que parte, então, de um centro prototípico do qual emanam diversos sentidos mais ou menos próximos. Langacker (1987) acrescenta a esse modelo a dimensão taxionômica através da qual se evidenciam níveis mais específicos e mais gerais, o que está em consonância com as observações de Bybee (2010).

Este trabalho não se orienta sob a teoria dos protótipos, visto que não objetiva propor uma taxonomia para o significado em estudo. Todavia, a teoria da metáfora conceptual, a semântica de frames e a teoria da integração conceptual será de fundamental relevância para os propósitos desta dissertação, pois orientam a análise das relações estabelecidas entre sistemas e subsistemas.

Para este trabalho, a questão principal da teoria da metáfora conceptual é que elas não correspondem a um recurso estilístico. Elas são um mecanismo cognitivo e a sua presença cotidiana na linguagem é uma forte evidência disso, pois se a metáfora fosse um recurso estilístico, seu uso estaria restrito aos poetas e artistas. Define-se, pois, metáfora conceptual como uma projeção entre dois conceitos, de modo que as propriedades de um conceito são utilizadas para a interpretação de outro. Como se verifica em Lakoff (1992, p. 208): “The metaphor is not just a matter of language, but of thought and reason. The language is secondary. The mapping is primary, in that it sanctions the use of source domain language and inference patterns for target domain concepts”. De onde depreendemos que a metáfora é uma relação que organiza conceitos, organizando o sistema linguístico.

Lakoff (1992) define metáfora conceptual como uma projeção entre dois domínios

conceptuais, de modo que as propriedades de um domínio são utilizadas para a interpretação de outro. Essas metáforas parecem constituir operações de projeções que relacionam pontos do nosso sistema conceptual, estabelecendo conexões estáveis, pois aparecem de forma recorrente. E embora sejam utilizadas de forma criativa pelos falantes, não se configuram obstáculos para o entendimento e a comunicação.

Um exemplo lakoffiano clássico é a metáfora AMOR É UMA VIAGEM. Segundo essa teoria, há uma conexão estável entre os conceitos AMOR e VIAGEM que nos permite compreender um conceito em termos do outro: amantes interpretados como viajantes, relacionamentos como veículos, sonhos como destino. Essa relação entre os dois conceitos permite-nos produzir e compreender sentenças como “nosso casamento chegou em um beco sem saída, nosso amor está andando para trás etc”. Lakoff (1992) demonstra ainda que metáforas, como AMOR É UMA VIAGEM, distinguem-se dos itens linguísticos, pois a partir desta conceptualização somos capazes de elaborar diferentes expressões linguísticas, concluindo que metáforas não são meras palavras, e não devem portanto ser tratadas como uma lista de itens a serem enumerados.

E neste ponto, teço algumas considerações sobre a teoria da metáfora conceptual, propondo que a natureza da metáfora é, ao mesmo tempo, uma natureza de processo e produto, servindo, assim, respectivamente aos propósitos da linguagem e da língua. Desse modo, proponho: a metáfora não é somente uma questão de língua, mas de pensamento, raciocínio e linguagem. A língua é secundária, sim, idiossincrática, constituída de constructos metafóricos, construções linguísticas etc., cujo significado emergiu, em um dado momento histórico. Assim, metáforas como AMOR É UMA VIAGEM, distinguem-se de itens lexicais, da mesma forma como os itens lexicais se distinguem dos sintagmáticos. Todavia, todos são fruto de determinadas integrações conceptuais que relacionam e conectam perspectivas sob experiências sensório, corpóreas, psicológicas, históricas, pragmáticas dando origem a constructos semiológicos, a que nós, linguistas cognitivos, denominamos construções linguísticas. Isso não contradiz o esforço lakoffiano em distinguir metáfora e léxico, afinal, não se trata de igualar o léxico e a sintaxe, por exemplo, muito menos a sintaxe e a metáfora. Trata-se de elaborar um modelo teórico em que as entidades com propriedades semiológicas em comum são tratadas da mesma forma como construções, embora elas mantenham propriedades específicas, que as distingam, provavelmente devido à natureza das experiências que lhe deram origem.

Contudo, a tentativa de Lakoff e Johnson (1999) de postular o corpo humano como base para a existência de elementos universais, como esquemas imagéticos e metáforas primárias, sob meu ponto de vista, deve ser encarada com cautela. Afinal, se a mente é corporificada, o corpo é

mentalizado.

Pretendo chamar atenção com esse jogo de palavras para o fato de que até mesmo os esquemas imagéticos e as metáforas primárias, estabelecidas entre os domínios mais básicos, por mais elementais, primitivas ou fundamentais que nos possam parecer, submetem-se a fenômenos semiológicos, que estão relacionados, por sua vez, à cultura, à emoção, à intenção, mediante o emparelhamento de experiências sensório-motoras e julgamentos subjetivos. Alexandre Schmitt (2011, p. 91) faz referência a estudos que demonstram, por exemplo, que o esquema imagético do contêiner se associa, ora ao significado de recipiente, ora de cobertor, a depender da cultura em que se insere, demonstrando que o modo cultural de se usar um objeto pode influenciar na conceptualização de um esquema imagético.

Além disso, essa utilização do corpo como base conceptual primária me parece ancorada na concepção de um corpo humano determinado por um código genético que lhe garante especificidades, enquanto espécie. Contudo, cada ser humano é único. Mesmo ao nível biológico, até mesmo gêmeos que compartilham a mesma bagagem genética, constituem duas entidades distintas. E se ampliarmos a discussão para o âmbito da interação entre os indivíduos e entre o meio em que eles se inserem, perceberemos que mesmo no sistema microscópico das biomembranas, o corpo humano está em constante interação com o meio, buscando equilibrar as diferenças eletroquímicas dos ambientes compartimentalizados pelas membranas. E com o sistema social não é diferente. O corpo mentalizado ou mente corporificada constituído como unidade (ou sistema) está em constante interação com outras unidades (ou sistemas), buscando equilibrar as diferenças conceptuais, as diferentes perspectivas, os diferentes *egos*.

Sendo assim, sou capaz de encarar como primário, o mapeamento, a projeção, o processo cognitivo, que origina a emergência da construção linguística, pois a natureza da linguagem é o processo estruturante do pensamento, do conhecimento e da cognição. E desse modo, advogo uma distinção entre língua e linguagem a partir do parâmetro da idiosincrasia. E se Fillmore, Kay e O'Connor (1988), Goldberg (1995) já demonstraram que a sintaxe e a gramática são tão idiossincráticas quanto o léxico, e mesmo as metáforas e os esquemas imagéticos, enquanto construções que emparelham forma e significado, revelam-se também idiossincráticas, posiciono-me ao lado de Croft (2001) para elaborar uma ciência que defende processos cognitivos estruturantes do pensamento (projeções metafóricas, metonímicas e integrações conceptuais) como a chave para a questão da universalidade da aquisição da linguagem e da elaboração do pensamento entre os seres humanos. A partir de um ponto de vista que concebe o pensamento como fruto de uma mente corporificada ou de um corpo mentalizado, de um indivíduo ou entidade inserida em um contexto ou de um contexto constituído pela

pluralidade de indivíduos, de modo antagônico, sim, ou talvez, mas absolutamente complementar e sistêmico.

Segundo Fauconnier e Turner (2006), a teoria das metáforas conceptuais é responsável por poderoso avanço na esfera do estudo das linguagens. A busca por projeções conceptuais e suas propriedades provou ser um método rico no universo das descobertas científicas. Sob o olhar desses dois pesquisadores, esse campo de pesquisa tem se tornado ainda mais fértil, quando sugerem dar maior complexidade ao modelo proposto pela teoria da metáfora conceptual. Para eles, o modelo da projeção de um domínio fonte em domínio alvo necessita ser repensado na tentativa de apreender a riqueza e a complexidade das propriedades dos sistemas de conceptualização.

Em Fauconnier e Turner (2006), a clássica metáfora lakoffiana do TEMPO É ESPAÇO é revista e um leque de pontos teóricos viáveis é aberto, sob os quais se pode pensar um modelo mais complexo para o modo como o sistema de conceptualização é organizado. Assim, diante de expressões como (1), (2) e (3), abaixo, eles perceberam que conceptualizações jamais são resultados de uma simples projeção dualista e requerem, pois, mais complexidade:

1. Three hours went by, and then he had dinner.
2. Minutes are quick but hours are slow.
3. Those three hours went by slowly for me, but the same three hours went by quickly for him.²

Segundo eles, em (1) não há apenas a projeção de unidades de medida (próprias do domínio do espaço) para o domínio do tempo. No domínio do espaço, a unidade de medida é transformada em um objeto em movimento. Eles são enfáticos, quando afirmam que a conceptualização do tempo não vem meramente da projeção das propriedades do espaço sobre o tempo, como propõe Lakoff (1990), pois as unidades de medida no espaço não se confundem com um objeto em movimento. Unidades de medida e objetos em movimento são propriedades distintas, embora constituam um mesmo domínio, o domínio do espaço. Defendem, com rigor, que em (1) ambas as propriedades foram fundidas para se identificar com o domínio do tempo, o que nos faz pensar sobre o conceito de *compression*, pois estamos diante de uma noção de tempo em que as horas são encaradas ao mesmo tempo como uma unidade de medida e como um objeto em movimento.

O exemplo (2) traz novas revelações. A unidade de tempo, além de ser um objeto em movimento, possui velocidade e aceleração. E estas propriedades físicas são relativas, a depender do observador. Embora, o tempo tenha sido dividido racionalmente, em calendários e relógios

2 Três horas se passaram e então ele jantou./ Minutos são rápidos, mas horas são lentas./ Aquelas três horas passaram-se lentamente para mim, mas as mesmas três horas passaram-se rapidamente para ele.

com precisões matemáticas, a subjetividade impera em nosso julgamento. A diferença no nível de ansiedade, por exemplo, é capaz de provocar diferentes conceptualizações para o que teoricamente o dicionário e os físicos costumam conceituar como uma hora. Isto retoma, mais uma vez, o conceito de *compression*, pois estamos diante de exemplos em que para a conceptualização do tempo foram utilizadas integrações conceptuais de propriedades do domínio do espaço, como unidades de medida, objetos em movimento, velocidade e aceleração e também propriedades do domínio da subjetividade como sentimentos de ansiedade que tornam a percepção dos fenômenos relativa.

O que chamamos metáforas conceptuais como TEMPO É ESPAÇO ou TEMPO É DINHEIRO são construções mentais, em redes integradas por meio de princípios gerais fundamentais, as quais produzem, talvez, infinitas conexões, alinhando-se, aos diversos modelos de organização da mente, tais como os modelos cognitivos idealizados, frames e domínios.

Além disso, os autores colocam na pauta o problema de que tais integrações conceptuais não são nem inteiramente constituídas no processo de interação, nem são inteiramente pré-existentes, ou seja, a clássica discussão sobre se a língua é um processo ou um produto é encarada para os autores como um sistema retroalimentar.

Fauconnier e Turner (2006) colaboram com esta hipótese pois acreditam que técnicas para projeções e mapeamentos inovadores também estão contidas no processo de aquisição da linguagem, diante do argumento de que as pessoas são capazes de inovar em qualquer contexto particular, desde contextos de contato linguístico, em que ocorrem aquisição precária de língua, dando origem à pidgins e crioulos, até mesmo contextos pragmáticos, com intuito de provocar o riso ou manipular julgamentos e ideias.

Desse modo, a rede de integração resultante consiste de partes convencionais e idiossincráticas, partes híbridas (parcialmente idiossincráticas) e também partes não convencionais (mais esquemáticas), além de mecanismos processuais, alinhando-se à proposta da gramática de construções, conforme as descobertas de Goldberg (1995) e Fillmore, Kay e O' Connor (1988). Isso corrobora a proposta apresentada mais acima da natureza dúbia da metáfora como produto idiossincrático, como por exemplo, AMOR É UMA VIAGEM, e como processo criativo de interação e integração de conceitos.

O modelo de integrações conceptuais prevê o compartilhamento de propriedades conceptuais, através de projeções de umas sobre as outras, com criação de um terceiro produto (TURNER, 2007). A metáfora AMOR É UMA VIAGEM, por exemplo, pode ser compreendida a partir desse mecanismo, se pensarmos que amor e viagem compartilham propriedades conceptuais, como trajetória, frustrações, romantismos, lua de mel etc. E que essas propriedades

em comum permitem a integração dos conceitos, através de mecanismos de projeção, sejam eles metáforas ou metonímias. Este modelo também encontra consonância no princípio de correspondência proposto por Langacker (1987), para a análise das relações de valência. Segundo ele, a integração dos elementos em uma relação de valência ocorre em virtude de eles terem certas subestruturas em comum. Assim, *under* perfila uma relação estativa no domínio de orientação no espaço e *the table* perfila uma matriz mais complexa que inclui, entre outras coisas, especificação da forma tridimensional e orientação no espaço. Por exemplo, a integração dos elementos *under* e *the table* na expressão *under the table* é promovida porque ambos os elementos perfilam uma relação estativa de orientação no espaço (LANGACKER, 1987, p. 279).

Além disso, é importante ressaltar a participação não só do aparato sensório-motor, como evidenciam os esquemas imagéticos, mas também do complexo psicológico na elaboração do significado através dos processos de categorização. Segundo Schmitt (2011), é provável que as integrações conceptuais projetadas por um esquizofrênico ou por um maníaco distingam entre si e entre outras “ditas normais” ou “normalizadas”, devido à participação do complexo afetivo, emocional e psicológico no sistema do pensamento. Essa proposta complementa a de Tomasello et al. (2005 e 2012), a qual advoga a importância da intenção no processo de aquisição da linguagem. Enfim, enquanto esta segunda enfatiza a relevância da intenção comunicativa, a primeira enfatiza a importância das emoções não só na ativação e seleção dos espaços mentais para as operações de projeção, mas também na sua memorização para utilização recorrente. Dessa forma, pretende-se enfatizar a diluição das fronteiras entre corpo e mente, indivíduo e sociedade, razão e emoção, de modo que o leitor (e eu própria enquanto autora e leitora) possa assumir ou pelo menos perceber com clareza a amplitude da natureza e atuação da semântica, uma vez que todo tipo e modalidade de experiência é capaz de produzir significado.

Todavia, a mais notória contribuição, segundo Fauconnier e Turner, neste artigo de 2006 é o conceito de *compression*, o qual traduzi livremente como sobreposição de integrações conceptuais. Segundo eles, é esta habilidade que nos permite elaborar de uma só vez numerosas integrações conceptuais. O exemplo dado para ilustrar é o seguinte: uma relação de causa e efeito, conectada a variados espaços mentais, compondo variadas cenas e variados esquemas gramaticais, pode estar sobreposta a uma relação de representação identitária, por exemplo, dentro de uma rede de integração. E isto nos permite retomar a proposta de Morin (2013) para o qual cada uma das partes de um sistema são sistemas constituintes de sistemas de sistemas.

6. ASPECTOS METODOLÓGICOS



Fonte: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho>

Uma proposta metodológica serve a um objetivo fundamentado em alicerces teóricos. Uma pesquisa científica, assim, justifica-se pela necessidade de resolver um problema identificado e tratado por uma teoria. A sociolinguística laboviana, por exemplo, ancorada na hipótese de que a língua é estratificada socialmente, propõe encontrar cruzamentos entre padrões linguísticos e sociais. Com esta finalidade, utiliza-se um método estatístico que permite realizar generalizações por amostragem de dados extraídos de situações de fala. O gerativismo chomskyano, por seu turno, ancorado na hipótese de que a língua é uma soma algorítmica de regras gramaticais propõe definir essas regras constituintes. Entre estes, os que se posicionam teoricamente ao lado de um falante ouvinte ideal, dispensam o método estatístico, e realizam generalizações a partir de suas próprias intuições. E assim se constrói a ciência, ajusta-se método e teoria, e ambos caminham lado a lado em busca do desenvolvimento da ciência.

Assim sendo, à rigor, a proposta metodológica ideal é aquela que melhor atende aos requerimentos dos objetivos elencados para a pesquisa e se submete e alinha aos pressupostos teóricos que alicerçam a agenda da pesquisa. Motivo pelo qual eles serão retomados a partir de agora, contextualizados em sua problemática.

Obras como as de Possenti (1996) e Perini (1985) discutem e levantam inconsistências e assistemáticas nos conceitos utilizados para construir as gramáticas da língua portuguesa e refletem como isso dificulta o trabalho docente e o desempenho discente. Encontrar uma boa definição para a função sintática de sujeito, por exemplo, vem sendo uma tarefa empreendida pelos linguistas e ainda hoje não está bem resolvida. Aqui mesmo no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, o tema é assunto de discussão na disciplina obrigatória do currículo de licenciatura e bacharelado, em que se estuda a Sintaxe da Língua Portuguesa, pois se acredita ser de fundamental importância que os professores de língua portuguesa e também os linguistas e, os professores linguistas, percebam o quanto é complexa a questão que envolve a

conceptualização das categorias gramaticais. Afinal, o sucesso do ensino das línguas, depende da construção de um conhecimento coerente e sistemático sobre a língua, sobre a sua história e seu desenvolvimento.

Croft (2001) aponta um caminho que parece ser a fonte desses problemas. Essas definições estão pautadas em métodos distribucionais que tratam dados de língua como se fossem dados de linguagem. A língua, para Croft (2001), é um conjunto de construções. A língua é idiossincrática, pois. Assim, sua gramática, seu léxico e todos seus demais subsistemas lhes são próprias e particulares. Embora estudos como os de Fillmore, Kay e O'Connor (1988) demonstrem que é possível encontrar distintos níveis e graus de generalidade para a idiossincrasia das construções, isso não quer dizer que construções esvaziadas lexicalmente, como a construção que conhecemos tradicionalmente como sujeito, deixe de ser encarada como uma construção. O sujeito, assim, é encarado como um padrão semiológico que relaciona posição na sentença, papéis temáticos, transitividade verbal, posição na sentença, tópico discursivo, prosódia, fatores pragmáticos, sócio culturais etc. Desse modo, a construção sujeito pode apresentar variações em análises inter ou intralinguísticas.

Embora, em línguas como o português, seja comum que o sujeito concorde com o verbo, por exemplo, isso não é uma regra invariável dentro dessa língua, nem de outras. Não há sequer um consenso sobre o que de fato é o sujeito sintático. Em seu capítulo 1, Croft (2001) desenvolve a ideia de que qualquer análise sintática relaciona duas questões básicas: uma teórica e uma metodológica. A questão teórica seria, então, qual a natureza do conhecimento gramatical de que o falante dispõe e como isso deve ser representado? Até agora, as teorias sintáticas ofereceram uma resposta precisa para a questão teórica, apesar das divergências entre formalistas e funcionalistas acerca da participação de princípios semânticos e discursivos na estruturação da gramática. O que nos oferece variadas definições para a categoria sujeito, por exemplo, “o sujeito é aquilo que concorda com o verbo” ou “o sujeito é aquele que pratica a ação” ou o “sujeito é o argumento externo da grade projetada pelo verbo”. Porém, todas essas definições, a despeito de suas discordâncias, compartilham uma premissa fundamental sobre a natureza da Gramática Universal (GU), assumindo que a GU consiste de um conjunto de primitivos gramaticais atômicos, na forma de categorias e relações sintáticas, que atuam como blocos para a construção da gramática de cada língua humana e são responsáveis pela estruturação sintática.

Porém, em uma ciência empírica, há sempre uma questão metodológica pressuposta pela questão teórica. Desse modo, se propomos que o sujeito e o verbo, por exemplo, são categorias universais de análise, devemos seguir critérios para validar a existência dessas categorias em uma língua ou variedade particular qualquer.

Através de uma análise crítica acerca dos métodos usados por linguistas desde o estruturalismo, para descrever e explicar os fenômenos linguísticos de uma língua particular, Croft (2001) salienta uma falha, que segundo ele é suficiente para descartar o aparato formal produzido através dessa análise linguística. O método distribucional, utilizado para definir categorias sintáticas empiricamente, busca encontrar as categorias sintáticas comuns entre as línguas, porém os critérios utilizados não são eficazes para a análise de toda as línguas humanas, nem mesmo para a análise intralinguística.

Por exemplo, no âmbito da busca de padrões universais em línguas diversas, observa-se a presença de flexões de caso, gênero e número, que seriam comuns aos nomes, e a presença de flexões de concordância, tempo, modo e aspecto, que seriam comuns aos verbos, a fim de caracterizar essas categorias. Porém, em línguas desprovidas de dadas flexões morfológicas, o critério da presença de flexões sugeriria que nessa língua há somente verbos, ou somente nomes, ou nenhum dos dois, o que se revela um problema grave para uma teoria que postula o nome e o verbo como categorias universais de análise, por exemplo.

Em outro exemplo, desta vez no âmbito da análise de uma única língua, observa-se a capacidade de passivização, a fim de diferenciar um OBL de um OD. Porém, no inglês, há casos em que o SN pós verbal não pode ocorrer como sujeito passivo e casos em que o SP pode ocorrer como sujeito passivo. Como Croft (2001, p.35) exemplifica:

- a. 1997 witnessed **the demise of 18 years of Tory rule in Britain**.
- b. ***The demise of 18 years of Tory rule in Britain** was witnessed by 1997.
- c. Claude Debussy lived **in this house**.
- d. * Claude Debussy lived **this house**.
- e. **This house** was lived in by Claude Debussy.

Esse problema é bem conhecido e já foi observado pelos estruturalistas americanos. A solução adotada pelos linguistas, até então, é vista por Croft (2001, p. 30) como um oportunismo metodológico. Para ele, os critérios do método distribucional não se validam através de uma análise comparada entre línguas, porque eles se referem a propriedades específicas de uma dada língua, mas estão sendo encarados como se fossem propriedades de linguagem. Além disso, o método distribucional não esclarece as razões que motivam a utilização de um dado critério a fim de identificar categorias linguísticas. Os resultados dessas análises submetidas a critérios estabelecidos *ad hoc* são, então, postos em suspeita, pois servem, em primeiro lugar, às suas premissas teóricas, tornando-se metodologicamente inconsistentes.

Desse modo, a análise deste trabalho busca, antes de estabelecer qualquer verdade, aprofundar o conhecimento sobre a natureza semiótica da linguagem, para quem sabe, em um futuro breve, possamos desenvolver um aparato metodológico que responda às inquietações levantadas desde Saussure, Perini e Possenti, ainda hoje não solucionadas.

Croft (2001), então, conclui que os universais da linguagem não estão situados no subsistema sintático e defende a centralidade da semântica para o conhecimento linguístico, eminentemente semiótico, e dos processos de projeção estruturantes, valorizando a relevância das operações cognitivas de projeção conceptual. Ele defende uma revisão dos alicerces teóricos e metodológicos utilizados para análise linguística, na direção de um aparato teórico e metodológico satisfatório para análise inter e intralinguística, pautado na natureza semiológica das unidades linguísticas e nas habilidades cognitivas de projeção conceptual que arquitetam esse sistema semiológico.

Diante dessas inquietações, o método de análise dos dados aqui proposto está voltado para a interpretação do significado e para as relações de projeção responsáveis pela emergência da construção, guiada pela hipótese de que todos os subsistemas linguísticos se constituem em relações semióticas, a partir de projeções conceptuais. Sendo assim, definir variáveis dependentes e independentes, por exemplo, se apresenta como uma barreira para a adoção de um método estatístico, neste trabalho. Afinal, interessa aqui demonstrar a amplitude da atuação da semântica e das operações cognitivas de projeção conceptual. Não se encontra aqui, um compromisso com a generalização de um conceito para a construção sujeito, ou para a construção de um item lexical, ou de quaisquer construções em específico. Não se pretende descrever uma regra sintática, nem um padrão sócio linguístico. Pretende-se, ao invés disso, demonstrar o quão amplo é a atuação do significado e da habilidade cognitiva da projeção conceptual dentre os subsistemas linguísticos, com ênfase nas metáforas, metonímias, integrações conceptuais localizadas no léxico, na morfologia, na sintaxe, nos gêneros textuais e na formação ideológica do discurso. Com essa finalidade, optou-se pela adoção de uma abordagem metodológica que permitisse mergulhar profundo neste ponto e investigar a complexidade das suas relações.

O objetivo deste trabalho encontra relação epistemológica entre a linguística cognitiva e a teoria da complexidade, caracterizada pela diluição das fronteiras objetividade e subjetividade, indivíduo e coletividade, expressa pelo conceito de realidade experienciada, e pela valorização de uma perspectiva em que se analisa não só as unidades estruturais de um sistema, mas as relações de interdependência que essas unidades estabelecem entre si, demonstrando que fenômenos como as metáforas, metonímias e integrações conceptuais relacionam unidades

linguísticas, lhes oferecendo uma organização peculiar e sistemática, diante da variação e da mudança linguística, do encontro de sujeitos e subjetividades, em meio a realidade e ao contexto em que se inserem.

A coleta de dados é utilizada como um instrumento que ilustra a viabilidade de uma análise que encara o sistema linguístico como uma entidade que busca o equilíbrio e a organização através de projeções conceptuais que conectam e retroalimentam seus subsistemas constituintes. Busca-se, através dela, demonstrar: a natureza semiológica dos subsistemas sintático, morfológico, lexical, textual etc e a natureza experiencial do significado, concebido a partir do conceito de mente corporificada. Dessa forma, espera-se contribuir com a revisão conceitual proposta por Croft (2001), na direção da compreensão da gramática como uma sistema que abriga e organiza os fenômenos coletivos e sua heterogeneidade, a partir da experiência que empreende o fenômeno da conceptualização, encarado sob o ponto de vista cognitivo do conceito de mente corporificada e do ponto de vista filosófico que ao invés de buscar "as metades da laranja" ou "a tampa da panela", busca as relações que empreendem o equilíbrio ou desequilíbrio entre as unidades (que podem ser sistemas) e o sistema (que podem ser sistemas de sistemas).

Sob o ponto de vista empreendido, o método quantitativo e estatístico, apesar de amplamente utilizado entre os estudos linguísticos, não estabelece a correspondência pretendida entre os objetivos aqui pretendidos e a teoria que lhes fundamenta. E, de fato, a ausência de uma autoridade matemática (a teoria estatística) não oferece riscos aos resultados encontrados, pois que cientista é capaz de assegurar a condição de verdade fundamental, através de uma generalização pautada em amostragens? Como discutido na primeira seção, a verdade científica, a estatística, inclusive, constitui-se a partir do imaginário e da subjetividade do cientista. É a sua fé, o seu posicionamento político-ideológico, seus mitos, sua criatividade, enfim, é a sua experiência que traduz e significa a validade de um dado, de um método e de uma teoria. Obviamente, não se trata de diminuir a verdade matemática ou qualquer outra, mas clarificar o posicionamento ideológico que subjaz a autoridade empreendida em cada trabalho.

Do mesmo modo, sem um pressuposto teórico que alicerce a existência de um falante ouvinte ideal, um método pautado em análises intuitivas ou uma busca por regras constituintes de uma gramática autônoma em relação ao léxico e às propriedades idiossincráticas de uma língua também não atende aos objetivos desta pesquisa. Afinal, os alicerces teóricos da agenda desta pesquisa se fundamentam em conceitos para a linguagem pautados na relação de interdependência dos subsistemas linguísticos, ao invés da sua autonomia.

Em um dos muitos encontros para discussão acerca desta metodologia, que muitas

vezes, parecia estar-se criando junto com o trabalho, pois nenhuma das duas correntes metodológicas mais frequentes entre os estudos linguísticos (a qualitativa-intuitiva ou a quantitativa-estatística) pareciam apropriadas para os objetivos propostos, a minha orientadora recebeu um *insigh* e decidimos investigá-lo. Ficamos animadas. Apareceu para nós a ideia de que estávamos diante de um estudo de caso.

Diferentemente da abordagem quantitativa-estatística desenvolvida pela sociolinguística laboviana que promove generalizações mediante amostragens de dados representativos e da abordagem qualitativa-intuitiva desenvolvida pelo gerativismo chomskyano que desenvolve generalizações a partir das regras gramaticais autônomas identificadas e evidenciadas pela análise de um falante ouvinte ideal, um estudo de caso é uma abordagem metodológica que promove generalizações a partir de um caso exemplar considerado representativo, a partir da interpretação do analista. Não porque o seu ponto de vista seja suficiente, na condição de um falante ouvinte ideal, mas porque se pretende abrir hipóteses e questionamentos. O papel do analista, embora evidentemente intuitivo, pretende aventurar caminhos e explorá-los. A perspectiva epistemológica adotada fortalece este ponto de vista: por mais difícil que pareça e seja, o papel do analista neste estudo de caso não é de propor uma verdade como na metáfora de Morin – a verdade do sol de Copérnico - mas ampliar a discussão, o debate e as críticas, em busca de defender um ponto de vista, entre tantos outros existentes, remexendo pontos e questões inquietantes.

Segundo Oliveira (2007, p. 37) uma abordagem qualitativa é um processo de análise reflexiva da realidade que busca compreender o objeto de estudo em seu contexto, segundo sua organização. As principais características desse tipo de pesquisa seriam, então, a utilização do ambiente natural como fonte de coleta de dados, sendo o olhar do pesquisador o instrumento fundamental, dispensando a utilização de instrumentos tecnológicos, mecanizados. Outro ponto que caracteriza a pesquisa qualitativa seria a preocupação do investigador com o significado atribuído pelas pessoas às coisas e à vida.

Destacam-se três tipos de pesquisas qualitativas: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Esta pesquisa, dentro desta tipologia, caracteriza-se como um estudo de caso: uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, justificável especialmente nas situações em que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2010). Ora, o empreendimento desta pesquisa caminha justamente entre as veredas das fronteiras pouco nítidas estabelecidas entre o significado, enquanto unidade semiótica, seus processos estruturantes, seus contextos de emergência e seus sujeitos interlocutores.

Segundo Araújo et al. (2008) o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação apropriada quando se pretende compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, em que diversos fatores estão envolvidos de modo simultâneo e interrelacionado.

O estudo de caso revela-se uma ferramenta metodológica apropriada quando a identificação de variáveis independentes e dependentes se revela difícil, pouco nítida ou incoerente perante os objetivos e hipóteses do trabalho. Nesta pesquisa, está-se diante de objetivos os quais pretendem investigar a amplitude da atuação dos fenômenos de conceptualização. A fixação de variáveis poderia se apresentar como um fator limitador, motivo principal pelo qual se optou por uma abordagem de análise mais livre, em que o analista pousasse o seu olhar da forma mais ampla possível, a fim de identificar as searas dos fenômenos de conceptualização.

Segundo Lakatos (2011), a investigação de um estudo de caso pretende primeiro entender o significado e o funcionamento de um sistema na sua totalidade, motivo pelo qual não se pode antecipar seus aspectos elementares, atômicos ou estruturais. Percebe-se, aqui, que a convergência pretendida entre metodologia e teoria começa a tomar forma consistente, pois este trabalho alicerça sua análise em pressupostos teóricos que valorizam a totalidade dos sistemas, o contexto e a relação que as partes empreendem com outras partes e com o sistema que constituem.

Segundo Gil (2002), fazer triangulação entre informações é uma estratégia que confere validade às generalizações propostas por um estudo de caso, pois assim é possível verificar se há convergência ou divergência entre as informações levantadas pelos dados analisados. A proposta deste trabalho é realizar uma análise poliangular, a fim de demonstrar a centralidade do significado e das projeções conceptuais para a arquitetura do sistema linguístico. A possibilidade de triangulação dos dados, em torno dos fenômenos de conceptualização e projeção conceptual, entre os mais variados subsistemas linguísticos, desde a pragmática e os gêneros textuais, até a sintaxe, a morfologia e o léxico, revela-se um fator de validação para hipótese do papel central que o significado assume na arquitetura do sistema linguístico. Além disso, a pesquisadora estabelece constante diálogo com o leitor, suspeitando da própria análise, colocando-se em cheque, evidenciando lacunas, buscando escancarar o relevo e as dificuldades enfrentadas, para, com efeito, afastar a ideia fantástica de uma análise redonda e idealizada. Afinal, a verdade, nem mesmo a verdade científica, tão reverenciada nos tempos atuais, está imune a contestações, lacunas e superações.

O exemplo representativo eleito para a coleta de dados que permitiu uma análise

poliangular e conferiu aos fenômenos de conceptualização e projeção conceptual posição central na organização do sistema linguístico foi retirado de um grupo do *facebook*. Esse exemplo representativo destacado pela análise diz respeito às relações conceptuais estabelecidas por um indivíduo dentro de um grupo. Esse indivíduo foi eleito mediante o critério de assiduidade dentro do grupo e pela extensão dos seus comentários. Após o estabelecimento de uma faixa temporal, anotou-se em uma tabela a frequência com que seus integrantes postavam comentários. E dentre aqueles que comentavam com uma elevada frequência dentro da faixa temporal, cujos textos possuíam extensão que permitisse uma análise dos subsistemas sintáticos e morfológicos, elegeu-se como exemplo representativo o indivíduo A1, cujos dados mantenho em sigilo, para preservar sua privacidade. Contudo, não se buscou o indivíduo com a frequência mais elevada ou com o texto mais extenso. Elaborou-se um esquema de verificação de assiduidade e ao mesmo tempo da extensão das publicações. Evitou-se participantes cujos textos fossem lexicalmente pouco extensos, ou que fizessem uso exclusivo de memes ou de interjeições, pois um dos objetivos de pesquisa é investigar a presença dos processos de projeção conceptual e a atuação da semântica em subsistemas linguísticos variados, como o sintático e o morfológico. Neste trabalho, não foi possível ampliar o olhar para os sistemas de linguagem multimodais. Todavia, o grupo de estudo ao qual este trabalho se filia, o GESCOG, tem se debruçado firmemente sobre este tema e em conjunto, acredito, poderemos contribuir para um produto científico mais complexo ao nos complementar.

Partimos do pressuposto de que esse exemplo é um representante da espécie humana, dotado das habilidades cognitivas biologicamente determinadas que caracterizam nossa espécie. Motivo pelo qual, as generalizações tornam-se viáveis, embora não se tenha pretensões de encará-las como verdades universais incontestes. Os parâmetros assiduidade e extensão dos comentários revelou-se importante na medida em que oferece material de análise, visto que um número muito baixo ou uma propriedade pouca extensa dos comentários, não ofereceria oportunidade ao pesquisador para encontrar os fenômenos e as relações estudadas.

Buscou-se uma análise interdisciplinar, para a qual se reuniu autores como Foucault (2014a, 2014b), Morin (2013), Vigotsky (1991) e Rosch (1978), além do próprio conhecimento enciclopédico da pesquisadora. Todavia, muito certamente, a cada leitura encontrar-se-á lacunas que poderiam ser preenchidas com outras possíveis interconexões que não foram palpáveis por limites de muitas ordens, financeiros, psicológicos, temporais etc.

Por fim, é importante salientar um último recorte efetivado para tornar a pesquisa exequível dentro do prazo estipulado. Diante da infinitude que abarca os estudos sobre o significado, concentrou-se a coleta de dados para a análise em torno do que significa o SEXO. E

desse modo, realizou-se uma análise de dados linguísticos coletados de comentários postados por um sujeito assíduo em um grupo de *facebook* cuja temática aborda o sexo. Elegeu-se, então, o grupo *Ufba da Putaria*, já estudado pelo GESCOG, utilizado como *corpus* para estudos cujos resultados se pretende publicar até o fim deste ano. A familiaridade da pesquisadora com a comunidade acadêmica (tendo em vista que ela própria integra esta comunidade presencialmente) foi um dos critérios que motivaram a escolha do grupo virtual como objeto de estudo, pois isso facilita a utilização do seu conhecimento enciclopédico na interpretação dos dados e dos comentários, uma vez que a linguagem expressada no grupo virtual, muitas vezes é compartilhada presencialmente na comunidade universitária. Além do quê, a criação do grupo *Ufba da Putaria*, suas publicações e suas postagens, muitas vezes são motivo de verdadeiro alvoroço entre os estudantes e são alvo de inúmeras conversas informais entre os pátios e banquinhos da universidade, e até mesmo de conversas paralelas durante as aulas. O que também constitui objeto de pesquisa, uma vez que contribui para o conhecimento enciclopédico da pesquisadora, que além de observar os comentários virtuais, observou os comentários dos seus discentes, durante o tirocínio docente.

A partir de agora, o leitor notará, este texto assumirá um narrador cada vez mais pessoal. Encerrada a fundamentação teórica para a escolhas metodológicas, seguiremos tecendo e alinhavando os procedimentos metodológicos eleitos pela analista, em seu estudo, sua investigação: território em que sua subjetividade, criatividade e imaginário estão ativados, criando conexões, estabelecendo diálogos com os autores, com quem muito embora não conheça pessoalmente, discutiu e travou fervorosos debates em suas leituras solitárias, folheando e revirando folhas de livros, hoje, rascunhados e sublinhados, com anotações e fichamentos variados, e também em leituras compartilhadas durante os encontros promovidos pelo GESCOG.

A fim de estudar o significado do sexo, estabeleceu-se um *corpus* linguístico, conjunto de textos, compostos de palavras. Ora, frequentemente, ao ser questionada pelos amigos sobre o tema da minha pesquisa de mestrado, há muita surpresa quando a minha resposta introduz o tópico: eu estudo o que significa sexo. Afinal, tradicionalmente, estamos acostumados a buscar o significado das coisas nas palavras, e fomos educados a buscar o significado das palavras nos dicionários. Todavia, este trabalho sob os alicerces da linguística cognitiva, acredita e por isso buscará evidências de que o significado é a pedra fundamental do nosso conhecimento, da nossa cognição. É a partir do momento em que uma experiência assume significado para nós, que o nosso aparato cognitivo é acionado na construção do conhecimento. Sendo assim, o significado não está nas palavras. Ele está na leitura que se faz das palavras, dos morfemas, dos provérbios, dos padrões de valência sintática, das metáforas, dos discursos... E o significado extrapola os

limites disciplinares da linguística e é encontrado na leitura que se faz de um olhar, de atitudes, de movimentos e posições corporais... o significado está em todo o lugar. É a própria realidade experienciada, na forma e modo como a percebemos. É por isso que Armandinho, em epígrafe, em sua poesia, poderia receber um título de mestre, quando nada diz sobre o significado referencialista de uma palavra. Segundo ele, as palavras inspiram significados, inspiram experiências, inspiram memórias, inspiram vivências e emoções. As palavras, em seu movimento de inspirar, também expiram, e assim respirando participam do ciclo da vida, em perpétua variação e mudança.

Os dados aqui levantados foram coletados dos comentários feitos às publicações de um grupo social do *facebook*. Esses grupos no facebook, assim como os fóruns virtuais, reúnem pessoas que compartilham temas e interesses, e nesse ponto, pelo menos, não se distinguem das comunidades presenciais, como as tradicionais associações de bairro, por exemplo. O grupo escolhido para a coleta de dados intitula-se *Ufba da Putaria*. A escolha deu-se pelos fatores que se seguem explicitados. Inicialmente, meu interesse de pesquisa esteve centrado na sintaxe da língua portuguesa. Encantava-me os mistérios e as particularidades da sintaxe das sentenças conhecidas como existenciais. E estudando o fenômeno da ergatividade, a gramática das construções de Goldberg (1995) e a Gramática Radical de Construções de Croft (2001), deparei-me, durante o levantamento bibliográfico, com o artigo de Bronzato (2000), que estuda a presença de interdições sociais ao nível do subsistema sintático de análise. Foi quando ocorreu uma reviravolta no percurso da minha pesquisa, pois foi ali, finalmente, que percebi a centralidade da semântica para a linguagem. E decidi, ao invés de estudar um tipo particular de sintaxe, estudar os desdobramentos linguísticos impressos pelo significado que atribuímos à realidade, tal qual a percebemos, tal qual somos capazes de percebê-la, em cada sistema de sistema do nosso conhecimento, conforme espero fique demonstrado ao fim desta análise. E dentre àqueles significados interditos socialmente listados por Bronzato (2000), elegi o significado do sexo como objeto deste estudo.

Quando conversei com minha orientadora sobre essa decisão, ela me contou sobre um estudo produzido pelo GESCOG, em torno da conceptualização do sexo, para o qual se pretende publicar os resultados até o fim do ano em forma de livro. E dentre o material para a coleta de dados estava o *Ufba da Putaria*. Agora, apresentada ao grupo do facebook, notei que esse grupo dispunha de uma popularidade considerável dentro da nossa instituição universitária, a UFBA. Muitos estudantes e professores conheciam e comentavam sobre o grupo. Decidi, então, que esse seria um bom representante da comunidade universitária para estudar o que o sexo significa dentro dela. Durante a pesquisa, mais uma surpresa. Quer dizer, mais um dado a romper com a

visão cartesiana que ainda persiste mesmo em uma pesquisadora como eu que insiste em tentar ampliar a visão na direção da complexidade.

Em busca de um grupo que representasse a comunidade acadêmica da universidade, eu esperava encontrar alunos e professores daquela instituição. Mas ali encontrei também alunos de outras instituições universitárias, encontrei aspirantes a universitários, pré-vestibulandos, alunos do ensino médio e também simples curiosos. E isso me ajudou a refletir e ponderar sobre o que significam as fronteiras da comunidade que me propus estudar. Qual seria então a fronteira de uma comunidade acadêmica? Ela é composta também pelos funcionários terceirizados (serviços gerais e segurança patrimonial), bibliotecários, servidores administrativos, estagiários, pais de alunos, visitantes, moradores de rua e por que não ladrões e estupradores que eventualmente comparecem aos *campi*? Fronteiras sociais são conceitos, são leituras, percepções, habitam o imaginário, são representações. Não correspondem necessariamente à realidade que eu vejo, que imagino, nem àquela que está impressa nos compêndios das ciências, nem mesmo no senso comum. Há polissemia e homogeneidade, traços de proximidade e distanciamento. Relatividade. Caos.

Sim. Se eu, Camila, assumo o papel de lexicógrafa e assumo a tarefa de reunir todas as palavras e as suas definições, além de todos os demais saberes sobre ela, chegarei a um número que tende ao infinito e a uma realidade caótica, labiríntica, fractal e partilharei das reflexões de Humberto Eco (2013).

Contudo, a cognição humana, acredito, está preparada para ordenar a realidade. O conceito lakoffiano de realidade experiencialista nos ajuda a compreender que estamos preparados para interpretar o caos, a partir de nossas experiências e habilidades. É uma tentativa teórica que oferece fluidez, ao invés de dicotomia, entre os conceitos de homogeneidade e heterogeneidade, objetividade e subjetividade, indivíduo e coletividade. Decidida, então, sobre qual seria a comunidade virtual a ser estudada e após refletir sobre a fluidez dos limites das suas fronteiras, parti para a análise propriamente dos dados linguísticos.

Para a criação de um grupo do Facebook é necessária a atribuição de um título e uma breve descrição do grupo, onde normalmente se descreve os objetivos ou a finalidade da sua criação, cuja análise nos oferece algumas informações para interpretação dos dados ali disponíveis. Contudo, o ambiente virtual coloca um limite para a pesquisa e para o pesquisador, pois desconhecendo a identidade do sujeito e estando distante dele durante a comunicação, desconhecemos a sua história, o seu contexto, os seus movimentos. Mas se por um lado, a ausência de contato presencial é um limite, por outro lado, a possibilidade de estabelecer contato sem fronteiras geográficas nos oferece outras possibilidades, às quais nos agarramos para

realização desta pesquisa. De fato, a leitura desta pesquisadora não será provida da experiência de vivenciar a realidade da experiência do contato visual, por exemplo, como interlocutora de um diálogo presencial, mas poderá, por outro lado, vivenciar as leituras de uma experiência virtual, em que os interlocutores se fantasiam e assumem identidades variadas, oferecendo ainda mais rigor ao conceito relativista de realidade assumido pelas ciências cognitivas e com o qual este trabalho se filia.

Talvez a criação do grupo seja uma tentativa militante de quebrar tabus e interdições sociais ou uma tentativa de oferecer ou criar um ambiente em que esse assunto possa ser tratado com maior naturalidade, para fins de autoconhecimento, ou talvez um pouco de cada ou talvez uma outra hipótese que não se tenha vislumbrado aqui, neste momento. Analisar grupos sociais é uma oportunidade ímpar para refletir sobre a relação estabelecida entre o indivíduo e a coletividade. A orientação teórica discutida nos capítulos precedentes nos introduziu à epistemologia da complexidade, para a qual os antagonismos não são necessariamente dicotômicos, mas ao invés disso, são complementares. O estudo dos grupos ilustra essa abordagem, pois todo grupo é ao mesmo tempo *uno*, pois apresenta propriedades homogeneizadoras, e também *multiplex*, pois suas partes componentes são múltiplas e heterogêneas. A perspectiva aqui adotada buscará evidenciar pontos de heterogeneidade e também de homogeneidade, evitando dicotomias, buscando complementariedade.

Com isso em mente, foram investigadas as produções linguísticas, desde a gramática, perpassando o léxico até o discurso, buscando evidências que permitam conhecer o que o sexo significa para a nossa sociedade contemporânea, com vistas a contribuir reflexões em torno dos conceitos de mente corporificada, realismo experiencialista e gramática de construções, cujos alicerces encontram-se, sob o ponto de vista deste trabalho, compartilhados com a filosofia sistêmica de Morin (2013) e encontrada também em Capra (2006) e Maturana e Varela (2011), caracterizada pela diluição da postura dicotômica entre objetividade e subjetividade, indivíduo e coletividade.

Para isso, levantamos dados sócio-históricos acerca dos discursos operados na modernidade, oferecidos por Foucault (2014a, 2014b), um expoente da ciência moderna, reconhecido e valorizado pela comunidade científica. Além disso, através de pesquisas na internet, dispoño da ferramenta de pesquisa *Google*, consultou-se blogs e dicionários *on-line* para buscar o senso-comum sobre os conceitos encontrados no *corpus*. Não se pretende, todavia, que esses dados nos ofereçam a resposta para o que significa sexo, em termos necessários e suficientes, nos moldes estruturalistas dos estudos semânticos. Ao invés disso, assumindo uma posição cognitivista para a análise linguística, assumimos que a resposta para o que significa

sexo é uma resposta complexa. Não em termos de dificuldade, mas em termos de relatividade. A realidade presente no mundo não é a realidade construída em nossa mente. A nossa mente constrói uma percepção da realidade. O cientista, o cidadão, o leitor e cada ser humano assim o faz. E a linguagem é um produto cognitivo dessa percepção. Este trabalho, desse modo, assume e se posiciona ao lado do conceito lakoffiano de realismo experiencialista e não prevê distinções rígidas entre significado literal, do seu contexto de uso, entre enciclopédia e dicionário.

A reflexão de Morin (2013) sobre a subjetividade do cientista, quando enfatiza que toda produção científica está impregnada por ideologias e criatividades, desconstruindo ou reconstruindo a objetividade cartesiana, pode ser aplicada também ao conceito de realidade com o qual trabalhamos aqui. Assim como a objetividade do cientista se submete a sua própria subjetividade, à objetividade dos constructos mentais que traduzem a realidade para o indivíduo submete-se a sua subjetividade. O conceito lakoffiano de mente corporificada, enfim, consolida-se com a filosofia moriniana. A dicotomia cartesiana que opõe corpo e mente, objetividade e subjetividade perde espaço. E nesse lugar surge a proposta que se defende nesta pesquisa.

Acredita-se, então, que os enunciados linguísticos estudados no *corpus* deste trabalho nos dão pistas sobre as diferentes formas de perceber a realidade. Assim, pretende-se perceber semelhanças e diferenças no modo de perceber e compreender o conceito de sexo, comparando o conhecimento construído na modernidade, presente em Foucault (2014a, 2014b), o conhecimento construído por uma dada parcela da sociedade (representada aqui pelo conteúdo encontrado na internet, em dicionários e blogs) e o conhecimento construído pela análise deste trabalho sobre o *corpus* estabelecido, que inevitavelmente está impregnada pelo ponto de vista da pesquisadora. E dessa forma, estamos diante da hipótese de que o significado linguístico longe de se estabelecer de forma linear, referencial e autônoma, alicerça-se na variação, na mudança, na interdisciplinaridade e na relatividade. Afinal, sendo o significado uma marca cognitiva da experiência, impresso na memória de modo interconectado de modo a constituir sistemas semióticos, como a linguagem, todo o sistema linguístico estará organizado sob os mesmos alicerces.

Na primeira secção desta dissertação, demonstramos alguns princípios norteadores para o pensamento complexo, cujo eixo de análise encara ordem e desordem como conceitos complementares, resultando na diluição das fronteiras entre corpo e mente, objetividade e subjetividade, indivíduo e coletividade, clássica dicotomia cartesiana que separou as ciências da natureza das ciências humanas. Desse modo, defende-se um rigor científico construído a partir da interdisciplinaridade, das conexões entre conhecimentos e da valorização das experiências cotidianas.

Além disso, o pensamento complexo encara o produto da soma através de uma perspectiva não necessariamente composicional. Dessa forma, a soma das partes pode acarretar um resultado maior, menor ou equivalente ao todo. Ao tratar da interpretação semântica, isso é importante para perceber que o significado está dentro de um contexto. A proposta langackeriana para a relação entre base e domínio, assim como a semântica dos frames fillmoreana e a proposta de lakoff para os modelos cognitivos idealizados ilustram essa perspectiva filosófica. Todas elas indicam que o significado não é construído de forma linear e composicional. Ao invés disso, o significado emerge a partir da operacionalização de algumas habilidades cognitivas que nos permitem selecionar e projetar informações, a partir da reunião de determinados conhecimentos enciclopédicos, gramaticais, generalizáveis e contextuais armazenados em nossa memória, no decorrer de nossa experiência de vida.

Pensando em termos esquemáticos (apenas para ilustrar nosso raciocínio), o resultado da operação semântica de construção do significado algumas vezes incidirá sobre um ponto dessa rede de conhecimentos, outras vezes incidirá sobre a relação entre dois pontos e outras vezes incidirá sobre uma região mais ampla dessa rede.

Diante disso tudo, surge uma pergunta: onde se situa o objetivo deste trabalho? Este estudo se situa entre os lingüísticos, uma vez que trata de linguagem. E também, entre os sócio-históricos, uma vez que trata de analisar um sujeito inserido em um contexto. Sendo assim, creio, ao oferecer uma perspectiva epistemológica ancorada nos estudos de Morin (2011 e 2013) e Lakoff (1987, 1992) Lakoff e Johnson (1980, 1999), estou a construir uma pesquisa propriamente *latto* em relação à linha de pesquisa de lingüística histórica *latto senso* proposta por Mattos e Silva (2008).

O ponto de vista que orienta este trabalho se fundamenta a partir da visão de um mundo organizado e manipulado por forças sociais e coletivas, pois se defende aqui a existência de um único mundo coletivo e compartilhado, mas percebido de formas diferentes pelos seres que o habitam. As nossas reflexões estarão sempre em torno do antagonismo individual e coletivo, pois a despeito da individualidade do nosso corpo, da nossa mente, ou melhor ainda, a despeito da individualidade da nossa mente corporificada, esta individualidade encarnada está em constante interação com o seu meio. E é em virtude desta interação, é através dela e por meio dela que a linguagem se desenvolve e se estrutura. Os fenômenos lingüísticos são encarados como parte de um sistema que integra o sujeito e a sociedade, o indivíduo e a coletividade. Sendo assim, um objetivo central aqui é investigar como o conceito sobre sexo se constrói para um integrante do grupo *Ufba da Putaria*, a partir de um ponto de vista que encara a construção dos conceitos como produto da experiência que o indivíduo estabelece com o mundo, formando grupos, os

quais possuem características homogêneas e heterogêneas retoralimentares. Muito embora cada experiência seja única, ela não é necessariamente exclusiva. Muito embora cada sujeito se caracterize por subjetividades, não é raro que elas sejam compartilhadas. Sendo assim, sempre que possível, buscar-se-á apontar as relações (de aproximação ou de distanciamento) que os conceitos construídos pelo sujeito objeto de nosso estudo estabelecem com os conceitos construídos por outros atores sociais, sob um ponto de vista sócio-histórico.

Para dar luz à face histórica do significado linguístico, utilizou-se a análise dos discursos foucaultiana sobre o sexo e a sexualidade na Idade Moderna. Foucault (2014a, 2014b) nos oferece um norte, a partir do seu olhar atento aos mecanismos de poder atuantes sobre o tema sexo e sexualidade, quando analisando os discursos modernos sobre o sexo e a sexualidade, demonstra que a modernidade se caracteriza pela ação das ciências (médica, pedagógica etc) no aparelhamento de estratégias construídas para defender o sexo heterossexual, legitimado pelo casamento e rebaixar ou denegrir outras modalidades de sexo (como o homossexual, infantil, feitichista etc).

As estratégias de interdição utilizadas, segundo ele, não correspondem a uma lei proibitiva, por exemplo. Elas foram construídas através do discurso de que há tipos de sexo patológicos, criminosos e pecaminosos, passíveis de serem descritos cientificamente, através de observações e descrições sucintas, apuradas e defendidas com rigor científico, não só por setores emergentes na Idade Moderna, como a medicina e a escola, mas também pelo clero.

Sendo assim, a interdição aqui se revela de uma forma diferente, pois ao mesmo tempo em que o sexo é renegado, ele não é expurgado. O assunto sexo está em pauta. O mecanismo de interdição não trabalha silenciando, mas falando, descrevendo, a partir de argumentos lógicos e metodologicamente apurados. Os padres exigiam que os fiéis descrevessem os pormenores e os detalhes de sua vida sexual para que fossem julgados os seus atos pecaminosos, pois havia um modo de fazer sexo mais valorizado do que outros. As escolas promoviam palestras fundamentadas pela medicina sobre o comportamento sexual dos estudantes descrevendo comportamentos como a masturbação como situações patológicas a serem evitadas. Relações sexuais em locais públicos, que em momentos históricos passados eram encarados naturalmente, passaram a ser encarados como pecaminosos ou criminais e repreendidos. Sendo assim, concluímos: nem sempre o sexo é interdito através de proibições; falar de sexo nem sempre significa quebra de tabus ou ausência de interdição; é possível interditar o sexo, construindo um discurso sobre ele.

Finalmente, a análise foucaultiana dos discursos sobre sexo nos introduz, além da face histórica, uma outra face do significado linguístico: a face coletiva. O estudo dos discursos nos

permite conceber a realidade como uma realidade compartilhada. Afinal, os discursos podem ser identificados e assumem força na medida em que um significado emerge e irradia na sociedade.

Uma outra pergunta que surge é a seguinte: como a linguagem expressa o discurso sobre o sexo? Naturalmente, esta é uma questão muito ampla, a qual não se responde em apenas uma dissertação. E, talvez, esta questão não esteja nem formulada de forma coerente, pois do ponto de vista das ciências cognitivas entre o discurso e a linguagem não há fronteiras rígidas e discretas. Todavia, dando alguns passos na direção do longo caminho que conduz às respostas, dúvidas e inquietações propostas, iniciamos nossa análise a partir das amostras retiradas do grupo *Ufba da putaria*, empreendendo a tentativa de refletir sobre a relação retroalimentar entre individualidade e coletividade. Assim, elegemos um participante do grupo, doravante A2, para analisar a sua conceptualização sobre sexo, diante dos conceitos presentes na coletividade em que se insere.

Como vimos no trabalho de Foucault (2014a, 2014b), os discursos sobre sexo são caracterizados pela atuação de mecanismos de interdição, cuja análise perpassa não só pelas sentenças explícitas de proibição, censura e condenação previstas culturalmente ou mediante legislação, mas também pelos discursos e intensões construídas pela linguagem. Neste trabalho, acreditamos que a análise das interdições perpassa não só pelos discursos, pela cultura e pelas normas, mas também pela gramática e pelas integrações conceituais presentes e atuantes na produção linguística. É importante salientar, que embora muitas vezes se faça uso dos termos gramática, léxico, linguagem e discurso, isso não ocorre com a intenção de distingui-los em grupos discretos, com propriedades exclusivas e autônomas. Ao contrário disso, como já se discutiu amplamente em capítulos prévios, cada um desses termos corresponde a sistemas de sistemas integrados compondo um complexo sistema de linguagem, cuja principal propriedade é a semiótica que se estabelece a partir da experiência, em virtude de nossas habilidades cognitivas. Isso não quer dizer que a linguagem está fora da mente, nem que ela está dentro da mente. O meu pensamento epistemológico e a minha própria escrita e o processo de escritura reflete o meu processo de ruptura com a concepção dicotômica do mundo e dos conceitos. Esta é uma preocupação particular desta minha obra. A qual retomo a todo o tempo, pela crença de que a mente é corporificada e sistematizada em um esquema retroalimentar, que envolve um ciclo virtuoso entre habilidades biológicas, constituídas geneticamente, e habilidades psicológicas constituídas na infância, e na fase adulta e eternamente. Mas muitas vezes, me faltam os conceitos, muitas vezes eles ainda não estão rompidos, pois sou filha de um mundo disciplinar dicotômico e vivo um momento de transgredi-lo, por acreditar que assim o tornaremos mais saudável, ecológico e maduro.

7. ANÁLISE DE DADOS

No momento,
ciência, arte e filosofia crescem, simultaneamente, em mim,
de tal maneira que, aconteça o que acontecer,
engendrarei, qualquer dia, um centauro.

(Nietzsche)

Esta pesquisa pretende investigar a centralidade da semântica na organização do sistema linguístico, assumindo o ponto de vista epistemológico da filosofia da complexidade. As seções anteriores esclarecem o aparato teórico e metodológico, bem como os recortes necessários efetivados para esse empreendimento. Sendo assim, a pergunta norteadora desta pesquisa é: o que significa sexo? O que significa universidade? Quais os processos cognitivos que organizam essa conceptualização?

A leitura do nome dado ao grupo em estudo, *Ufba da Putaria*, dá pistas sobre os conceitos que estão em jogo. É irônico, mas importante salientar, que embora neste texto eu esteja conduzindo o leitor à interpretação dos dados através de um caminho que se inicia pelo título do grupo, e que, embora isso seja perfeitamente esperado, pois uma leitura deve-se iniciar pelo título, a construção do meu raciocínio não se deu dessa forma. Apenas após ler e reler as publicações e as postagens, analisando e refletindo diversas vezes sobre as metáforas conceptuais encontradas, pude notar no título a relação entre sexo, sexualidade, estudante e escola, sendo capaz agora de me posicionar, afirmando que neste grupo há um mecanismo discursivo para identificar o estudante como aquele que faz sexo na escola ou para identificar a escola como um local onde se faz sexo. O que reitera a relevância da subjetividade e da interação no processo de leitura e interpretação de significados. Até um certo momento, a presença do título na coluna lateral esquerda da tela do computador era para mim invisível. Não significava nada. Mas após ler e reler as postagens e verificar a presença reiterada de elementos fetichistas envolvendo a categoria profissional VIGILANTES DA UFBA, por exemplo, em postagens no grupo, pude perceber que ali nas poucas palavras que sintetizam a descrição do grupo e em seu título, é possível perceber uma rede de elementos semânticos interconectados. Ou seja, contextualizando-me no grupo, fui capaz de contextualizar os elementos linguísticos. E estando tudo contextualizado, fui capaz de atribuir significado, ao que antes não possuía nenhum, pelo menos para mim.

O título do grupo é de responsabilidade do moderador, portanto reflete suas escolhas linguísticas, as quais dizem respeito a sua experiência de vida e suas próprias intenções. A

escolha das palavras pode muito bem ter sido fruto da sugestão de outras pessoas ou pode ter tido uma fonte de inspiração intertextual. Todavia, a assinatura, o poder, a autorização de inseri-las naquele espaço é do moderador e é nesse sentido que lhe atribuo a responsabilidade de suas escolhas linguísticas.

Ao mesmo tempo, o título do grupo é uma ferramenta importante para a comunidade virtual, pois se apresenta como um condutor de atenção. Mesmo que os participantes tenham aderido ao grupo por meio de convites ou indicações de amigos, a leitura do título lhes dá uma ideia panorâmica sobre o que fazer naquele grupo, sobre o que publicar e sobre o que será encontrado ali. Esse panorama oferecido pelo título, veremos, não atua como um vetor unidirecional, como uma ferramenta manipulativa esculpindo o leitor ou participante do grupo, uma tábula rasa. Ao invés disso, o panorama é interpretado pelo leitor, o qual imprime sua subjetividade, sua experiência, seu conhecimento, configurando projeções polidimensionais. O título também contextualiza o leitor e ativa seu conhecimento enciclopédico, seu modelo cognitivo idealizado. Mas, afinal, o que significa *UFBA da Putaria*?

Nesse sentido, podemos fazer uma tentativa de análise composicional: o que significa UFBA? O que significa *putaria*? E o que esses conceitos têm a ver com sexo? Uma leitura fregeana da composição UFBA + de + a + putaria, linear e referencialista, resultaria na seguinte interpretação: a preposição *de*, a partir de suas propriedades predicadoras, projeta dois argumentos, preenchidos pelos itens lexicais UFBA e *putaria*, estabelecendo uma relação de posse. Assim, a minha leitura fregeana para o título é que a putaria pertence à UFBA, ou a UFBA é dona da putaria. Que UFBA é uma universidade e que *putaria* é uma modalidade de sexo não normatizada, sendo desonesta e libertina, algo a ser evitada pelo cidadão de boa conduta, do qual se espera honestidade. Contudo, esta minha leitura se depara com um fenômeno de polissemia, pois as fronteiras entre os conceitos de posse, existência e locação são pouco nítidas e produzem debates ainda não resolvidos na linguística, conforme discute Lyons (1967). Os estudos históricos da língua portuguesa demonstram que, no português arcaico, o verbo *ser* concorria com o verbo *haver*, em contextos existenciais, ao tempo em que o verbo *haver* concorria com o verbo *ter*, em contextos de posse. Com o passar dos séculos, o verbo *ser* desapareceria dos contextos existenciais e o verbo *haver* iniciaria um processo de esvaziamento de seu sentido possessivo, ao passo em que o verbo *ter* ampliaria seu campo semântico, aparecendo não só em contextos possessivos, mas também em contextos existenciais. Estudos como os de Coelho (2006) e Gonçalves (2010) convidam-nos a continuar investigando o quadro das construções existenciais pois notam que o verbo *ser* continua assumindo significado existencial na língua portuguesa.

Sendo assim, embora uma dada gramática possua um item lexical estável que relacione, por exemplo, o conceito de posse à preposição *de*, é inconsistente dizer que isto é um fato de linguagem, pois não é universal. E sendo um fato de língua, é limitado dizer que a preposição *de* significa posse, pois é necessário inserir no sistema a variação linguística caracterizada pelo fenômeno da polissemia.

Uma leitura cognitivista para esse enunciado linguístico abarca o conhecimento enciclopédico e conhecimentos de ordens variadas estruturados em nosso sistema mental, conforme a relação entre domínio e base proposta por Langacker (1987), a *semântica de frames* de Fillmore (2009) e a proposta lakoffiana para os *modelos cognitivos idealizados*. Pinheiro e Araújo (2010) propõem que os conceitos de posse e existência possuem relações conceptuais com o domínio do espaço, justificando a relação entre os três conceitos através de relações metafóricas e projeções conceptuais entre domínios mais concretos (espaciais e locativos) e domínios mais abstratos (existenciais e possessivos). Assim, ao ler esse enunciado, entendemos que a operação cognitiva responsável pela interpretação desse enunciado vai além de uma relação composicional entre o conceito que elegi para a preposição *de* (no caso em estudo, o conceito de posse) e os conceitos UFBA e PUTARIA. E que descrever o significado de um conceito envolve descrever o significado enciclopédico sobre ele, o que engloba também relações de projeção que eles estabelecem com outros conceitos e outros domínios. Croft (2001) propõe que as relações sintáticas entre os elementos de uma sentença não se estabelecem horizontalmente, do modo composicional, mas ao invés disso, elas se estabelecem na relação entre as partes e o todo. Desse modo, será determinante para o estabelecimento da função sintática de um elemento da sentença, o significado global de um enunciado, no qual, compreendo, engloba, de um lado as intenções do falante, e do outro, a recepção do ouvinte, e ainda de outros lados, a história daqueles itens e as possibilidades interpretativas.

Assim descrever um conceito como, por exemplo, o que é uma universidade, envolve descrever como é a sua construção arquitetônica, o que se costuma fazer dentro dela, quais os atores sociais envolvidos, e um conjunto de informações que tende ao infinito, como afirma Croft e Cruse (2004, p. 29): *basicamente um conjunto infinito de conhecimento de mundo é necessário para descrever um significado literal de uma expressão, e por isso seu apropriado uso em contexto*. Afinal, cada unidade do sistema é um sistema.

Além disso, descrever um conceito envolve estudar as relações estabelecidas com outros conceitos, as quais podem ser estabelecidas através de projeções conceptuais, metáforas, metonímias etc. A presença da metonímia UFBA é UNIVERSIDADE nos permite estender a existência do sexo para todo e qualquer estabelecimento de ensino superior, abrindo

questionamentos acerca do que se faz dentro da universidade. Podemos, inclusive, investigar a metonímia UNIVERSIDADE É ESCOLA, abrindo questionamentos ainda mais amplos sobre o que se faz dentro dos espaços dedicados ao ensino. Isso permite refletir sobre as ações daqueles que integram o espaço universitário e escolar, normatizadamente dedicado aos estudos, sem menção a sexualidades. E a presença do sexo, inserido dentro do universo escolar pelo grupo ora em estudo, nos faz refletir também sobre o que é sexo e que tipo de sexo se faz dentro da universidade. Esse mecanismo discursivo opera uma força em sentido contrário à interdição dos discursos analisados por Foucault (2014a, 2014b), quando o autor observa que a ciência e a Igreja interditaram o sexo e a sexualidade dos estudantes dentro da instituição escolar.

Enfim, há a expectativa de quebra dos valores normatizados tanto em relação ao que se faz dentro da universidade, como em relação aos locais em que se realiza sexo e que modalidade de sexo é realizada. Espera-se, então, que os participantes do grupo estejam engajados em discutir essas questões, as quais conduzem as expectativas em torno do que fazer ali, o que publicar e o que encontrar. Nesse caso, a soma das partes é maior que o todo. A soma de quatro itens lexicais (UFBA + de + a + putaria) resulta em uma rede ampla de conhecimentos inter-relacionados. E sendo assim, uma análise do todo é preliminar a análise das partes. É a partir de uma hipótese interpretativa sobre o que significa *UFBA da Putaria* que cada item lexical, e por sua vez, cada item morfológico, assumirá um significado, pondo-se disponível para os processos de arquivamento, memorização e categorização que sistematizam as convenções e as generalizações que estudamos sob a nomenclatura da gramática.

Os estudos no âmbito do ensino de línguas também apontam para a importância do conhecimento enciclopédico para o ato da leitura, e nos ajudam a fundamentar a hipótese cognitivista para a arquitetura do conhecimento linguístico. Autores como Orlandi (1983), Marchuschi (1999 e 2001) e Koch (2001) nos mostram como nossa leitura está longe de se configurar como um processo puramente composicional de soma de letras e palavras, estando muito mais próxima de um processo de inferências que recupera conhecimentos e experiências prévias, construídas ao longo da vida e como advoga Vigotsky (1984), a partir de nossas interações sócio afetivas. Sendo assim, advogamos um sistema de conhecimento integrado por sistemas de sistemas, interconectados como em uma rede, ou rizoma, compostos por informações gramaticais, discursivas de ordens variadas, conectadas pelo significado que assumem e sendo memorizadas e categorizadas, não só a partir do parâmetro generalidade, mas também conforme a frequência de uso, conforme o significado que assumem, conforme suas semelhanças, suas diferenças, sua generalidade, assim como demonstram os estudos de Roch (1978) e Bybee (2010).

A simples participação e interesse nesse grupo do *facebook*, intitulado *Ufba da Putaria*, demonstra a necessidade de tratar do tema, colocá-lo na pauta de assuntos do dia. Até agora, percebemos que uma leitura simplesmente composicional não dá conta de interpretar nem mesmo o título do grupo e que se faz necessário acessar todo o conhecimento enciclopédico integrado aos itens linguísticos ali presentes para que o processo de leitura se realize de modo eficaz. Para que encontremos as histórias ali presentes, pois como bem diz Armandinho, na epígrafe deste capítulo “*As palavras inspiram, expiram, respiram*”. E, como digo eu, ao ampliar as palavras do personagem-artista-poeta, os itens linguísticos, as gramáticas, as linguagens inspiram, expiram, respiram, vivem, morrem à disposição de nós que as usamos.

Assim mesmo, poderíamos dizer que seus participantes, dispostos a falar de putaria, não pretendem interditar o tema sexo, pois o assunto faz parte da pauta do dia. Afinal de contas, o título nos remete a uma modalidade não normatizada de sexo, situa-o dentro de um espaço, segundo Foucault (2014a, 2014b), submetido a vetores de poder discursivos que pretendem expurgá-lo. Mas a análise de Foucault (2014a, 2014b) nos orienta a ser cautelosos nesse julgamento, pois nem sempre se fala com a intenção de liberar, ao contrário, às vezes se fala sobre um tema com a intenção de interditar. Às vezes a própria fala interdita, pois o discurso pretende interditar. E a nossa perspectiva teórica nos orienta a ser ainda mais cautelosos, pois embora historicamente se perceba a construção de um conceito de sexo marcado por interdições, censuras e discriminação, é possível e provável que isso não ocorra de forma linear, pois vivenciamos e construímos os nossos conceitos (lexicais e gramaticais) de forma relativa e variável.

Vejamos, um exemplo de análise. Da leitura que faço do título dado ao grupo, *Ufba da Putaria*, é possível desconfiar que uma das motivações dos participantes é tratar de questões ligadas ao sexo, pois o item lexical *putaria* me remete a um dado tipo de sexo, contraposto a um sexo comedido e normatizado, submetido a pudores religiosos ou civis. Os participantes, conservando o sigilo de sua identidade, enviam mensagens privadas a um coordenador (denominado moderador) o qual, por sua vez, publica-as na página do grupo, cujo acesso à leitura e comentários é livre. Poderíamos de imediato supor que esses participantes pretendem falar de sexo, sem interdições. Poderíamos defender e estandardizar bandeiras e rótulos e conceitos uniformes. Mas antes, observemos o significado do sigilo. As mensagens enviadas ao moderador do grupo são mensagens cujo conteúdo é sexual. Elas contam histórias ou fantasias sexuais. E a identidade de seus autores precisa ser preservada. Esse silêncio, esse sigilo, esse não dizer, nos diz algo sobre o que o sexo significa. Significa que há algo nesse sexo que não deve ser falado, pelo menos não ali, naquele ambiente, naquele grupo, com aquelas palavras,

pronunciadas por aquelas pessoas. E agora ficamos diante da ambivalência que complementa o conceito de sexo o qual estamos construindo com a leitura desta análise, pois ao mesmo tempo em que se abre espaço para a quebra de tabus, através do diálogo sobre um sexo “desonesto” e “desautorizado”, inserindo-o no espaço universitário de onde ele foi deveras excluído (quer dizer, de onde houve uma tentativa de exclusão, segundo Foucault (2014a, 2014b); o sigilo, o silêncio da identidade de seus atores sociais nos indica interdição. E ao mesmo tempo, eu, enquanto integrante da comunidade universitária sei que o sexo, em suas mais diversas modalidades, jamais fora excluído desse espaço, embora reconheça que haja fluxos e contrafluxos no modo de encará-lo como uma conduta apropriada ou não, em relação a esse espaço teoricamente dedicado à formação intelectual.

Uma palavra, ou um item linguístico, não carrega um conceito necessário e suficiente. Ao invés disso, o próprio sujeito no decorrer de suas vivências, partindo de toda sua experiência e ambivalência emocional, histórica e psíquica, carrega e constrói o conceito, a partir de suas habilidades cognitivas, diante da palavra e de tudo que existe no mundo. A palavra é como a realidade. Ela existe e está disposta no mundo. Está sendo utilizada por muitas pessoas. E cada um a vivencia à sua maneira, a partir de suas experiências, conceptualizando o seu próprio realismo experiencialista.

Por esse motivo, para cada comentário de A2 analisado, este trabalho realizará uma leitura do conhecimento enciclopédico que o contextualiza, buscará identificar as integrações conceptuais subjacentes a sua produção, investigando assim seus modelos cognitivos idealizados, além de buscar identificar o discurso operado nos textos analisados, posicionando-o em relação aos discursos estudados por Foucault (2014a, 2014b). A descrição desses fatores é coerente com o modelo proposto pela linguística cognitiva para a linguagem, tratada como uma habilidade cognitiva de conceptualização, para cujo estudo do significado assume papel central em todos os níveis de análise linguística, desde o nível do discurso, perpassando pela pragmática, até o nível lexical, morfológico e sintático, de modo que todos esses subsistemas de análise, compartilham propriedades fundamentais como a semiótica e a polissemia, conforme demonstram Croft (2001) e Goldberg (1995).

As ocorrências analisadas neste trabalho foram selecionadas após um recorte temporal. Assim, após a leitura das postagens e dos comentários, busquei por um participante assíduo, para que fosse possível propor um modelo de representação do sistema de conhecimento de um dado falante, afinal de contas, um participante esporádico não ofereceria dados suficientes para compor um modelo intrincado de sistema tal qual, imagina-se, é composto o nosso conhecimento linguístico. Desse modo, elegemos o participante A2 pela sua assiduidade. Dado esse passo, é

possível, então, refletir sobre as fronteiras entre o individual e o coletivo, entre objetividade e subjetividade, questões constituintes da agenda de estudos da epistemologia contemporânea compartilhadas com a agenda da linguística cognitiva, percebidas, por exemplo, em conceitos como realismo experiencialista e mente corporificado, às quais somamos os questionamentos norteadores já explicitados no início desta seção, para análise das ocorrências que se inicia.

A leitura das postagens permite inferir que A2 é uma pessoa do sexo masculino, do gênero homossexual e estudante universitário.

(1) Gente! Meu amigo se diz um gay **um pouco incomum** pelo fato de gostar de Futebol e principalmente Futebol Americano. Eu não suporto mais vê-lo depressivo nos finais de semana por não ter um **boy** pra acompanhá-lo enquanto assiste uma partidinha e fazer sexo nos intervalos. Algum ser humano dessa faculdade poderia se pronunciar? Se pronunciem que ele vai add vocês.

A2: O que eu não faço para tirar um **boy** da depressão, não é mesmo, minha gente? Gosto de futebol americano **desde a minha primeira menstruação**, rs

A1: Se o **boy** for **digno**, assisto até a final do Super Bowl

A2: Não foi **a senhora** que me disse ontem que quem vê cara não vê **neca, miga**? Estou confusa.

Essa ocorrência é composta da mensagem publicada pelo moderador, com os comentários de A1 e A2. Trata-se de um convite, onde os participantes do grupo são convidados a fazer parte da rede de relacionamentos virtuais de um sujeito que busca companhia de um rapaz para assistir futebol americano e fazer sexo durante os intervalos.

Evidencia-se aqui uma relação estabelecida entre o gênero textual convite e o conceito sexo, o que nos permite hipotetizar que durante esse diálogo, o modelo cognitivo idealizado acionado para a atualização do significado de SEXO envolve também questões textuais relacionadas à gêneros. Isso nos mostra o quão amplo é o conhecimento de mundo necessário à construção, interpretação e contextualização de conceitos. E nos permite hipotetizar também sobre a questão dos modelos cognitivos idealizados e o realismo experiencialista, que enfim nos conduz a reflexões sobre a problemática indivíduo e coletividade. A relação estabelecida entre o gênero textual CONVITE e o conceito SEXO foi estabelecida pela minha leitura? Ela é uma relação particular e exclusiva construída na mente corporificada desta pesquisadora? Ou está presente também na mente encarnada de A2 e de seus interlocutores?

Bom, fazer convites e fazer sexo são atitudes relacionadas não só na experiência virtual de participar do grupo Ufba da Putaria, mas também na experiência do sexo consensual, em que uma das partes toma a iniciativa e faz propostas, convida e se oferece através de olhares,

palavras, atitudes e prazeres. Sob esse ponto de vista, vê-se que a experiência de fazer sexo é muitas vezes antecedida pela experiência de realizar convites. A possível presença do gênero textual CONVITE integrando o sistema conceptual do conceito SEXO me ocorreu, quando refletia sobre o conteúdo da postagem. Por que, afinal, um integrante do grupo está postando um convite, em um grupo inicialmente criado com a ideia de postar contos eróticos e experiências sexuais no âmbito da universidade? Esta postagem não corresponde com rigor à nenhuma das duas expectativas, se encarmos os fatos de uma forma literal e cartesiana.

Porém, se, estamos ancorados em um conceito de mente encarnada e encarmos cada aspecto da experiência de vida, como um alicerce para a atividade que sistematiza a cognição, podemos afirmar que eu, e os integrantes do grupo, na condição de humanos que se encontram e se conhecem ao acaso, se atraem em paixões e sentimentos variados e imprevisíveis, inseridos em uma cultura, convidando e copulando, transformamos, sim, em sistema e rotinas cognitivas integradas, os conceitos SEXO e CONVITE.

Desse modo, ao falar de putaria, aciono nos modelos cognitivos idealizados de cada integrante do grupo, os conhecimentos relativos a sexo, em que estarão certamente gêneros textuais interrelacionados a sua experiência sexual. E isso nos conduz a *linguajar* convites quando *linguajamos* sobre sexo.

Além disso, a presença de um convite postado em um ambiente destinado à postagem de contos eróticos e experiências sexuais, para ampliar a rede de contatos virtuais com o intuito de conhecer prováveis pretendentes a companheiros de partidas de futebol coloca em questão o próprio conceito do que é um conto erótico e o que é uma experiência sexual, oferecendo ainda mais argumentos em favor da proposta de lakoffiana de modelos cognitivos idealizados e de realismo experiencialista, organizada radialmente em termos de protótipos. Enfraquecendo, pois, a teoria semântica das condições necessárias e suficientes, dicotômica em termos de significado literal e conotativo, dicionário e enciclopédico, objetivo e subjetivo. O terreno das dicotomias, outrora firme em objetividades, sob esse ponto de vista, se revela instável e inseguro, sob o qual não poderia alicerçar os fundamentos deste trabalho que pretende investigar a natureza complementar dos antagonismos, a natureza fluida das fronteiras, a corporeidade da mente e a relatividade das verdades e das realidades.

Destaco, ainda, nessa ocorrência a avaliação sobre a conduta do homossexual, em termos de seu sexo, não de sua sexualidade. Afinal, não se pretende neste trabalho aprofundar-se em questões de gênero sexual, com o intuito de definir o gênero homossexual e sua sexualidade. Todavia, está claro para a pesquisadora que se trata de um convite para uma relação sexual homossexual. E é a isso que esta análise estará atenta.

Nesse caso, o *hobby* de um sujeito que pratica sexo homossexual é assistir futebol e fazer esse tipo de sexo nos intervalos. Todavia assistir futebol é encarado como uma excentricidade (vide a expressão atributiva *um pouco incomum* utilizada para descrever o comportamento deste sujeito que pratica sexo homossexual). De fato, em nossa cultura, o futebol é um esporte associado ao homem praticante de sexo heterossexual. Em nossa cultura, normatizou-se a conduta do homem, como o ser masculino que pratica sexo heterossexual e assiste futebol. Há muitos indícios disso. A Copa do Mundo da seleção feminina de futebol, por exemplo, tem menos atenção da mídia. Futebol é coisa para homens. O salário das jogadoras é menor em relação aos jogadores da seleção masculina. E ainda há quem julgue o futebol feminino amador. A minha própria experiência na educação básica, também confirma essa hipótese. A quadra de esportes normalmente é monopolizada pelas partidas de futebol dos meninos. E há um verdadeiro espanto quando aparece uma menina *craque de bola*. O fato de uma mulher apreciar partidas de futebol também é excentricidade.

Desse modo, a integração conceptual entre as construções gramaticais *um pouco incomum* e *gay* está envolta à integração dos conceitos desenvolvidos sobre o que é ser homossexual em nossa sociedade, no âmbito dos discursos, por exemplo. E para o participante escrevente da postagem publicada e transcrita em (1), gostar de futebol não é uma característica própria dos praticantes de sexo homossexual.

Seguindo esse raciocínio, enquanto assistir futebol é encarado como uma atitude excêntrica, fazer sexo nos intervalos do jogo não é encarado como uma excentricidade pelo escrevente da postagem, podendo ser interpretada como algo normal entre os homossexuais. A formação morfológica de plural *intervalos* evidencia inclusive certa valorização desse comportamento, pois uma partida de futebol americano possui apenas um intervalo. O que nos faz perguntar por que se faz uso do plural, em referência a vários intervalos em uma partida de futebol americano, que a rigor só possui um. Daí emerge a hipótese de que se busca associar o homossexual à quantidade elevada de relações sexuais.

Foucault (2014a, 2014b), em sua análise, demonstra que o sexo heterossexual normatizado no ocidente na Idade Moderna está restrito ao leito, ao período noturno, ao compromisso conjugal e à finalidade da procriação. Segundo ele, o sexo homossexual era encarado pelos centros de poder como um sexo condenado, seja em termos religiosos ou biológicos. Foucault (2014a, 2014b) demonstra o mecanismo discursivo que o marginalizava, tornava-o pecado e doença, objeto de confissões religiosas e descrições médicas associadas a patologias diversas.

Diante disso, percebo na ocorrência (1) a presença da representação do homossexual

masculino como aquele que não assiste futebol e como aquele que faz muito sexo, em locais e momentos diversos, distinto, portanto do sexo heterossexual normatizado sobre o qual incidem as estruturas de poder estudadas por Foucault (2014a, 2014b). A conduta masculina do homossexual, então, se distingue da conduta heterossexual normatizada. Essa distinção é observada não só em relação à escolha por um parceiro do mesmo sexo, mas também pela ausência de ponderações que determinem os limites para o apetite sexual, tratem-se de limites para a quantidade de relações sexuais ou para os locais em que elas serão experimentadas. Assim, dessa análise depreendemos relações conceituais mais complexas, as quais ao mesmo tempo, aproxima e afasta as condutas homo e heterossexuais, na forma de compreender e conceptualizar o que significa ser homossexual, como e onde esse sujeito faz sexo. Aproxima quando trata de um homossexual que assiste futebol, afasta quando utiliza a expressão atributiva *um pouco incomum*. E com esse leva e traz, afasta e aproxima, as qualidades que identificam esse dado homossexual como aquele que faz muito sexo, pode ser, em outro momento, associado ao homem, conectado culturalmente ao hábito de assistir futebol. E pode ser associado (por que não) também ao homem heterossexual que procura se distinguir da mulher heterossexual ou vice-versa.

Dessa forma, percebemos, a conceptualização dos gêneros sexuais está pautada em um processo identitário caótico, em que o conceito de mulher, homem, homossexual, heterossexual não se apresenta de modo linear e dicotômico, pois o significado de cada um dos gêneros sexuais homem, mulher, homossexual e heterossexual não está isolada em um núcleo discreto, compondo uma categoria uniforme. Ao contrário disso, a análise acima demonstra que elas estão sobrepostas e interconectadas, pois o fato de ser homossexual não retira o fato de ser homem, ou mulher, ou vice-versa.

E do mesmo modo como o gênero textual CONVITE se integra ao conceito SEXO, organizando a experiência concreta e vivenciada da relação sexual em sistema cognitivo, as experiências variadas que envolvem o ser e agir como masculino e feminino; a sexualidade assumida ou pretendida ou simpatizada, bem como os processos identitários afins; constituem-se todos em sistema cognitivo, na forma de modelos cognitivos idealizados.

Faz-se necessário, nesse momento, um parêntese para refletir sobre a relação entre o individual e o coletivo, o indivíduo e a sociedade. O coletivo, de um lado, se apresenta como o espaço em que a experiência ocorre, o qual pode ser interpretado como o próprio sistema visto de uma perspectiva holística, que integra as partes individuais e as relações que estabelecem entre si e com o todo, como por exemplo, o uso coletivo da quadra de esportes, o espaço compartilhado pelos indivíduos. O coletivo se apresenta também como o fluxo convergente de experiências

individuais semelhantes, o qual podemos identificar como cultura, discurso, ideologia e até mesmo com os padrões estudados pela sociolinguística e que constituem conjuntos constituintes. O coletivo, assim, assume uma identidade macro de sistema (na perspectiva holística) e também de subsistema (na perspectiva de conjunto constituinte). O indivíduo por seu turno, a partir da análise que faço, não precisa necessariamente se identificar com o coletivo de modo linear. Ambos, indivíduo e coletivo, constituem-se integrando a heterogeneidade de conceitos, sua variação e mudança. Ser homem, em sentido coletivo, não significa necessariamente ser homo ou heterossexual, nem gostar de futebol. O significado emerge contextualizado na experiência. E a experiência, enfim, em seu devir de imprevisibilidade caótica, é o pilar fundamental da organização dos nossos processos cognitivos. E essa organização, evidenciada no subsistema lexical, pode ser demonstrada também nos subsistemas sintáticos e morfológicos.

Os modelos cognitivos idealizados integram também informações morfológicas e sintáticas que envolvem a inexatidão e a fluidez dos limites conceptuais entre os gêneros sexuais. É notável, no subsistema morfológico de análise, a integração conceptual entre os gêneros homossexual e mulher, por exemplo. Analisa-se, com essa finalidade, a flexão morfológica de gênero feminino, nos itens lexicais que assumem função sintática de vocativo (*a senhora* e *miga*) e adjunto adnominal (*confusa*), em referência a um homossexual do sexo masculino, conforme se nota no trecho abaixo, retirado da ocorrência (1) supracitada.

A1: Se o boy for digno, assisto até a final do Super Bowl

A2: Não foi **a senhora** que me disse ontem que quem vê cara não vê neca, **miga**?
Estou confusa.

Uma análise sistêmica pretende não só analisar pontos atômicos de uma estrutura, mas também as relações que esses pontos estabelecem entre si. Afinal, a descrição de um sistema, conforme o pensamento complexo, corresponde à descrição de suas partes componentes e das relações que se estabelecem entre elas. Até aqui, analisamos elementos pontuais que correspondem ao conhecimento lexical, morfológico e sintático que se evidenciou na ocorrência (1). Analisamos a existência de um inventário de conhecimentos experienciais, linguísticos que configuram o nosso conhecimento enciclopédico (provérbios, metonímias, experiências etc). Seguimos agora para as relações que eles estabelecem entre si, refletindo sobre seus padrões de composicionalidade.

A integração entre os conceitos HOMOSSEXUAL e MULHER, evidenciada na expressão adverbial *desde minha primeira menstruação* e pela morfologia de gênero evidenciada no pronome *senhora*, no vocativo *miga* e no adjetivo *confusa* nos provoca reflexões sobre a

generalidade da presença dos mecanismos de integração conceptual (como as metáforas, metonímias e mesclagens conceptuais). Estamos diante de uma ocorrência em que a integração conceptual entre homossexual e mulher que poderia ser tratada através da metáfora HOMOSSEXUAL É MULHER, ou através do um espaço genérico em que homossexuais e mulheres compartilham propriedades, permitem à atribuição de adjunto adverbial de tempo, à expressão adverbial em destaque, ao mesmo tempo em que conduzem a flexão de gênero dos itens lexicais destacados. Desse modo, torna-se cada vez mais fundamentada a primazia da semântica e das operações cognitivas para a organização do sistema linguístico, tendo em vista que o estudo da conceptualização perpassa os vários subsistemas linguísticos.

Ora, a expressão adverbial *desde minha primeira menstruação*, também nos indica caminhos para refletir sobre os padrões de composicionalidade que relacionam as unidades de conhecimento. Uma análise linear, referencialista e composicional conduz à conclusão de que o pronome *minha* se refere a um substantivo feminino, pois *menstruação* retrata um fenômeno feminino. Contudo, esse pronome se refere à A2, um substantivo masculino, escrevente da ocorrência. Do mesmo modo, o produto semântico da soma composicional fregeana entre os significados estruturalistas dos radicais *mig*, *senhor e confus + a* (morfema de gênero feminino) conduz à conclusão de que esses itens substantivos se referem à indivíduos do sexo feminino, contudo retomam, na ocorrência, um indivíduo do sexo masculino.

Percebe-se, assim, que os padrões de operação semântica, nem sempre são lineares e composicionais, pois nem sempre o todo corresponde a soma das partes. Está-se diante de uma ocorrência linguística em que a adição de um morfema de gênero feminino não conduz, nem é conduzido pela concordância de gênero gramatical, em que homens são referidos por morfemas de gênero masculino e mulheres são referidas por morfemas de gênero feminino. Está-se diante de uma ocorrência em que não há uma só regra para concordância de gênero, pois seria perfeitamente compreensível se A2 flexionasse sua escrita utilizando morfemas de gênero masculino. Está-se diante de uma ocorrência em que um homem se representa como mulher, através da morfologia de sua língua. Isso indica, mais uma vez, a complexidade da organização dos sistemas linguísticos (e cognitivos em geral). E como esses sistemas estão organizados em conformidade com o que acontece na experiência e na interação, de modo que a experiência alimenta o aparato cognitivo, que por sua vez conduz a nossa experiência, em um ciclo retroalimentar. Nas palavras de Maturana e Varella (2011, p.31-33): *todo ato de conhecer faz surgir um mundo (...) todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer*. E não poderia ser diferente pois de que forma o sistema linguístico (e a mente e a cognição) responderia ao que está disposto no mundo e na realidade ou seria suficiente para descrever e detalhar toda

experiência, toda subjetividade, toda emoção e tudo que surge e é criado a cada segundo nesta vida? Olhando para a minha própria história de vida percebo o quanto mudei física e psicologicamente, o quanto, em termos de gêneros sexuais, estive ora mais próxima de um MCI em relação aos homens e o quanto em outros momentos estive mais próxima de MCI em relação às mulheres e o quanto isso até hoje é variável, a depender do contexto.

Percebendo, então, que a relação retroalimentar entre caos e ordem pode ser encontrada quando percebemos que os conceitos são relativos, pois são atualizados a cada contexto de uso, produzindo realidades variadas, e que eles, compondo a nossa cognição, organizam-se em modelos cognitivos idealizados, avançamos a pesquisa em uma outra direção, investigando a composicionalidade do significado linguístico.

Os dados linguísticos analisados até agora evidenciam que a soma das partes nos conduz a resultados mais variáveis, talvez imprevisíveis, que envolvem a criatividade do falante, suas experiências prévias, seu conhecimento de vida e de mundo. Nesse sentido caminham as palavras de Langacker (1987, p. 87), as quais reconhecem que embora um sistema seja composto por partes, isso não quer dizer que necessariamente essas partes componentes exauram as características do sistema que compõem. O sistema composto precisa ser encarado, ele próprio, como uma entidade que possui propriedades particulares.

Ora, alguém poderia nos questionar, sob um ponto de vista cartesiano, aristotélico ou newtoniano, que, sob esse ponto de vista, a língua é assistemática. Alguém poderia defender que a língua está em processo de deteriorização, em evolução de entropia. Este alguém poderia retomar nosso conhecimento sobre as gramáticas clássicas latinas e gregas e a regularidade do seu sistema morfológico de gênero, por exemplo, e traçar uma linha de desordem, cujo início se deu com a perda do gênero neutro e para cujo fenômeno evidenciado em *miga, senhora e confusa*, destacados na ocorrência (1), corresponde a mais um ponto dessa linha evolutiva degenerativa. Poder-se-ia recuar ainda mais o início dessa história, incluindo as gramáticas do sânscrito e do indo-europeu.

Todavia, este trabalho defende a hipótese de Morin (2013), para quem os sistemas complexos se organizam na desordem, em mecanismo retroalimentar, e defende também a hipótese de Maturana e Varela (2011), para quem os sistemas complexos se organizam a partir do próprio processo do viver, em mecanismos de acoplamento e autopoiese, a partir do conceito de desordem constituinte. A nossa gramática, assim como toda a cognição, equipada com a habilidade de integrar conceitos, através de processos como as metáforas e metonímias, por exemplo, estabelece ordem e estrutura a cada inovação, provocada seja pela criatividade artística ou pela necessidade de comunicação em situações de contato linguístico ou pela emergência de

fluxos sócio-políticos, retroalimentando a estrutura de rede, a que denominamos sistema conceptual, destacando-se além da habilidade primária de relacionar conceitos, a habilidade de memorizar essas relações.

Assim, realizamos inovações, integrando conceitos memorizados e categorizados, os quais conhecemos através da experiência, do próprio viver e existir no mundo, sistematizando e atualizando-os, em um mecanismo de autoapoiese, em um mecanismo de acoplamento, em um mecanismo retroalimentar. Não há deteriorização, antagônica ao enriquecimento. Não há uma desordem antagônica em relação à ordem. Há complexidade, pois nossa cognição não opera apenas em padrões composicionais. Ela opera com criatividade, percebendo e relacionando padrões, os mais variáveis. Padrões que se relacionam com a frequência, com a generalidade, com o significado que o conceito assume diante de nós, com as emoções e a subjetividade que ele movimenta etc.

A emergência e o fortalecimento da identidade homossexual, a sua integração cada vez mais presente entre os conceitos do ser feminino e ser masculino, vivenciado no cotidiano das experiências desses falantes, conduz o sistema linguístico à operacionalização de transformações em sua morfologia, em sua semântica, em sua sintaxe, de modo que o padrão morfológico dividido entre feminino e masculino não é suficiente para atender a demanda experiencial dos falantes. Busca-se, então, estabelecer rotinas cognitivas que permitam representar o mundo percebido também na morfologia, criando novas variantes para a variável gênero morfológico, estabelecendo ordem estruturada na, por e para a desordem da variação e da inovação linguística.

Com isso, percebe-se que a representação do homossexual opera através de rotinas cognitivas que ora integram os conceitos homem e homossexual (quando se relaciona futebol, sexo e homossexual), ora integram os conceitos mulher e homossexual (quando se relaciona menstruação, morfologia de gênero feminino e homossexual). Dessa forma, percebe-se que uma descrição da linguagem em termos de regras necessárias e suficientes à composição de uma estrutura nos moldes estruturalistas, cartesianos ou racionalistas, dicotomizando indivíduo e coletivo, não satisfaz as demandas empíricas encontradas nos dados analisados aqui. A análise e descrição da linguagem requer reflexões sobre a organização, sobre as relações de integração de suas partes, sobre a variação e a mudança tão próprias e verificadas nos mais variados estudos históricos que a história da linguística nos proporciona. A solução encontrada pelos linguistas cognitivos, aos quais este trabalho se filia, foi sistematizar a variação sistêmica da linguagem, não em termos de uma estrutura atômica ou mecânica, mas em termos de semântica, de semiologia. E sistematizar a semântica em termos da experiência vivida e memorizada, elaborando um ciclo retroalimentar entre conhecimento linguístico e experiência vivida, no qual

forma linguística e significado caminham juntos, como um par, uma construção, uma tríade, uma rede, um rizoma, uma pirâmide, um fractal, a depender da amplitude do olhar a que se submete o observador.

Ainda nesse diálogo, A2 se candidata, dizendo que também gosta de futebol americano. A1 também se candidata para fazer companhia ao rapaz, desde que ele tenha algumas qualidades, as quais não detalha, mas sintetiza através do adjetivo *digno*. A2, por sua vez, provoca A1 rememorando um episódio vivido anteriormente, no qual os dois refletiram sobre as falácias de um julgamento baseado em características superficiais, atualizando o provérbio *quem vê cara, não vê coração*, quando escreve *quem vê cara, não vê neça*.

Notamos, então, a atualização do provérbio *quem vê cara, não vê coração*, em que se observa a metonímia PARTE PELO TODO, onde o coração representa o homem. Assim, para dizer que muitas vezes o *boy* pode ser digno, mas a *neca* do *boy* pode não ser, pois *quem vê cara, não vê neça*, observamos que A2 processa mais uma metonímia representando o homem através do pênis. E observando que o processamento dessa metonímia permite relações paradigmáticas entre os argumentos internos do verbo *ver* integrante do provérbio, é possível afirmar que se encontra disponível para esse falante uma estrutura parcialmente preenchida lexicalmente, a qual representamos por “*quem vê cara, não vê X*”.

Os estudos sobre aquisição da linguagem de Tomasello (2003), em sua teoria da aquisição da linguagem baseada no uso, demonstram que a intenção comunicativa está entre as primeiras propriedades linguísticas das quais a criança se apropria. À medida que ela compreende as intenções comunicativas, ela passa a relacioná-las primeiro ao léxico, seguindo em direção de estruturas linguísticas mais esquemáticas, como a morfologia e a sintaxe. Seguindo esse raciocínio, um provérbio como *quem vê cara, não vê coração*, cuja intenção comunicativa já se encontra associada a uma estrutura lexicalmente preenchida no inventário linguístico de um falante, pode se relacionar também a estruturas cada vez mais esquemáticas, a partir do processamento de novas operações conceptuais, com outros componentes inventariados no sistema linguístico do falante, como por exemplo, a metonímia O HOMEM É O PÊNIS, disponibilizando a estrutura esquemática *quem vê cara não vê X*.

Para fundamentar a hipótese de existência de uma estrutura esquemática *quem vê cara, não vê X*, buscamos no *Google* a expressão entre aspas “*quem vê cara não vê*” e encontramos logo nas cinco primeiras páginas do resultado da pesquisa, diversas ocorrências como *quem vê cara, não vê: aids, surto, tesão, safadeza, furacão, tesão, proposta e pés*.

Voltando nosso olhar para o nível sintático de análise, essa ocorrência também ilustra a proposta da gramática de construções, para a qual todos os níveis gramaticais compartilham

propriedades semiológicas. Está-se diante de um exemplo em que uma estrutura linguística esquemática, encontra-se associada a um conceito, pois “*quem vê cara, não vê X*” está associada ao conceito de que um julgamento baseado em aparências pode ser falacioso. Desse modo, percebe-se que não só unidades lexicalmente preenchidas atualizam significados, mas também unidades lexicalmente abertas.

Esse é um exemplo que reitera a inquietação de Fillmore, Kay e O'Connor (1988) acerca da divisão do conhecimento linguístico em módulos individualizados para o léxico (onde estariam as unidades idiossincráticas) e para a gramática (onde estariam as unidades generalizáveis), pois considerando a configuração desses dois espaços isoladamente, embora seja possível incluir os provérbios entre os itens lexicais, não se encontra um lugar para unidades parcialmente idiossincráticas e parcialmente esquemáticas, como *quem vê cara, não vê X*.

Sendo assim, o estudo sintático de uma língua não estará desprovido do estudo semântico e as mesmas propriedades encontradas nas unidades lexicais serão objeto de análise também de unidades sintáticas, evidenciando a centralidade da semântica para os estudos cognitivos, e em específico para este trabalho, para os estudos linguísticos.

Essa ocorrência, além de provocar reflexões sobre a fragilidade das fronteiras entre léxico e sintaxe, nos provoca uma inquietação: essa estrutura esquemática está inventariada de forma estável em nosso *sistema conceptual*, de modo que a operação conceptual seja processada diretamente entre ela e o item lexical metonímico? Ou esta estrutura esquemática emerge a cada integração conceptual, atualizando o nosso conhecimento armazenado, de forma *on-line*? Esse processo ocorre em nossa memória de trabalho ou se configura em uma estrutura armazenada em nossa memória de longo prazo? Essas são lacunas, cujas respostas julgo muito importantes, mas que este trabalho foi incapaz de preencher, por insuficiência ou falta de acesso a pesquisas neurológicas que mantenham interdisciplinaridade com a linguística. Contudo, confiamos nas palavras de Langacker, quando afirma que:

Felizmente, nenhuma onisciência a respeito dos processos psicológicos é requisito para iniciar uma investigação linguística fundamentada nas ciências cognitivas (...) entidades linguísticas possuem a peculiaridade de se constituir em níveis elevados de organização cognitiva: a caracterização funcional e fenomenológica da experiência mental é conseqüentemente mais relevante para a análise linguística do que referências ao processamento eletroquímico dos neurônios em específico (LANGACKER, 1987, p. 99).

Ainda ao nível sintático, notamos a expressão adverbial *desde a minha primeira menstruação*, que situa o gosto por futebol americano de A2 na sua puberdade. Essa ocorrência

nos provoca novas inquietações sobre as representações que traduzem o que é ser homossexual, pois menstruação é um fenômeno biológico próprio das mulheres, enquanto A2 é homem. Isso nos aponta duas questões: a primeira delas centra-se em torno da integração conceptual entre o conhecimento sobre masculino, homossexualismo e feminino; e a segunda delas, em cascata, situa-se nos padrões de composicionalidade do significado. De modo que mais uma vez, deparamo-nos com a metáfora HOMOSSEXUAL É MULHER, desta vez para compor o significado de uma expressão adverbial, demonstrando que a experiência da homossexualidade de A2 está impressa em sua língua também no subsistema sintático, integrando o contexto experiencial de vida do indivíduo ao fenômeno linguístico. Deparamo-nos, então, mais uma vez, com evidências de que o significado se atualiza na experiência e a língua, no significado.

Ainda na ocorrência (1), é notável no subsistema lexical a utilização do substantivo *neca* para designar o órgão sexual masculino. Esse substantivo não foi encontrado entre os dicionários tradicionais, mas em consulta ao dicionário informal encontra-se a informação de que *neca* é sinônimo para *pênis*, no vocabulário dos homossexuais. Em pesquisa ao *Google*, buscando informações sobre a origem etimológica dessa palavra, encontramos em um blog a informação de que se trata de empréstimo lexical de línguas de matriz africana, realizado pelos homossexuais. Segundo o autor do blog, o *candomblé* não discrimina o homossexualismo, motivo pelo qual é frequentemente cultuado pela população homossexual. Assim, segundo ele, em virtude do culto religioso, os homossexuais se aproximam das línguas africanas, motivo pelo qual o seu vocabulário está repleto de empréstimos tomados dessas línguas. Ainda segundo o *blogueiro*, *neca* significa *pau*, na língua yorubá, de onde identificamos a integração conceptual entre PÊNIS e MADEIRA. Essa integração conceptual é possível quando se identifica propriedades compartilhadas entre os dois conceitos, como, por exemplo, rigidez.

Historicamente é frequente o uso de diversas palavras como *pinto*, *pirulito*, *passarinho*, *pica*, *pau*, *madeira*, *ferro*, *rola*, entre outros, para se referir ao órgão sexual masculino. O dicionário informal relaciona mais de cem sinônimos para pênis. Esse fenômeno, em que se recorre a sinônimos para evitar termos interditos culturalmente é conhecido como eufemismo. No caso em estudo, a comunidade gay acrescentou um item a essa lista de termos que os ajuda não só a responder às pressões de interdição social sobre a temática sexual, como também em seu processo de reconhecimento identitário. Mais uma vez, nota-se a emergência de organização sistêmica de conhecimento pautado na experiência. No caso em estudo, a experiência de ser homossexual conduz e também é conduzido por rotinas cognitivas de sistemas de sistemas morfológicos, lexicais, metafóricos, metonímicos etc.

Ainda no subsistema lexical, nota-se a utilização do item *boy*, tomado de empréstimo da

língua inglesa (salienta-se, uma língua valorizada na sociedade ocidental), para designar um indivíduo homossexual do sexo masculino, encarado como um possível pretendente para um relacionamento sexual. Em consulta a dicionário on-line Michaelis de língua portuguesa, o item não é encontrado. Em consulta ao dicionário informal, encontramos o verbete, porém com um significado distinto deste construído pela minha leitura. Durante alguns seminários internos do GESCOG discutimos o uso deste item lexical na comunidade UFBA e concluímos que seu uso se estende a homens bonitos em geral, objetos de desejo, geralmente dos homossexuais, mas não somente. Atribuímos à sinonímia entre *boy* e pretendente sexual, um processo de afirmação de identidade homossexual, a partir de um item lexical valorizado socialmente. De onde depreendemos a integração conceptual entre homossexual e língua inglesa, a partir do espaço genérico em que se compartilha elementos com elevado valor social. Além disso, o conceito *boy* reúne outras integrações conceptuais, características físicas próprias da juventude, como beleza e saúde, vez que a tradução mais comum e corrente para *boy*, é garoto, menino, jovem. Esse conglomerado de integrações conceptuais, que envolvem questões identitárias, pragmáticas, características físicas e psicológicas (desenvolvidas pelo sentimento de desejo, sonho e libido), fornecem evidências a favor do conceito de *compression* proposto por Fauconnier e Turner (2006).

Em minha interpretação, então, o item lexical *boy*, integra elementos conceptuais de representação identitária para fins valorização social através de empréstimo lexical tomado de línguas de prestígio, o que envolve questões de língua, política e poder, e também para fins de valorização estética, dos atributos do corpo valorizados socialmente. Isso nos remete ao conceito de *compression*, discutido em Foucaunnier e Turner (2006), uma vez que nos permite visualizar a complexidade e pluralidade dos conceitos e suas integrações.

Até aqui, é possível delinear um (sub)sistema conceptual para o conceito sexo. Embora o dicionário informal nos ofereça um verbete em que sexo é definido como um exercício praticado para obter prazer, percebemos após as discussões empreendidas neste trabalho que o significado de sexo se relaciona também ao local em que ele é realizado, conforme a análise do título do grupo social estudado em que se relaciona sexo e universidade. Além disso, através da análise do título podemos também relacionar o conceito de sexo, não só com o local em que ele é realizado, mas também com os atributos, qualidades e modalidades de pessoas que o realizam e como o realizam. E que a depender desses fatores o significado de sexo, dos atores envolvidos e do espaço em que se o pratica não será o mesmo.

A análise das ocorrências nos permite conceber esse sistema conceptual, a que poderíamos denominar domínio, frame ou modelo cognitivo idealizado, através das relações

encontradas entre sexo, homossexualismo e convite. Essa mesma ocorrência nos permite ainda ramificar esse sistema relacionando homossexualismo e heterossexualismo, categorizando e integrando gêneros sexuais através de evidências morfológicas, sintáticas, textuais e discursivas acerca das práticas e representações sociais que tratam do futebol, da menstruação, do culto religioso ao candomblé, da língua inglesa e da língua yorubá. E as reflexões teóricas a que estamos submetidos nos permitem concluir que essas relações de integração operacionalizadas em nossas rotinas cognitivas são possíveis para A2 porque em sua experiência de vida esses conceitos se apresentam ou se apresentaram relacionados de algum modo. A sua experiência de vida é conduzida pelas suas rotinas cognitivas ao mesmo tempo que conduz o estabelecimento de novas rotinas cognitivas.

Desse modo percebemos que o conceito de sexo, para A2, dentro do grupo social *Ufba da Putaria*, é perfilado de um modo peculiar, pois o seu sistema conceptual é construído com base em suas próprias experiências pessoais e coletivas, dentro e fora desse grupo. E além de ser construído ali, o sistema conceptual de A2 contribui para a construção dos sistemas dos outros participantes do grupo, com os quais mantém contato e compartilha experiências. Afinal, ao mesmo tempo em que A2 é o perfil do contexto experiencial em que se insere, ele também compõe o contexto em que outros indivíduos estão inseridos.

Como observado anteriormente, no provérbio *quem vê cara não vê neca*, presente na ocorrência (1), percebe-se o processamento da metonímia O HOMEM É O PÊNIS. Quando A1 diz que o *boy* tem que ser *digno*, A2 se manifesta dizendo que o *boy* pode ser *digno*, mas a *neca* do *boy* pode não ser. Dessa forma, percebe-se que A2 relaciona as propriedades do *boy* e as propriedades da sua *neca*, para dizer que nem sempre essas propriedades se apresentam simultaneamente no *boy* e na sua *neca*. Isso nos permite inferir que independentemente das propriedades do *boy*, o que importa são as propriedades da *neca*. Seguindo essa linha de raciocínio a metonímia da PARTE PELO TODO justifica e é justificada pela valorização do órgão sexual masculino. De onde emerge a hipótese de que o homossexual está aqui representado como aquele que valoriza o pênis, em detrimento dos outros atributos do sujeito, seja ao nível do corpo ou da mente, no âmbito das emoções ou da razão.

O sistema conceptual, então, se ramifica mais uma vez, e cresce, complexifica-se, integrando a valorização do pênis ao homossexualismo, que por sua vez está integrado a conceitos como sexo, convite, heterossexualismo, home, mulher, gêneros morfológicos, padrões sintáticos e conhecimento enciclopédico acerca de futebol, menstruação, candomblé, língua inglesa e língua yorubá.

Além do processo metonímico evidenciado acima, o fenômeno do eufemismo também

nos ajuda a pensar como o conhecimento de A2 está estruturado. Diante de um conceito existente no mundo, diante da necessidade de interditá-lo, diante da necessidade de assumir uma identidade social, ou seja diante de uma intenção comunicativa, estabelecemos conexões cognitivas entre conceito, palavra, gramática e função social que estruturam o conhecimento em nossa mente, com vistas a memorizar a realidade percebida. E qual o limite para as intenções comunicativas? Será que existe algum? Qual o limite para a quantidade de possíveis relações a serem estabelecidas entre significados, intenções e significantes linguísticos? Tudo indica que não há limite, pois nossa espécie parece dotada com uma incrível capacidade gerativa.

Assim, percebemos que o estudo do significado linguístico extrapola o que se convencionou disciplinar como área semântica, pois dilui as fronteiras entre semântica e pragmática. Mais do que isso, estamos diante de uma diluição das fronteiras da própria linguística, que busca para si também discussões atentas aos processos sócio-históricos, como os de construção identitária e interdição cultural, os quais se estabelecem essencialmente no uso, na interação e levam em conta não só o contexto sócio-histórico, os padrões discursivos e gramaticais, mas também a subjetividade e a particularidade de cada ser, de cada momento e de cada estado de espírito, envolvendo áreas do conhecimento humano diversas como sociologia, antropologia, psicologia, química, física e biologia.

A estrutura do conhecimento linguístico, assim, é encarada como algo que se constrói e reconstrói dia-a-dia, através de conexões estabelecidas entre as nossas intenções, nossas emoções, nossas memórias e nossas experiências sócio-motoras e perceptuais. O devir imprevisível das vivências humanas alicerça a estrutura organizada do nosso conhecimento linguístico – nas palavra de Morin (2013) a ordem se estabelece na e pela desordem. A nossa mente, através de suas operações cognitivas, está sempre relacionando dados e experiências, sistematizando a desordem provocada pelo encontro casual das entidades viventes. E ao mesmo tempo, o sistema organizado armazenado em nossas mentes conduz nossa experiência à desordem da vida.

A despeito da variedade de palavras existentes para designar os órgãos sexuais, dia a dia surge a necessidade de apelidá-lo, às vezes com neologismos, derivações ou empréstimos, de modo que o inventário de palavras para designar este conceito não é fixo, nem previsível, portanto configura certa desordem. Ao mesmo tempo, essa desordem se estrutura através de relações estabelecidas entre a semântica, a pragmática, a gramática e outras esferas do conhecimento, em um mecanismo retroalimentar de estruturação, variação e mudança. De um lado, a nossa mente está sempre em busca de ordem, sistematizando dados, memórias e experiências. Do outro lado, a desordem se estabelece tanto ao nível coletivo, provocada pela

interação humana, quanto ao nível individual, provocada pelo processo de desenvolvimento e amadurecimento do indivíduo, pelas suas transformações psicológicas e biológicas, pelas metáforas e integrações conceptuais criativas, que enriquecem e tornam cada vez mais complexo o seu sistema de conhecimento.

As relações cognitivas que operacionalizamos, é importante salientar, não correspondem a operações composicionais, ao invés disso, essas relações podem ser encaradas como operações transformacionais, pois diante do mesmo contexto de uso, o mesmo indivíduo, na mesma comunidade virtual, ora faz uso de processos de interdição social, como o eufemismo, utilizando itens lexicais pouco conhecidos pela comunidade em geral e excluídos dos dicionários tradicionais, como os vocábulos *neca* e *jeba*, ora se refere ao órgão sexual, através do substantivo *pau*, já amplamente difundido entre os falantes de língua portuguesa como variante chula para designar o pênis, inventariado inclusive por dicionários tradicionais como o Michaelis, conforme é observado nas ocorrências (2) e (3), abaixo:

- (2) Dá até medo mijar na ufba, tem sempre uma boca querendo **mamar**.
 A3: Por esse motivo que deixo de mijar em casa pra mijar na UFBA!
 A4: Hahahaha prezando pelo higiene hehe
- (3) A1: Exatamente! hahahaha **Pau** com mijo só nos meus dias de fetiches.
 A1: Eu só mamaria se a **jeba** estivesse limpa. Se fosse uma senhora **neca**, eu negociava.

Esta ocorrência é constituída pela observação de um integrante do grupo. Segundo a sua opinião, a universidade é um espaço em que há muito apetite sexual. Isso é evidenciado pela metonímia BOCA É SER HUMANO e pela metáfora MAMAR É SEXO. Os locais utilizados para urinar seriam frequentemente espaços de propostas sexuais, pois a nudez necessária ao ato fisiológico de expurgar urina do corpo é encarada como oportunidade de práticas sexuais, o que estabelece integrações conceptuais envolvendo sexo, o ato e o espaço dedicado a ato de urinar, a nudez e a universidade. Isso ratifica a discussão empreendida mais acima sobre o significado do sexo e colabora para a construção de um sistema conceptual onde a universidade atua como um espaço para o sexo.

Todavia, a escolha do item lexical para designar, por exemplo, o órgão sexual, não é produto de uma soma composicional de fatores pragmáticos e linguísticos, por exemplo. Ao invés, então, de dizer que estamos diante de um processo de sinonímia perante os itens lexicais *pau*, *jeba* e *neca*, a análise deste trabalho assumirá outro ponto de vista. Talvez fosse necessário discutir o que se trata exatamente o processo de sinonímia, para enfim chegar a um senso

comum, um conceito essencial, mas esta dissertação não pretende o fazer. Pretende, todavia, sugerir que os três itens lexicais em análise compartilham propriedades em comum: eles são utilizados para designar o órgão sexual masculino. Contudo, cada um deles possuem propriedades particulares. Por exemplo, cada um desses itens possui uma sócio história que lhe é particular. Dizer então que eles são sinônimos é fazer apenas uma parte da análise. A escolha teórica pela linguística cognitiva é feita justamente pelo julgamento de que esta é uma opção mais rica, mais global e ao mesmo tempo detalhista e específica.

Considerando que a nossa mente é um constructo biológico de conexões eletroquímicas que integra experiências psicológicas e corporais, considerando que o nosso conhecimento é expansivo e retroalimentado pela percepção que temos do nosso próprio agir, viver e interagir no mundo, concluímos que os conceitos integram-se uns aos outros, em rede e adotamos a proposta lakoffiana de modelo cognitivo idealizado para discutir os moldes de organização desse sistema, ao passo que adotamos a teoria da integração conceptual de Foucaunier e Turner (2006) para discutir as relações e as integrações estabelecidas entre esses conceitos. Nem por isso, deixamos de lado as propostas da semântica de frames, que julgo complementares às de lakoff, motivo pelo qual adotamos o termo sistema conceptual para denominar o modelo de organização que ora vem sendo denominado frame, domínio, modelo cognitivo idealizado, pois acredito que essas abordagens se complementam e não encontro pontos de divergência impeditivos de constituir um caminho conjunto.

Associamos, assim, ao item lexical *neca* um conjunto de percepções sensoriais – como forma física, cheiro, cor, textura e localização espacial – um conjunto de expectativas sociais – como reconhecimento identitário e necessidade de interdição – um conjunto de memórias produto da própria experiência de vida – a que poderíamos chamar de conhecimento enciclopédico. Por sua vez, isso tudo está integrado a um conjunto de conhecimentos dos processos estruturais e estruturantes de nossa língua, como por exemplo, o fenômeno de reconhecimento identitário ou até mesmo de eufemismo, a depender da interpretação do analista e do contexto visualizado, para neologismos como *jeba* e *neca* ou itens lexicais mais amplamente difundidos no léxico da sociedade brasileira como *pau*, ou quem sabe utilizados pela comunidade homossexual, o que constitui, finalmente um sistema conceptual infinitamente grande para o pênis. O fenômeno da sinonímia é, então, interpretado como desordem constituinte. A disponibilidade de inúmeras possibilidades, cada uma delas um sistema de sistema, promove o desequilíbrio indispensável à movimentação e à integração entre os sistemas, que se retroalimentam, se conduzindo ao equilíbrio.

Ainda na ocorrência (2), encontramos uma evidência para fundamentar a proposta de

mente corporificada no item lexical *mamar*, que designa a prática de sexo oral. Percebe-se, nesse caso, correspondências que permitem a integração de conceitos, pois ambas as ações são experimentadas pelo aparato sensorial oral, que envolvem uma série de outras ações situadas no corpo como chupar, engolir e lambar, e também situadas no campo das emoções pois ambas as práticas, o ato de se alimentar através da amamentação e fazer sexo, são fontes de prazer.

Seguindo esse caminho, fundamentamos a teoria da integração conceptual, considerando que as correspondências situadas ao nível sensorial e emocional compartilhadas pelo lactente e o praticante de sexo oral, oferecendo polissemia ao item lexical *mamar*, ao expandir a sua rede de conceitos. A polissemia, assim como a sinonímia, é encarada como um sistema aberto, em expansão. A variedade de maneiras (por exemplo, sensoriais, corpóreas, psicológicas) disponíveis para experienciar o mundo, também. E os mecanismos de integração conceptual entre esses sistemas são percebidas aqui como as ferramentas teóricas que nos permitem conceber a interdependência entre esses sistemas de sistemas.

Ao acessar o grupo social *Ufba da Putaria*, acionamos instantaneamente os domínios compostos pelo conjunto de memórias, experiências e expectativas sobre o tema, integrado por um universo rico de sensações, padrões linguísticos, conceitos, imagens etc. Do mesmo modo, ao ler a ocorrência (1) e identificar o tema abordado (conduta do homossexual, conduta do universitário, significado de sexo), as metáforas, as metonímias, as sinonímias e até mesmo os silêncios podem ser interpretados sem dificuldades, pois o falante desde o princípio já acionou espaços conceptuais em seus modelos cognitivos idealizados. Ele já possui expectativas sobre o que será abordado, os itens linguísticos e variantes associadas e as relações possíveis de serem estabelecidas. Todos os elementos textuais e não textuais colaboram para a construção do significado global de um enunciado, de modo que se pode encarar o significado como um produto da interação entre o contexto da experiência, os conhecimentos prévios e as intenções comunicativas.

Sobre a interpretação de silêncios, retomaremos o trabalho de Bronzato (2000), que estuda o fenômeno de omissão de argumentos sintáticos associado à necessidade de interdição social, demonstrando que a interdição social se manifesta na língua ao nível lexical e também ao nível sintático, reiterando duas das principais hipóteses da gramática das construções, a saber: a gramática de uma língua não está dividida em módulos autônomos e toda unidade gramatical associa uma estrutura linguística e um significado. Em outras palavras, o trabalho de Bronzato (2000) nos ajuda a perceber que as propriedades encontradas no léxico também são encontradas na sintaxe e que cada uma dessas estruturas não está registrada e inventariada em nossa cognição como uma lista de regras independentes, mas ao invés disso, como uma rede associativa de

informações gramaticais e semânticas.

O corpus estudado neste trabalho caminha no mesmo sentido, pois revela ocorrências de interdição social ao nível lexical, evidentes de (1) à (3) e também ao nível sintático, como se observa na ocorrência abaixo:

(4) Qualquer dia desses o povo de Letras **bota fogo** nos matos de Ondina... É muito **estudo de língua** para um instituto só.

A2: E se reclamarem vamos **chupar** em dobro, hahahaha. Não importa se o boy é casado, se votou em Aécio ou o caralho a quatro. **Estando limpo...**

Aqui o moderador publicou uma mensagem comentada por A2. Nela, evidencia-se a temática acerca da conduta sexual do estudante, de onde depreende-se o discurso de que o estudante faz sexo na escola, já discutido nas outras ocorrências e onde fixamos o ponto de partida para a análise dessa ocorrência.

Uma análise atômica (situada exclusivamente no subsistema discursivo, lexical ou gramatical) não seria suficiente, quando percebemos que a expressão em negrito *bota fogo* não significa que o mato de Ondina corre risco de incêndio. Essa é uma expressão que retrata a construção do sexo como algo que esquenta. Isso quer dizer que em nosso pensamento, projetamos o conhecimento sobre sexo sobre o conhecimento que temos sobre temperaturas elevadas, estabelecendo pontes que conectam os conceitos SEXO e QUENTE. Por isso, faz-se necessário analisar não só o léxico ou a gramática como um inventário de estruturas, mas ao invés disso, analisar também as relações que essas estruturas estabelecem entre si e com que intenções comunicativas, através dos estudos dos processos de conceptualização.

A conexão estabelecida pela integração conceptual entre SEXO e QUENTE nos permite interpretar a expressão *botar fogo*, como uma consequência da quentura corporal produzida pelo sexo, proveniente do aumento do metabolismo, estabelecido através da própria experiência sexual, que como qualquer atividade física produz elevação da temperatura do corpo. Assim, propomos que há integração entre esses dois conceitos, pois ambos compartilham conhecimento experiencial como sendo fenômenos que provocam aumento de calor.

Esta integração conceptual é amplamente difundida em nossa cultura e está presente na canção eternizada por Roberto Carlos: *Pode vir quente que eu estou fervendo*. Com o conceito de mente corporificada, torna-se evidente a participação das experiências sensoriais na construção do nosso conhecimento. Assim, dentro do sistema conceptual de A2 para as relações sexuais, encontramos a relação entre sexo e quentura, estabelecida não só no plano linguístico, mas

também nas experiências corpóreas, sensoriais e psíquicas.

Do mesmo modo, analisamos a integração entre LÍNGUA e SEXO, o que nos permite interpretar a expressão *estudo de língua*, como estudo ou prática de sexo. Essa integração conceptual também se fundamenta no conceito lakoffiano de mente corporificada, quando se tem em conta que a língua também é um instrumento para as relações sexuais. Portanto, LÍNGUA e SEXO compartilham um espaço genérico com propriedades percebidas e memorizadas a partir da experiência corpórea com o mundo. E através desse processo, língua assume propriedades polissêmicas que nos permitem retomar a discussão da universidade como espaço para o exercício do sexo, pois a universidade, tradicionalmente normatizada como um espaço para o estudo, nesta ocorrência é apresentada como um espaço para o estudo do sexo. Uma vez notada a integração conceptual entre LÍNGUA e SEXO, percebe-se na expressão *É muito estudo de língua para um instituto só*, a construção discursiva da representação da universidade como um espaço para a realização de sexo.

Ao nível sintático, observamos no comentário de A2, a utilização do verbo biargumental *chupar*, contudo sem a realização do seu argumento interno. Mais adiante, A2 utiliza a expressão monoargumental *estar limpo*, contudo não realiza seu argumento externo. Ambos os argumentos omitidos dizem respeito a conteúdos sexuais. No primeiro caso, *chupar* expressa uma ação realizada durante o sexo oral. No segundo caso, *estar limpo* expressa o atributo necessário ao órgão sexual do parceiro, para que a relação sexual seja possível, na opinião do falante. O uso das reticências ao fim da ocorrência também se apresenta como uma estratégia linguística de interdição social, enfatizando através do silêncio, ou da pausa, a existência de conteúdo interdito.

Observa-se que em nenhum momento a postagem do moderador explicita lexicalmente conteúdos sexuais, por isso descartamos a hipótese de que A2 omite argumentos sintáticos como estratégia para evitar repetições, obedecendo a algum princípio de economia. Pelo contrário, notamos eufemismo também na postagem do moderador e em suas metáforas conceptuais, o que complementa e fundamenta o trabalho de Bronzato (2000), o qual defende a integração conceptual entre a não realização sintática desses argumentos e a estratégia de eufemismo. E notavelmente, esses eufemismos, expressos através de silêncios, sinônimos ou metáforas, não nos confundem, pois o nosso sistema conceptual está acionado, nos oferecendo um conjunto de expectativas sobre seus significados.

A escolha do item lexical *chupar* para designar um ato sexual também evidencia as relações cognitivas estabelecidas entre os elementos do conhecimento linguístico, a saber, a relação entre sexo e comida, operacionalizada através da integração conceptual entre esses dois conceitos. Foucault (2014a, 2014b) propõe em sua obra o ponto de vista dos gregos clássicos

sobre a relação entre sexo e comida. Segundo ele, a preocupação clássica de buscar a medida certa das coisas, evitando o excesso e a desmesura estava centrada muitas vezes na comida, na bebida e no sexo, pois essas seriam as principais fontes de prazer para os humanos. Assumindo essa hipótese, em que os atos de comer e fazer sexo compartilham a propriedade de ser fonte de prazer, resta delineado o espaço genérico entre os dois conceitos que permite a sua integração conceptual.

Os dados analisados até agora nos permitem propor que as estratégias linguísticas de eufemismo, sinonímia, omissão de argumentos e utilização de reticências também integram o conhecimento enciclopédico acerca de sexo, compondo o sistema conceptual por A2. Por sua vez, cada um desses fenômenos está associado a itens lexicais e padrões sintáticos, que por sua vez estão associados a outros conceitos, outros itens lexicais e padrões sintáticos, característicos das suas propriedades polissêmicas e polivalentes.

A cada nova produção linguística do falante, torna-se evidente um número crescente de conexões que se estabelecem nesse sistema conceptual. E se apurarmos o nosso olhar e acompanharmos outras variáveis, inclusive de ordem não linguística, encontraremos outras conexões. Trata-se de um sistema em expansão infinita, assim como o próprio universo macroscópico. Trata-se de um sistema organizado na desordem, assim como o mundo subatômico que fundamenta as reflexões de Morin (2013), cuja ordem se estabelece na desordem da criatividade do falante, do contato linguístico sócio histórico, pois é uma ordem estabelecida pelas relações e associações efetivadas na interação social, na comunicação, através dos processos de conceptualização, que nos permitem compreender e produzir significados. A ocorrência abaixo nos ajuda a compreender melhor esses processos de significação.

(5) E sobre a **chupação de bife**, miga? Tem muita **sandália de couro** no ILUFBA, hahahahaha.

Nessa ocorrência, o substantivo *bife* denomina o órgão sexual feminino e a expressão *sandália de couro* denomina a mulher homossexual, a partir do que identificamos as integrações conceptuais entre VAGINA e BIFE e SANDÁLIA DE COURO e MULHER HOMOSSEXUAL.

Esse fenômeno em que uma palavra (por exemplo, bife) é utilizada fora do seu sentido convencional para expressar um outro conceito (por exemplo, vagina) é conhecido como metáfora. Os linguistas cognitivos perceberam que esse fenômeno não é exclusivo da linguagem. A sua ocorrência na linguagem é consequência da sua ocorrência como fenômeno do pensamento, em que se dá projeção de informações de um domínio para outro. Foucaunier

(2007) teoriza sobre essa projeção propondo que elas ocorrem como pontos de intersecção. Isso quer dizer que entre os dois domínios há conhecimento compartilhado. E isso permite a projeção interdomínios.

Este trabalho, por sua vez, encontra na ocorrência (5), uma possibilidade para ilustrar o conhecimento compartilhado entre domínios na projeção conceptual. Sob essa perspectiva, a integração conceptual entre VAGINA e BIFE é operacionalizada mediante a intersecção de conhecimentos, o que nesse caso pode ser observado a partir da experiência estética entre a VAGINA e o BIFE, ambos caracterizados por uma coloração variável, mas dentro do espectro do tom avermelhado, e por uma textura macia e lisa, própria da carne humana (referente à vagina) e bovina (referente à bife).

Isso se tornou evidente quando os linguistas perceberam que o uso de metáforas não estava restrito a contextos poéticos e literários, mas que o seu uso é frequente na linguagem do cotidiano, como se observa na ocorrência (5) e também na (6), onde o substantivo *língua* é utilizado não para denominar linguagem ou músculo localizado na boca, ao invés disso, é utilizado para denominar relações sexuais, através da metáfora conceptual LÍNGUA É SEXO, já analisada em (4).

(6) Qualquer dia desses o povo de Letras bota fogo nos matos de Ondina... É muito estudo de língua para um instituto só.

A2: Você ganhou! Mas **o estudo das línguas** também está em foco, tanto na teoria quanto na prática.

O processo metafórico é, então, generalizado para que a metáfora seja encarada não como uma questão de estilo literário, mas como processo cognitivo de compreensão e produção de significado, onde um domínio conceptual é projetado sobre outro. A metáfora literária é, assim, uma extensão da metáfora cotidiana. Sendo assim, o que chamamos metáfora é o processo responsável pelas relações de projeção estabelecida entre domínios conceituais, os mais diversos. Portanto, a metáfora é uma questão que envolve o pensamento em geral e não apenas a palavra.

Considerações Finais

Ao fim do esforço aqui empreendido, sou capaz de me posicionar mais veementemente em favor da ideia de que a linguística cognitiva e a teoria da complexidade compartilham fundamentos conceituais. Os conceitos aqui apresentados constituídos pela linguística cognitiva permitem desenvolver o pensamento elaborado pela teoria da complexidade.

A ideia complexa de um sistema aberto e retroalimentar discutida por Morin (2013) parece estar presente nos conceitos cognitivistas de realismo experiencista e mente corporificada. E a ideia complexa de desordem constituinte parece estar presente no conceito de integração conceptual, na medida em que as técnicas de projeção interdomínios são processos criativos de organização e reorganização da realidade mental.

A análise dos processos de metáfora e metonímia analisadas neste trabalho permite-nos defender a ideia de que elas podem ser categorizadas genericamente como integrações conceptuais, na medida em que constituem uma projeção entre domínios cognitivos. Obviamente, a escolha dessa postura exige afastar detalhamentos teóricos presentes no esquema básico de representação da integração conceptual, a saber o espaço genérico e o espaço mescla. Acredito, mesmo assim, que esse hiato descritivo no modelo de representação do conceito em questão não seria responsável por danos altamente relevantes. Sobretudo, quando o olhar teórico estiver voltado para a origem e o resultado da projeção.

Desse modo, o estudo de projeções conceptuais nos permite perceber que, a partir de unidades memorizadas de conteúdos experienciados (domínios cognitivos), os falantes realizam relações criativas que os interrelacionam, de maneira mais ou menos idiossincrática. Sobre isso, a discussão de Ferrari (2011) sobre metaftonímia faz-se relevante. O seu olhar percebe a metonímia como um processo mais fundamental do que a metáfora, pois há uma relação metonímica em todo processo metafórico. De fato, é notório nas metáforas destacadas, que ao integrar conceitos, realiza-se simultaneamente uma relação metonímica para criar o espaço genérico fundamental à integração conceptual. De fato, é necessário selecionar aspectos particulares de um conceito (PARTE PELO TODO) para representá-lo no espaço genérico da integração. Todavia, o olhar aqui empreendido interpreta esse fenômeno de uma outra forma.

A proposta deste trabalho é que a metáfora e a metonímia são fenômenos complementares. Não se trata de eleger um processo mais fundamental do que o outro. Afinal de contas, a relação metonímica necessária à configuração do espaço genérico é motivada pela necessidade de estabelecimento da relação metafórica. Sob esse ângulo, a metáfora e a metonímia compõem o processo de integração conceptual. A operacionalização de uma é motivada pela outra. E essa relação de interdependência é característica da integração conceptual, enquanto operação cognitiva, na qualidade de sistema complexo. A proposta lakoffiana de que a metáfora está no nível superordenado, talvez, seja uma resposta ao distanciamento corpóreo e experiencial próprio desse nível hierárquico de categorização. Talvez só sejamos capazes de definir um domínio fonte e um domínio alvo, para, enfim, identificar um processo metonímico, quando estamos diante das categorias de nível básico, com as quais

entramos em contato cotidiano, corpóreo e experiencial. Mas isso não refuta a hipótese de que as metonímias ocorram em outros níveis de categorização. Há muito o que refletir sobre isso, ainda. Afinal, penso, o fato de que não saibamos definir precisamente um conceito em palavras, não significa que não o experienciamos.

Dessa forma, compreendo que metáforas e metonímias constituem, de modo complementar e particular, o processo de integração conceptual e operam projeções entre todos os subsistemas do conhecimento, integrando morfologia, sintaxe, léxico, semântica e pragmática, por exemplo. E a identificação de metáforas agindo nos subsistemas morfológicos e sintáticos nos conduzem às reflexões de Langacker (1987) sobre o princípio da correspondência que rege as relações gramaticais de valência, às quais caminham lado a lado com a proposta de Foucaunier (2007), pois ambos reconhecem que para que duas unidades sejam integradas, faz-se necessário o compartilhamento de propriedades conceptuais. Assim, na análise de dados deste trabalho, tecemos evidências de que a linguagem (em todos os seus subsistemas) é eminentemente semiótica e seus processos estruturantes correspondem a integração conceptual ancorada no compartilhamento de propriedades e no conceito de *compression*.

A análise dos dados nos permite agora arriscar um caminho para responder as perguntas inicialmente propostas na secção de análise de dados: o que significa sexo? O que significa universidade? Quais os processos cognitivos que organizam essas conceptualizações?

Vemos agora, com maior nitidez, que o caminho da resposta não é linear. Se partimos do ponto de vista de um lexicógrafo e tentarmos exaurir os significados possíveis para estes itens lexicais, logo perceberemos um empreendimento infinito, pois o significado é contextual. O corpus estudado revela, por exemplo, que embora a universidade tradicionalmente seja encarada como um espaço dedicado ao ensino acadêmico de nível superior, ela é também encarada como um espaço de manifestação de sexo e sexualidade. Isto está de acordo com os modelos teóricos propostos por Fillmore (2009), Langacker (1987) e com os trabalhos de Lakoff e Johnson (1980, 1999), os quais procuram estabelecer relações entre a parte e o todo. Para eles, organizamos a nossa cognição experienciando o mundo em seu contexto social, histórico, pragmático, perceptual e psicológico e assumimos um significado quando adotamos uma perspectiva, assumimos um olhar, perfilamos ou concentramos a nossa atenção a partir de um dado ponto de vista.

Assim sendo, o significado social, como o eufemismo, também é contextual. A análise dos dados demonstra que uma entidade não responde à interdição, ou outras forças sociais, de modo uniforme. Uma entidade produz e está submetida a variadas forças, vetores de escalas e origens diversas. Seu comportamento linguístico não será um produto retilíneo, pois está

submetido a arranjos combinatórios que se ampliam a cada dia, a cada experiência de vida, a cada contato, a cada interação vivida. A2, ora se comporta como alguém que interdita, submetido à processos cognitivos construídos para e pela interdição que experienciamos historicamente. E ora se comporta como alguém agindo em sentido contrário às normas historicamente construídas, atuando como agente emancipatório de novas normas e significados sociais.

E se esse comportamento variável, e por que não antagônico, está evidente em um único indivíduo, o que dizer do comportamento de um grupo? Vê-se, assim, que as unidades (seja a unidade de um indivíduo ou a unidade de um grupo ou uma unidade semântica ou semiótica) não são uniformes. A unidade é complexa. Isso nos leva a reflexões sobre a diluição das fronteiras entre indivíduo e coletivo.

Compreendendo que um significado é uma perspectiva, que ele é parte constituinte de um todo e que o todo é constituído por essa e outras partes e que essa mesma parte pode assumir outros significados, a partir de outros pontos de vista, fica claro que um indivíduo é também parte de um todo. E que o seu lugar e o seu papel na sociedade é uma leitura, um ponto de vista. E que a sociedade é composta por ele e por outros. E que este mesmo indivíduo ao se ler, será lido por outros, de diferentes formas. E assim se constitui a vida, a cognição e a sociedade: em relação antagônica e complementar, em que o indivíduo e o coletivo se retroalimentam, de modo interdependente.

E essa mesma reflexão pode ser estendida à unidade do significado lexical. A análise do que significa, por exemplo, interdição, sexo ou universidade, precisa estar situada em um contexto, pois a interpretação dos conceitos pode seguir caminhos antagônicos, uma vez que a natureza das unidades é antagônica e complementar.

A análise de Foucault (2014a, 2014b), dessa forma, após a análise dos dados realizada neste trabalho, é interpretada não como uma descrição de um momento histórico caracterizado pela presença inequívoca da interdição nos discursos científicos. Ao invés disso, percebe-se que o produto do trabalho de Foucault (2014a, 2014b) é a indicação de que na modernidade emergiu uma forma de interditar e normatizar o sexo, até então, não explorada pelas ciências, sobre a qual ainda não se havia incidido críticas e reflexões filosóficas: a interdição através do discurso. A grande contribuição de Foucault (2014a, 2014b), sob esse ponto de vista, é demonstrar a sistematicidade do significado representado sutilmente através das falas operadas pelas instituições. Contudo, isso não quer dizer que, nessas instituições, todos esses discursos modernos sobre sexo são caracterizados pela interdição. Afinal, o significado pode ser ambivalente e é contextual. Também as representações simbólicas constituídas ideologicamente podem ser ambivalentes. A natureza antagônica e variável do significado linguístico, de uma

perspectiva individual ou coletiva, demonstrada pela análise que se efetuou aqui, indica que também os discursos são unidades complexas, e que a sua descrição necessita se ancorar em um contexto, em um domínio, em um frame, em modelos cognitivos idealizados.

Ora, se a produção linguística é variável, então a linguagem é um sistema submetido a um devir caótico? Sendo assim, o que estudaremos e com que finalidade? Essa não é uma situação confortável, pois nos diz que a ordem e a objetividade reverenciadas pela ciência são falaciosas. Mas a falácia está em buscar um molde para o caos. A teoria da complexidade nos incentiva a fazer um caminho diferente, buscando o caos da ordem, não só a ordem do caos. A falácia está em tentar descrever de forma linear o que é radial, em tentar separar em partes o que é retroalimentar. A teoria da complexidade nos incentiva a aceitar a natureza antagônica e complementar dos fenômenos naturais. E sendo a língua um fenômeno humano, natural, portanto, me parece oportuno e adequado este alinhamento teórico.

Enquanto alguns fenômenos linguísticos nos comentários de A2, como a omissão de argumentos sintáticos, revelam uma conduta conservadora interdita, outros fenômenos linguísticos relacionados ao discurso de que o se faz sexo dentro da universidade, revela uma conceptualização inovadora para o sexo. Sendo assim, o grupo *Ufba da Putaria* não permite outro lugar senão aquele em que se interdita e ao mesmo tempo se explicita.

Em (1), por exemplo, notamos a partir dos diálogos em torno da conduta do homossexual, a construção de uma identidade de gênero que se situa entre o masculino e o feminino, pois ao mesmo tempo em que utiliza a metáfora **HOMEM É O PÊNIS**, se identificando como homem, A2 utiliza a metáfora **HOMOSSEXUAL É MULHER**, se identificando como mulher.

Diante disso, o conceito de desordem constituente providenciado por Morin (2013) oferece as bases epistemológicas necessárias para a compreensão da cognição, como um constructo que se organiza e fundamenta a partir do devir imprevisível da experiência de estar vivo, situado em um mundo físico e em interação social. A experiência, encarada em seu caráter desordenado, caótico e imprevisível, é o pilar constituinte da organização da mente corporificada.

Ademais, as ocorrências analisadas fundamentam algumas propostas da linguística cognitiva. As integrações conceptuais entre **SEXO** e **COMIDA**, **SEXO** e **QUENTURA**, **LÍNGUA** e **SEXO** fundamentam o modelo lakoffiano de mente corporificada, uma vez que demonstram a relação entre nossas experiências sensoriais, corporais e cognitivas (ou linguísticas, em específico). Assim como a integração conceptual entre **HOMOSSEXUAL** e **MULHER** empreendida ao nível morfológico e sintático fundamenta a proposta da gramática de

construções, oferecendo lugar central à semântica, quando propõe que toda unidade linguística é semiótica, desde o nível lexical até os níveis mais esquemáticos como o morfológico e o sintático.

E nesse ponto, uma reflexão se faz preponderante: estamos diante de metáforas, metonímias e integrações conceptuais que contribuem para a composição do significado das sentenças e dos discursos interpretados. Elas encontram-se estabilizadas como parte do conhecimento idiossincrático sobre a língua? Talvez, o leitor julgue necessário um estudo estatístico sobre a frequência de sua ocorrência para fundamentar essa afirmação, mas advogo, com este trabalho, os frutos das integrações conceptuais que operamos, vão dia-a-dia, com o uso, concretizando-se em língua, sendo memorizadas. E que, portanto, precisamos distinguir os produtos das integrações conceptuais (idiossincráticos) e as integrações conceptuais propriamente ditas (assumindo o seu caráter processual de projetar conceitos).

E para terminar, refletir sobre a amplitude de atuação do significado, sua relevância cognitiva e sobre sua natureza polivalente traduz-se em um exercício de respeito ao próximo e à importância de assumir atitudes de ouvinte. Refletir sobre a teoria da complexidade e valorizar a relação antagônica e complementar entre o todo e as partes, entre o coletivo e o indivíduo, é um exercício de solidariedade, cidadania, educação e ecologia.

Referências

- ALMEIDA, Aurelina Ariadne. **Vou te contar uma história sobre o item lexical foda: mesclagem, metonímia e antonímia**. No prelo.
- ARAÚJO, Cidália et al. 2008. Estudo de Caso. **Métodos de Investigação em Educação. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho**. Disponível em: http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf. Acesso em: 24.07.2015
- AVELAR, Juanito Ornellas, 2006. **De Verbo Funcional a Verbo Substantivo: uma Hipótese para a Supressão de Haver no Português Brasileiro**. Letras de Hoje, N.41, V.1, 2006.
- AVELAR, Juanito Ornella, 2004. **Dinâmicas Morfossintáticas com Ter, Ser e Estar em Português Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas.
- BATORÉO, Hanna, 2011. **Metáfora na linguagem e no pensamento**. Juiz de Fora. Veredas online. Disponível em: www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/artigo-82.pdf. Acesso em 26.09.2014
- BARTHES, Roland. **A morte do autor**, (1968) 2004. In: O rumor da língua. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense. Disponível em: http://ufba2011.com/A_morte_do_autor_barthes.pdf
- BORGES NETO, J., 1987. **Linguistas ou Camaleões? Uma resposta a Tarallo**. In: D.E.L.T.A, V.3, N.1
- BYBEE, Joan. 2010. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <http://www.imd.inder.cu/adjuntos/article/472/Language%20Usage%20and%20Cognition.pdf>. Acesso em 24.08.2015.
- BRONZATO, Luciene, 2000. **O enquadre gramatical da interdição ou “para bom entendedor meia palavra basta”**. In: MIRANDA, Neusa e SALOMÃO, Maria Margarida (Org.). Construlções do português do Brasil: Da gramática ao discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CAPRA, Fritjof, 2006. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix.
- CASTILHO, Ataliba T. de. 2010. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto.
- CHOMSKY, Noam. 1994. **O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso**. Lisboa: Editora Caminho.
- CIENKI, Alan. 2007. **Frames, Idealized Cognitive Models, and Domains**. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS Hubert (Org). The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics. New York: Oxford University Press.
- COELHO, Sueli Maria, 2006. **Estudo Diacrônico do Processo de Expansão Gramatical e Lexical dos itens Ter, Haver, Ser, Estar e Ir a Língua Portuguesa**. (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais.
- COSERIU, Eugênio, 1979. **Sistema, norma e fala**. In: Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos. São Paulo: Presença, Edusp.
- CROFT, William, 2001. **Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective**. New York: Oxford University Press.

- CROFT, William; CRUSE, Alan, 2004. **Cognitive Linguistics**. New York: Cambridge University Press.
- CROFT, William, 2007. **Construction Grammar**. In.: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS Hubert (Org). The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics. New York: Oxford University Press.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix, 2004. **Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia**. V. 1. São Paulo: Editora 34.
- DELORS, Jacques (Coord.), 2010. **Os quatro pilares da educação**. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortezo. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em 11/09/2015.
- DESCARTES, René, 2010. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Perspectiva.
- ECKERT, Penelope, 2000. **Linguistic variation as a social practice: The linguistic construction identity in Belten High**. USA: Blackwell Publishers Inc.
- ECO, Umberto, 2013. **Da árvore ao labirinto – estudos históricos sobre o signo e a interpretação**. RJ/ SP: Ed. Record.
- FAUCONNIER, Gilles, 2007. **Mental Spaces**. In.: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS Hubert (Org). The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics. New York: Oxford University Press.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark, 2006. **Rethinking Metaphor**. In: In Ray Gibbs, ed. Cambridge Handbook of Metaphor and Thought. Cambridge University Press.
- FERRARI, Lilian, 2011. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto
- FILLMORE, Charles, 2009. **Semântica de Frames**. Cadernos de Tradução. Porto Alegre.
- FILLMORE, Charles J.; KAY, Paul; Mary Catherine O'CONNOR, 1988. **Regularity and Idiomacy in Grammatical Constructions: The case of Let Alone**. Language, V. 64. N. 3. Disponível em: <file:///C:/Users/Financeiro/Downloads/Fillmore--Kay--O-Conner-1988.pdf>. Acesso em: 15/03/2014.
- FODOR, 1975. The language of thought. Apud CASTILHO, Ataliba de 2002. **Mesa-redonda sobre linguística cognitiva e tradição funcionalista**. L Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. FFLCH/USP. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/mesaredo/mr002.htm>. Acesso em: 12/08/2014.
- FOUCAULT, Michael, 1992. **O que é um autor?** Trad. José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Passagem.
- FOUCAULT, Michael, 2014. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. RJ/SP: Paz e Terra
- FOUCAULT, Michael, 2014. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. RJ/SP: Paz e Terra
- GIL, Antonio Carlos, 2002. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 07/09/2015.
- GOFFMAN, Erving, 2006. **A representação do eu na vida cotidiana**. SP: Ed. Vozes.
- GOLDBERG, Adele, 1995. **Constructions: a construction grammar approach to argument**

- structure.** Chicago: University of Chicago Press.
- GOLDBERG, Adele, 2006. **Constructions at Work: The nature of generalization in language.** New York. Oxford University Press.
- GONÇALVES, Elisângela, 2010. **Construções Existenciais com o Verbo Ser no Português Europeu Escrito: um estudo comparativo.** Anais do Seta, N.4.
- HAACK, Susan, 2002. **Filosofia das Lógicas.** São Paulo: Editora UNESP.
- HUBACK, Ana Paula. 2013. **A interferência da frequência em fenômenos linguísticos.** DELTA. V. 23. N. 1. São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502013000100004. Acesso em: 07.06.2015
- HUBACK, Ana Paula. 2010. **Plurais irregulares no português brasileiro.** Revista da ABRALIN. V. 9. N. 1. São Paulo. Disponível em: <http://www.revistas.ufpr.br/abralin/article/download/52337/32236>. Acesso em: 02.08.2017.
- JOHNSON, Mark, 1987. **The body in the mind.** California: The University of Chicago Press.
- KOCH, I.G.V, 2003. **Desvendando os segredos do texto.** 2. ed. São Paulo:Cortez
- KOCH, I. G. V, 2001. **O texto e a construção dos sentidos.** 5. ed. São Paulo: Contexto
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial.
- LAKATOS, Eva Maria. 2011. **Metodologia Científica.** 6ª Ed. SP: Atlas.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark, 1980. **Metaphors we live by.** London: University of Chicago.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark, 1999. **Philosophy in the flash.** New York: Basic Book.
- LAKOFF, George, 1987. **Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind.** London: University of Chicago.
- LAKOFF, George, 1990. **The invariance hypothesis: Is abstract reason based on image schemas?** In: SIQUEIRA, Maity; OLIVEIRA, Ana Flávia Souto de. Cadernos de Tradução, Porto Alegre, nº 31, 2012.
- LAKOFF, George, 1992. **The contemporary theory of metaphor.** In: ORTONY, Andrew. *Metaphor and thought.* 2ª Ed. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <http://terpconnect.umd.edu/~israel/lakoff-ConTheorMetaphor.pdf>. Acesso em: 03/09/2015.
- LANGACKER, Ronald, 1987. **Foundation of Cognitive Grammar.** V. 1. Stanford: Stanford University Press.
- LANGACKER, Ronald, 1991. **Foundation of Cognitive Grammar.** V. 2. Stanford: Stanford University Press.
- LOPES, Tereza Rita, 1990. **Pessoa por conhecer – Textos para um novo mapa.** Lisboa: Estampa. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2676>. Acesso em: 27/08/2015.
- LUCCHESI, Dante, 2004. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna.** São Paulo: Parábola Editorial.
- LUCCHESI, Dante, 2011. **Os limites da variação e da invariância na estrutura da gramática.** Revista da ABRALIN, V. Eletrônico, N. Especial.
- LYONS, John, 1987. **Língua(gem) e Linguística.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos LTDA

- LYONS, John, 1967. **A Note on Possessive, Existencial and Locative Sentences**. Foundation of Language. Vol. 3.
- MARCHUSCHI, L.A, 2001. **Atividades de referenciação no processo de produção textual e o ensino de língua**. I ENCONTRO NACIONAL DO GELCO, 2001, Campo Grande. Anais do I Encontro Nacional do Gelco. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- MARCHUSCHI, L.A, 1999. **Leitura como processo inferencial num universo cultural cognitivo**. In: BARZOTTO, V.H. (Org.). *Estado de leitura*. São Paulo: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, 2008. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Vitórias de Ter sobre Haver nos Meados do Século XVI: usos e teoria em João de Barros. In MATTOS E SILVA, R.V.; MACHADO FILHO, A.V.L. (Org.). *O Português Quinhentista: Estudos Linguísticos*. Salvador. EDUFBA, 2002.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia, 1997. **Observações sobre variação nos usos dos verbos ser, estar, haver ter no galego-português ducentista**. *Estudos Linguísticos e Literários*, N. 19, 1997.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia, 1996. **A variação HAVER/TER**. In: MATTOS E SILVA, R.V. (Org.) *A Carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/EGBA.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia, 1994. **Para uma caracterização do português arcaico**. D.E.L.T.A., São Paulo, N.10.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia, 1989. **Estruturas Trecentistas**. Elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: IN-CM.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco, 2011. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Ed. Palas Atenas.
- MORIN, Edgar, 2011. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina.
- MORIN, Edgar, 2013. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina.
- NELSON, David. L.; COX, M. Michael, 2011. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED.
- OLIVEIRA, Maria Marly de, 2007. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes .
- ORLANDI, Eni.P., 1983. **A produção da leitura e suas condições**. In: _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense.
- PELBART, Peter Pál, 2003. **Vida capital: Ensaio de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras.
- PERINI, Mario, 1985. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Editora Ática.
- PINHEIRO, Diogo; ARAUJO, Paulo Jeferson Pilar, 2010. **O papel da metáfora na relação entre sentenças possessivas e existenciais**. Anais do IX Encontro do CELSUL Palhoça, Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Diogo%20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 08/09/2015.
- POSSENTI, Sirio, 1996 **Por que (não) Ensinar Gramática na Escola**. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras.
- RIBEIRO, Ilza, 1996. **A Formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas**

- ter, haver e ser.** In: ROBERTS I.; KATO, M. (Org.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica. 2. ed. Campinas, Editora UNICAMP.
- ROSCH, Eleanor, 1978. In: ROSCH, Eleanor; LLOYD, Barbara B. (eds), **Cognition and categorization.** Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum
- SALOMÃO, Margarida Martins, 2002. **Gramática das Construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico.** Veredas, revista de estudos linguísticos. Luiz de Fora. V. 6. N. 1. Disponível em: www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap042.pdf
- SAUSSURE, Ferdinand de. 2006. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix.
- SCHMMITT, Alexandre, 2011. **A linguagem dos arquétipos: um diálogo entre a psicologia junguiana e a linguística cognitiva.** Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, Augusto Soares da. 2010. **Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade.** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Letras e cognição. N. 44.
- SILVA, Augusto Soares da. 2004. **Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva.** In: SILVA, Augusto Soares; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (Org.). Linguagem Cultura e Cognição: estudos de linguística cognitiva. Volume I. Coimbra: Almedina.
- TARALLO, Fernando (1991). **Reflexões sobre o conceito de mudança linguística.** In: Organon, V.18.
- TOMASELLO, Michael, 2003. **The used-based theory of language acquisition.** In: TOMASELLO, Michael. **Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition.** Harvard University Press. Disponível em: http://www.princeton.edu/~adele/LIN_106_UCB_files/Tomasello-BavinChapter09.pdf. Acesso em: 03/09/2015.
- TOMASELLO, Michael et al., 2005. **Understanding and sharing intentions: The origins of cultural cognition.** Behavioral and Brain Sciences, V. 28.
- TOMASELLO, Michael; SCHMIDT, M., 2012. **Young children enforce social norms.** Current Directions in Psychological Science, V. 21.
- TURNER, Mark. **Conceptual Integration,** 2007. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS Hubert (Org). The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics. New York: Oxford University Press.
- VIGOTSKY, Lev. S, 1991. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Trad. José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin, 2006: **Fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística.** São Paulo: Parábola Editorial
- YIN, Robert K, 2010. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman.